



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL



ANA FLÁVIA MARQUES DOS SANTOS

**A ESCOLA DO BAIRRO: impactos socioespaciais do Centro de Atenção
Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) no Bairro Novo Tempo II,
Ituiutaba–MG**

ITUIUTABA-MG

2025

ANA FLÁVIA MARQUES DOS SANTOS

**A ESCOLA DO BAIRRO: impactos socioespaciais do Centro de Atenção Integral à
Criança e ao Adolescente (CAIC) no Bairro Novo Tempo II, Ituiutaba-MG**

Dissertação do Programa de Pós-Graduação
em Geografia do Pontal, da Universidade
Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências
Humanas do Pontal - ICHPO, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural
e urbano

Orientador (a): Antônio de Oliveira Júnior

ITUIUTABA-MG

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237e Santos, Ana Flávia Marques dos, 1993-
2025 A escola do bairro [recurso eletrônico]: impactos socioespaciais do
Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) no Bairro
Novo Tempo II, Ituiutaba–MG / Ana Flávia Marques dos Santos. - 2025.

Orientador: Antônio de Oliveira Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Programa de Pós-graduação em
Geografia do Pontal.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5557>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. 2. Espaços públicos. 3. Educação urbana. 4. Escolas
públicas - Aspectos sociais. I. Oliveira Júnior, Antônio de, 1964-
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Ciências
Humanas do Pontal. Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal.
III. Título.

CDU: 910.1

ANA FLÁVIA MARQUES DOS SANTOS

A ESCOLA DO BAIRRO: impactos socioespaciais do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) no Bairro Novo Tempo II, Ituiutaba-MG

Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano

Ituiutaba–MG, 10 de julho de 2025

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Dr. Antônio de Oliveira Júnior

Examinadoras

Professora. Dra. Maria Angélica Oliveira Magrini

Professor. Dra. Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih

Dedico este trabalho à minha família, pelo
estímulo, carinho e compreensão.



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Geografia do Pontal - PPGEp				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico				
Data:	10/07/2025	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	15:50
Matrícula do Discente:	22312GEO002				
Nome do Discente:	Ana Flávia Marques dos Santos				
Título do Trabalho:	A ESCOLA DO BAIRRO: impactos socioespaciais do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) no Bairro Novo Tempo II, Ituiutaba-MG				
Área de concentração:	Produção do espaço e dinâmicas ambientais				
Linha de pesquisa:	Produção do espaço rural e urbano				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Dinâmicas territoriais e produção do espaço				

Reuniu-se de forma presencial, no Auditório II da UFU Campus Pontal, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal, assim composta: Professores Doutores: Profa. Dra. Maria Angélica de Oliveira Magrini (PPGEP/UFU), Profa. Dra. Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih (UFPI), Prof. Dr. Antonio de Oliveira Junior, orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Prof. Dr. Antonio de Oliveira Junior orientador, apresentou a Comissão Examinadora a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio de Oliveira Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/07/2025, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih, Usuário Externo**, em 11/07/2025, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Angelica de Oliveira Magrini, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/07/2025, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6497919** e o código CRC **66FAFE2B**.

Referência: Processo nº 23117.047280/2025-74

SEI nº 6497919

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi um caminho solitário e não teria conseguido sozinha. Ao longo deste percurso, fui amparada por pessoas que acreditaram em mim, me fortaleceram nos momentos de dúvida e compartilharam comigo alegrias e desafios.

Agradeço, com todo o meu amor, ao meu companheiro Marcos, que foi o meu maior incentivador desde o início. Sua presença constante, seu apoio incondicional e sua confiança no meu potencial foram fundamentais para que eu seguisse firme até o fim, obrigada por caminhar comigo, com amor e parceria.

Às minhas irmãs, Olivia e Karol, e à minha mãe, Jaira, minha profunda gratidão. Estar ao lado de vocês sempre foi sinônimo de força e acolhimento. Em meio à correria, aos desafios e às inseguranças do percurso, foi o apoio de vocês que me manteve de pé. Cada conversa, cada gesto simples, cada palavra na hora certa fez diferença. Obrigada por caminharem comigo.

Aos meus colegas de curso, que compartilharam saberes, aflições, dúvidas e conquistas ao longo dessa jornada, meu sincero agradecimento. Em especial, à Luiza, uma amiga querida que a vida me fez reencontrar na pós-graduação, depois dos tempos do ensino fundamental e médio. Foi ela quem me provocou a considerar o mestrado, numa época em que essa ideia ainda me parecia distante. Vinda da Geografia, ela foi um apoio fundamental para mim, que sou da Pedagogia, sempre disponível, com um olhar atento e generoso. Ter dividido essa etapa com ela foi, sem dúvida, um presente do caminho.

Sou imensamente grata aos meus colegas de trabalho da escola, que compreenderam minhas ausências, dividiram responsabilidades e sempre torceram pelo meu crescimento profissional e pessoal.

Ao professor Antônio, meu orientador, agradeço pela forma respeitosa e tranquila com que conduziu esse processo. Desde o início, ele compreendeu que eu vinha da Pedagogia e por isso mesmo, foi sempre flexível, acolhedor e aberto ao diálogo. Nunca me impôs um caminho; ao contrário, me deixou livre para construir meu percurso com autonomia, para que eu encontrasse minha própria voz nesse trabalho.

Por fim, deixo aqui minha gratidão à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por ter sido o espaço que acolheu meus estudos, minhas inquietações e meus sonhos.

Obrigada, de coração, a cada pessoa que fez parte dessa trajetória.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos socioespaciais dos programas desenvolvidos pelo Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) – Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva, situado no Bairro Novo Tempo II, em Ituiutaba–MG. A partir da perspectiva da Geografia Crítica, o estudo fundamenta-se nas categorias analíticas de forma, função, estrutura e processo, conforme delineadas por Milton Santos, e adota o Direito à Cidade, nas formulações de Lefebvre (2001) e Harvey (2004), como eixo central de interpretação da realidade urbana. O CAIC é compreendido como um equipamento público multifuncional, cuja atuação transcende os limites da educação formal ao integrar políticas sociais, culturais, assistenciais e de saúde, assumindo um papel estratégico na organização do território e na promoção de centralidades urbanas periféricas. A metodologia adotada ancora-se em uma abordagem qualitativa, articulando diferentes técnicas de investigação: observação participante, análise documental, revisão bibliográfica e aplicação de questionários semiestruturados a moradores do bairro, profissionais da instituição e sujeitos sociais que vivenciaram a implantação e o desenvolvimento dos subprogramas do CAIC. A análise dos dados permitiu apreender representações, práticas cotidianas e experiências vividas, revelando como a presença da escola e a oferta de serviços públicos se materializaram em redes de sociabilidade, formas de apropriação do espaço e novos sentidos atribuídos ao território. Os resultados apontam que os subprogramas vinculados ao Pronaica voltados à educação infantil e fundamental, cultura, alimentação escolar, esporte, saúde e preparação para o trabalho desempenharam papel relevante na configuração física e social do Bairro Novo Tempo II, contribuindo para o acesso a direitos básicos e para o fortalecimento de vínculos comunitários. A escola, nesse contexto, se consolida como referência institucional em um território marcado por carências históricas de infraestrutura urbana, promovendo transformações tanto materiais quanto simbólicas no cotidiano dos moradores. No entanto, a pesquisa também evidencia os limites da atuação institucional, sobretudo no que se refere à descontinuidade das políticas públicas, à ausência de articulação intersetorial e à fragilidade das estratégias de comunicação com a comunidade local. Essas fragilidades comprometem a efetividade dos programas e colocam em risco a sustentabilidade das conquistas sociais alcançadas. A análise das dinâmicas socioespaciais permite afirmar que o CAIC se constituiu como agente estruturante do território, mas que sua ação depende diretamente da manutenção de políticas públicas integradas, do reconhecimento das especificidades locais e da participação ativa da população na gestão dos bens comuns. Conclui-se que a experiência do CAIC no Bairro Novo Tempo II representa uma importante chave de leitura para compreender os efeitos de equipamentos públicos na produção do espaço urbano de cidades médias brasileiras. A pesquisa contribui para o debate sobre justiça espacial, inclusão socioeducativa e transformação territorial, demonstrando que o direito à cidade só se realiza plenamente quando as políticas públicas são pensadas de forma integrada, democrática e sensível às realidades dos sujeitos que habitam os espaços urbanos marginalizados.

Palavras-chave: CAIC. Direito à Cidade. Geografia Crítica. Impacto Socioespacial. Questionários. Ituiutaba–MG.

ABSTRACT

This research aims to analyze the socio-spatial impacts of the programs developed by the *Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente* (CAIC), Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva, located in the Novo Tempo II neighborhood, in Ituiutaba, Minas Gerais, Brazil. Grounded in the perspective of Critical Geography, the study is based on the analytical categories of form, function, structure, and process, as outlined by Milton Santos, and adopts the concept of the Right to the City, as formulated by Lefebvre (2001) and Harvey (2004), as its central axis for interpreting urban reality. The CAIC is understood as a multifunctional public facility whose role transcends formal education by integrating social, cultural, welfare, and health policies, assuming a strategic function in territorial organization and in promoting peripheral urban centralities. The methodological approach is qualitative, combining different research techniques: participant observation, document analysis, bibliographic review, and the application of semi-structured questionnaires to neighborhood residents, school professionals, and social actors involved in the implementation and development of CAIC's subprograms. The data analysis enabled the identification of representations, daily practices, and lived experiences, revealing how the school's presence and the provision of public services materialized in networks of sociability, forms of spatial appropriation, and new meanings attributed to the territory. The findings indicate that the subprograms associated with Pronaica focused on early childhood and primary education, culture, school meals, sports, health, and job training played a significant role in shaping the physical and social configuration of the Novo Tempo II neighborhood. These actions contributed to expanding access to basic rights and strengthening community bonds. In this context, the school has established itself as an institutional reference in a territory historically marked by a lack of urban infrastructure, promoting both material and symbolic transformations in residents' daily lives. However, the research also highlights the limits of institutional action, particularly regarding the discontinuity of public policies, the lack of intersectoral coordination, and the fragility of communication strategies with the local community. These weaknesses undermine the effectiveness of the programs and put the sustainability of social achievements at risk. The analysis of socio-spatial dynamics supports the assertion that the CAIC has become a structuring agent of the territory, although its impact relies heavily on the continuity of integrated public policies, the acknowledgment of local specificities, and the active participation of the population in managing collective assets. It is concluded that the experience of the CAIC in the Novo Tempo II neighborhood provides a valuable lens through which to understand the effects of public facilities on the production of urban space in medium-sized Brazilian cities. The research contributes to the debate on spatial justice, socio-educational inclusion, and territorial transformation, demonstrating that the right to the city can only be fully realized when public policies are conceived in an integrated, democratic, and context-sensitive manner, attentive to the realities of those living in marginalized urban spaces.

Keywords: CAIC. Right to the City. Critical Geography. Socio-spatial Impact. Questionnaires. Ituiutaba–MG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Expansão Territorial Urbana de Ituiutaba – 1901-2022	38
Figura 02. Modelo Construtivo dos CAICs	42
Figura 03. Imagem do CAIC - Creche	48
Figura 04. Imagem do CAIC - Panorâmica de toda a escola	49
Figura 05. Imagem do CAIC - Quadra Poliesportiva	49
Figura 06. Imagem do CAIC - Bloco Ensino Fundamental 1 e 2	50
Figura 07. Subprogramas desenvolvidos pelo CAIC ilustrados pela capa de um livro	52
Figura 08. Subprogramas desenvolvidos pelo CAIC ilustrados em cartazes em uma apresentação	53
Figura 09. Registros de eventos realizados pelo CAIC com foco na mobilização da comunidade e captação de parcerias para o fortalecimento das ações de saúde	56
Figura 10. Registros de eventos realizados pelo CAIC com foco na mobilização da comunidade e captação de parcerias para o fortalecimento das ações pedagógicas.	57
Figura 11. Registros da Educação Infantil em momentos lúdicos e festivos	59
Figura 12. Registros da Educação Infantil em momentos lúdicos e festivos	60
Figura 13. Registros da Ensino Fundamental em momentos festivos (1996-2023)/01	62
Figura 14. Registros da Ensino Fundamental em momentos festivos (1996-2023)/02	63
Figura 15. Atividades desenvolvidas no Núcleo da Cultura, promovendo a valorização das expressões artísticas, das identidades culturais e do pertencimento ao espaço escolar - 01	65
Figura 16. Atividades desenvolvidas no Núcleo da Cultura, promovendo a valorização das expressões artísticas, das identidades culturais e do pertencimento ao espaço escolar - 02	66
Figura 17. Atividades desenvolvidas no Núcleo da Cultura, promovendo a valorização das expressões artísticas, das identidades culturais e do pertencimento ao espaço escolar - 03	67
Figura 18. Atividades realizadas no Núcleo do Trabalho	69
Figura 19. Registros do Subprograma de Alimentação - 01	71
Figura 20. Registros do Subprograma de Alimentação - 02	72
Figura 21. Atividades desenvolvidas no Núcleo de Suporte Tecnológico e Registros dos livros criados por meio deste projeto	74
Figura 22. Matérias de Jornal - CAIC	75
Figura 23. Atividades realizadas no Subprograma do Esporte - 01	77
Figura 24. Atividades realizadas no Subprograma do Esporte - 02	78
Figura 25. Distribuição dos Respondedores por faixa etária	87
Figura 26. Distribuição dos Respondedores por identidade de gênero	89
Figura 27. Distribuição dos Respondedores por raça e cor	90
Figura 28. Relação dos respondedores com o CAIC e o Bairro Novo Tempo II (em %)	91
Figura 29. Tempo de contato com o CAIC e o bairro Novo Tempo II (em %)	92
Figura 30. Modificações no bairro Novo Tempo II após a implementação do CAIC	95
Figura 31. Avaliação da infraestrutura atual do CAIC (em %)	96
Figura 32. Avaliação dos respondedores sobre a importância do CAIC no desenvolvimento do bairro	97
Figura 33. Contribuições do CAIC para a formação educacional e social (em %)	99
Figura 34. Participação ou conhecimento referente aos programas ofertados pelo CAIC (em %)	101

Figura 35. Quais atividades os respondedores consideram mais importante	102
Figura 36. O CAIC oferta atividades em quantidades satisfatórias para além do ensino regular (em %)	104
Figura 37. Opinião dos respondedores se o CAIC impacta na vida das famílias do entorno do bairro	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

11

Objetivos da Pesquisa 13
Delimitação do Problema

14

Os caminhos metodológicos 20

CAPÍTULO 01. DIREITO À CIDADE E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS: o impacto do CAIC no bairro Novo Tempo II
25

CAPÍTULO 02. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A ESCALA DE ANÁLISE DO BAIRRO

37

2.1 Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica): a escola do Bairro 39

2.2 Expansão territorial: uma leitura da demanda habitacional popular 43

CAPÍTULO 03. CIRCUITO DE INTEGRAÇÃO DOS SUBPROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDOS PELO CAIC 47

3.1. Uma perspectiva documental do Programa de Atenção Integral à criança e ao Adolescente
50

3.1.1. Núcleo de Proteção Especial à criança e à Família e Núcleo de Promoção da Saúde da Criança e do Adolescente
54

3.1.2 Subprograma Educação Infantil
58

3.1.3 Subprograma Ensino Fundamental
60

3.1.4 Subprograma da Cultura 64

3.1.5 Subprograma da educação para o Trabalho 68

3.1.6 Subprograma da Alimentação
70

3.1.7 Subprograma de Suporte Tecnológico
73

3.1.8 Subprograma do Esporte
76

3.2 Caderno de campo: primeiras aproximações a partir da observação participante
79

CAPÍTULO 04. OS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DO CAIC NA VIDA COTIDIANA DA POPULAÇÃO DO BAIRRO NOVO TEMPO II

86

4.1 Sujeitos, vínculos e produção do espaço: dimensões socioterritoriais da experiência urbana no Bairro Novo Tempo II

87

4.2 O impacto do CAIC no bairro Novo Tempo II: transformações sociais e infraestruturais

94

CONSIDERAÇÕES FINAIS 111

REFERÊNCIAS 118

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil tem sido historicamente caracterizado por um crescimento desigual e fragmentado, no qual a ocupação do espaço urbano reflete as contradições inerentes à produção capitalista da cidade. A expansão das áreas urbanas ocorre, muitas vezes, sem um planejamento adequado que assegure o acesso equitativo à infraestrutura, mobilidade, saneamento básico e serviços públicos essenciais. Esse fenômeno aprofunda a segregação socioespacial, deslocando populações de baixa renda para territórios periféricos marcados pela precariedade urbana e pela limitação de equipamentos coletivos.

Nesse contexto, a formulação e execução de políticas públicas voltadas à mitigação dessas desigualdades tornam-se essenciais para a estruturação de um espaço urbano mais justo. Essa necessidade se intensifica em localidades onde a ausência do Estado na provisão de bens e serviços públicos reforça dinâmicas de vulnerabilidade socioeconômica e exclusão territorial. Ao mesmo tempo, essas regiões frequentemente se tornam palco de iniciativas que, mesmo diante de limitações estruturais, buscam promover a cidadania e o acesso a direitos fundamentais como os programas desenvolvidos pelo Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), objeto de estudo desta dissertação.

É nesse cenário de urbanização excludente que emerge o debate acerca das relações sociais e do direito à cidade, presente na literatura desde a formulação inicial desse conceito. A partir da década de 1970, o direito à cidade passou a ocupar lugar central nos estudos urbanos, ao defender que todas as pessoas devem ter acesso pleno, equitativo e digno aos espaços urbanos e aos recursos que neles circulam. Entre as diversas interpretações do conceito, destaca-se a formulação de Lefebvre (2001), para quem o direito à cidade representa “um direito coletivo à vida urbana”. Ainda segundo o autor, esse direito constitui “um ponto de partida, um pré-requisito para qualquer transformação social e cultural” (Lefebvre, 2001, p. 12), evidenciando sua centralidade para os processos de construção de uma cidade mais justa e inclusiva.

Harvey (2014), por sua vez, amplia a compreensão do direito à cidade ao enfatizar sua dimensão política e transformadora. Para o autor, “o direito à cidade é mais do que um direito individual a acessar os recursos que a cidade tem a oferecer. É um direito coletivo de mudar e reinventar a cidade de forma mais conforme os nossos desejos mais profundos” (Harvey, 2014, p. 47). Essa perspectiva desloca o foco do acesso passivo aos bens urbanos para uma atuação ativa dos sujeitos sociais na produção e transformação do espaço urbano, reconhecendo que a cidade é também um campo de disputas, de práticas políticas e de

construção de subjetividades. Assim, o direito à cidade torna-se uma construção por justiça espacial e por um modelo urbano mais democrático, que contemple as múltiplas vozes dos que vivem e experienciam cotidianamente os efeitos das desigualdades urbanas.

Repensar os aspectos estruturais, políticos e sociais vinculados ao direito à cidade implica observar, com atenção, as expressões concretas das desigualdades urbanas em territórios marcados pela precarização do espaço público e pela vulnerabilidade social. É nesse sentido que se insere a realidade do CAIC e da comunidade do bairro Novo Tempo II, locus desta pesquisa. A experiência vivida nesse território evidencia como as promessas de acesso igualitário à cidade, aos serviços e à cidadania plena muitas vezes não se concretizam na prática cotidiana de seus moradores. Tais contradições impõem desafios à efetivação da construção do direito à cidade e demandam análises que articulem as dimensões sociais, espaciais e institucionais.

Os Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs), concebidos como parte de uma política pública voltada à educação integrada e ao atendimento das populações periféricas, foram implantados de forma desigual pelo país. Segundo Parente e Sobrinho (1995, p. 13), “dos 359 CAICs em processo de implantação, 238 (65%) estão concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste”, revelando uma tentativa inicial de enfrentar as disparidades regionais no acesso à educação e a equipamentos sociais. No entanto, a trajetória dessas instituições, muitas vezes marcada por descontinuidade de políticas, falta de manutenção e abandono, reflete as limitações do Estado em garantir, de fato, o direito à cidade para populações historicamente marginalizadas.

A realidade da região onde o CAIC da cidade de Ituiutaba–MG está inserido revela-se visivelmente marcada por carências socioeconômicas, com limitações significativas no acesso a condições adequadas de moradia, saúde, cultura e lazer. Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental, não somente como espaço educativo, mas como agente de promoção da cidadania e de articulação com políticas públicas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes. Sua atuação reforça os cuidados necessários a essa população vulnerável, contribuindo para garantir o acesso a programas de assistência social e promovendo ações que extrapolam os limites da educação formal.

A configuração social presente no CAIC da cidade de Ituiutaba–MG contrasta com a realidade de outras instituições de ensino do município. O CAIC se caracteriza por atender a uma comunidade em constante processo de mobilidade residencial, com presença expressiva de alunos oriundos de outras cidades ou estados, e por lidar com elevados índices de pobreza, demandando ações contínuas de acompanhamento por parte dos serviços socioassistenciais.

Esse cenário evidencia a interdependência entre educação e políticas sociais, assim como a necessidade de estratégias educativas sensíveis às especificidades do território e às múltiplas formas de exclusão vivenciadas por seus sujeitos.

Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os impactos socioespaciais dos programas desenvolvidos pelo Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) – Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva, no Bairro Novo Tempo II, localizado na malha urbana do município de Ituiutaba, Minas Gerais, tendo como eixo orientador o Direito à Cidade. Parte-se do entendimento de que o espaço urbano é resultado de múltiplas mediações entre agentes sociais, políticas públicas, práticas territoriais e relações de poder que se materializam em formas, funções e conteúdos desiguais, conforme apontam os estudos da Geografia crítica.

Nesse sentido, a pesquisa propõe os seguintes objetivos específicos: (a) Identificar e descrever as transformações socioespaciais ocorridas no Bairro Novo Tempo II a partir das intervenções promovidas pelo CAIC, analisando essas mudanças à luz do Direito à Cidade e da vivência cotidiana da população local; (b) Analisar os subprogramas e ações desenvolvidos no interior do CAIC, observando sua permanência, descontinuidade ou reconfiguração, e seus efeitos na constituição de redes de sociabilidade, no fortalecimento da cidadania e no acesso equitativo a bens e serviços urbanos; e (c) Investigar como as políticas públicas de educação, moradia e assistência social, articuladas à atuação do CAIC, influenciaram a vida dos moradores, alunos e trabalhadores do Bairro Novo Tempo II, considerando sua contribuição para a ampliação do acesso a direitos, a superação de vulnerabilidades socioeconômicas e a construção de uma cidade mais justa e inclusiva.

Ao focalizar os impactos socioespaciais das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica), a pesquisa busca compreender de que forma o CAIC influencia a estruturação e a dinâmica do Bairro Novo Tempo II, enquanto espaço geográfico em constante processo de produção, apropriação e transformação. Analisa-se a infraestrutura instalada e os programas voltados à educação, cultura, lazer, esporte e saúde, não somente como serviços ofertados, mas como práticas territoriais que incidem diretamente sobre a qualidade de vida dos moradores e sobre as lógicas de uso, ocupação e significado do território.

Delimitação do Problema

A vivência cotidiana no espaço do CAIC trouxe consigo múltiplas responsabilidades que se entrelaçam à minha trajetória na educação e aos processos formativos sociais promovidos por essa instituição. A experiência como docente nesse contexto possibilitou uma compreensão mais ampla sobre a intensa participação comunitária na vida escolar, ao mesmo tempo, em que despertou questionamentos sobre os impactos socioespaciais do CAIC na consolidação do Bairro Novo Tempo II. A partir dessa imersão, emerge a indagação central que orienta este estudo: qual o papel do CAIC na configuração socioespacial do Bairro Novo Tempo II e quais impactos sua atuação produziu ao longo dos anos?

Diversas inquietações surgem a partir dessa questão matriz, especialmente ao se considerar os subprogramas desenvolvidos pela instituição, tanto aqueles que foram descontinuados quanto os que ainda permanecem ativos. Essa análise inicial conduz a novos questionamentos, tais como: (a) Quais foram as motivações que levaram à redução das ações culturais no CAIC?; (b) A diminuição dessas atividades impactou as dinâmicas culturais e as relações sociais do bairro?; e (c) Em que medida, e por quais fatores, as ações desenvolvidas pelo CAIC foram reduzidas ou extintas?

O percurso histórico investigado ao longo da pesquisa revela nuances significativas das transformações e rupturas que afetaram os subprogramas e iniciativas da instituição. Ainda assim, persiste uma memória coletiva que registra o impacto positivo dessas ações no desenvolvimento do bairro. Com base nessa perspectiva, reafirma-se a questão central: como os programas desenvolvidos pelo CAIC contribuíram para o desenvolvimento do Bairro Novo Tempo II?

Além dessa indagação principal, outras questões complementares orientam a construção analítica da pesquisa, dentre elas: (d) Após o encerramento do PRONAICA, os subprogramas e ações continuaram sendo desenvolvidos na instituição? Em quais condições?; e (e) No contexto atual, os subprogramas e ações do CAIC ainda geram impactos socioespaciais no Bairro Novo Tempo II?

A fundamentação deste estudo ancora-se na concepção do CAIC como um espaço integrador de educação, assistência social, cultura e saúde. Nesse sentido, propõe-se uma reflexão crítica acerca do papel desempenhado pelos agentes sociais e pela instituição na configuração do bairro, assim como na promoção do direito à educação e à cidade.

Ao considerar a escola como um espaço que ultrapassa sua função pedagógica, assumindo o protagonismo como principal provedor de serviços públicos no bairro, novos

questionamentos se impõem: (f) Quais impactos geográficos e sociais foram produzidos pela materialização e aplicabilidade dos subprogramas do PRONAICA?; (g) Como as relações sociais do bairro são influenciadas pela pluralidade territorial expressa no espaço?; (h) Quais foram as contribuições do CAIC para a minimização e/ou superação da vulnerabilidade socioeconômica do Bairro Novo Tempo II?; e (i) Quais transformações impactaram a produção do espaço urbano a partir da implantação da unidade CAIC?

Essas questões estruturam o presente estudo, permitindo uma análise aprofundada sobre a influência do CAIC na organização socioespacial do Bairro Novo Tempo II, à luz dos aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos que marcam sua trajetória institucional e territorial.

Diante das transformações impostas pelo processo de urbanização desigual e das estratégias de planejamento urbano voltadas à periferização da pobreza, torna-se fundamental analisar como determinadas políticas públicas e equipamentos sociais interferem na produção e na organização do espaço urbano. Ao longo de sua trajetória, O CAIC constituiu-se como um importante ponto de ancoragem institucional, cuja presença influenciou diretamente as dinâmicas socioespaciais do bairro, contribuindo para a estruturação de redes de proteção social e para a reconfiguração da vida urbana local. Com base nessa problemática, delineiam-se os objetivos que orientam a presente investigação.

Diante desse escopo, a investigação problematiza até que ponto as ações desenvolvidas pelo CAIC e pelos subprogramas do Pronaica foram capazes de gerar processos de inclusão socioespacial, enfrentando a lógica histórica de segregação urbana que marca o tecido das cidades médias brasileiras. Interessa compreender o papel do CAIC enquanto uma instituição estruturante do território, isto é, um agente indutor de transformações materiais e simbólicas que ressignifica o espaço urbano e contribui para a (re)configuração de centralidades locais em áreas historicamente marginalizadas.

A relevância deste estudo se sustenta em três eixos centrais. Em primeiro lugar, pela análise do CAIC enquanto política pública territorializada, concebido como estratégia de superação das carências sociais que atingem crianças e adolescentes em territórios periféricos, articulando-se ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em segundo lugar, pela singularidade da implantação do CAIC no Bairro Novo Tempo II, cuja presença instituiu um marco de infraestrutura urbana ao integrar, num mesmo território, ações educativas, sociais, culturais, esportivas e assistenciais, ampliando o acesso a bens coletivos e promovendo a funcionalidade social do espaço. E, por fim, pela contribuição da pesquisa à compreensão da produção do espaço urbano em cidades

médias como Ituiutaba, oferecendo subsídios para pensar as dinâmicas socioespaciais, os processos de territorialização e os efeitos das políticas públicas na configuração da cidade real.

Compreender essas dinâmicas implica reconhecer os agentes sociais envolvidos no processo - gestores, educadores, famílias, crianças, adolescentes - como sujeitos históricos que constroem e experienciam o território. O CAIC, nesse contexto, assume um papel central como instrumento de mediação entre o Estado e a população, promovendo a espacialização de políticas públicas e contribuindo para a construção de uma rede de proteção e inclusão social. Sua atuação, portanto, ultrapassa os limites institucionais da escola, projetando-se como um elemento estruturador do espaço urbano, com influência direta sobre o ordenamento territorial, a circulação de capital social e a produção de novas espacialidades no Bairro Novo Tempo II.

A compreensão da dinâmica socioespacial do Bairro Novo Tempo II, em Ituiutaba-MG, no contexto desta pesquisa, a partir da minha própria vivência enquanto pesquisadora e educadora atuante no CAIC, apresento as problemáticas do bairro Novo Tempo II. A inserção nesse espaço não somente consolidou minha trajetória profissional como docente, mas também me proporcionou uma aproximação sensível e crítica das múltiplas realidades que estruturam o cotidiano desse território. Ao longo dos anos, a observação sistemática das práticas escolares, das relações com a comunidade e da atuação institucional permitiu que eu identificasse, com maior nitidez, as contradições, potências e fragilidades que atravessam esse espaço urbano periférico. Assim, as análises aqui propostas nascem de um olhar imerso, de quem vivencia cotidianamente os desafios de promover o direito à educação, à assistência e à cidade junto a uma população marcada por processos históricos de exclusão socioespacial.

Nesse percurso, tornou-se evidente uma lacuna na comunicação entre a instituição escolar e as famílias dos estudantes. Em diversas situações presenciei a ausência parcial ou completa de informações por parte dos pais e responsáveis, o que dificultava o acesso da comunidade aos subprogramas oferecidos pelo CAIC. Essa limitação compromete não apenas a efetividade das ações institucionais, mas também o fortalecimento dos vínculos escola/família, essenciais para a consolidação de um projeto educativo integrado ao território.

A partir da minha vivência docente, percebi também como as condições socioeconômicas e culturais da comunidade tendem a se reproduzir intergeracionalmente, perpetuando ciclos de vulnerabilidade. A evasão escolar e a dificuldade de permanência dos alunos são fenômenos recorrentes, muitas vezes associados à necessidade de inserção precoce

no mercado de trabalho ou a situações como gravidez na adolescência, ausência de suporte socioeconômico e escassez de oportunidades educativas no entorno imediato. Nessa realidade, a cultura do trabalho infantil se impõe não como escolha, mas como estratégia de sobrevivência familiar, restringindo o acesso dos jovens à formação escolar continuada.

Durante minha atuação no bairro, testemunhei como muitos estudantes, desde a infância, iniciam atividades laborais para contribuir com a renda familiar, o que limita de forma drástica suas possibilidades de escolha educacional e profissional. A inexistência de uma escola de Ensino Médio na própria comunidade agrava ainda mais essa realidade, ao obrigar os alunos a se deslocarem para outras áreas da cidade, enfrentando barreiras de transporte, insegurança e desmotivação, fatores que contribuem para a ruptura da trajetória escolar.

Diante dessa conjuntura, e baseada em minha experiência profissional, tornou-se claro que a carência de espaços formativos que ultrapassem os limites da escola convencional compromete o desenvolvimento integral dos sujeitos do território. Embora o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) possua atribuições voltadas à promoção da convivência comunitária e fortalecimento de vínculos sociais, percebi que a comunidade do Bairro Novo Tempo II permanece fortemente dependente do suporte prestado pelo CAIC. Em minha prática, acompanhei de perto a atuação do CAIC como provedor de alimentação, acolhimento, atendimento psicológico e odontológico, orientação às famílias, bem como ações culturais, recreativas e socioeducativas.

Na minha perspectiva como educadora e pesquisadora, reconheço que o papel da escola vai muito além do processo de ensino-aprendizagem. No caso do CAIC, essa função se amplifica por meio de uma proposta político-pedagógica que integra educação, assistência social e saúde, constituindo-se como um espaço de articulação entre diferentes políticas públicas e de promoção de cidadania. A vivência no interior dessa instituição revelou seu compromisso com práticas participativas, democráticas e inclusivas, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e para o fortalecimento do tecido comunitário local.

Nesse sentido, compreendo o CAIC como um projeto de inclusão urbana e de transformação socioespacial. Desde sua implementação em 1996, e ao adentrar o espaço da escola em 2021 pude acompanhar as transformações que se desenrolaram no bairro e em seu entorno: melhorias na infraestrutura urbana, expansão da malha viária, diversificação dos usos do solo, aumento do engajamento comunitário, instalação de equipamentos públicos relevantes como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFTM) a constituição de novos núcleos habitacionais. Tais modificações revelam que o CAIC, enquanto

equipamento público, desempenha papel estruturante na organização territorial, funcionando como vetor de centralidade e contribuindo para ressignificar o espaço urbano do Bairro Novo Tempo II e de áreas adjacentes.

A partir dessa perspectiva, torna-se necessário aprofundar a análise das formas pelas quais o CAIC influenciou a configuração socioespacial do Bairro Novo Tempo II, considerando tanto as transformações físicas ocorridas no território quanto as dinâmicas sociais produzidas em seu entorno. Com base na minha atuação direta como educadora e observadora participante nesse espaço, busco compreender como a presença institucional do CAIC e a implementação dos subprogramas do Pronaica se materializaram nas práticas cotidianas dos moradores, nos usos do espaço urbano e nas redes de sociabilidade construídas ao longo do tempo. Ao explorar essa realidade vivida, é possível identificar os efeitos permanentes ou transitórios da política pública sobre o território, bem como refletir sobre os limites e possibilidades de sua atuação frente aos desafios estruturais da urbanização periférica.

Contudo, a mera presença física do CAIC não garantiu, por si só, a superação das desigualdades urbanas nem a transformação qualitativa do espaço vivido. A implantação do equipamento representou um passo importante na tentativa de construir centralidades urbanas alternativas nas periferias, mas sua efetividade esteve condicionada à continuidade das políticas públicas e à articulação intersetorial. A experiência acumulada ao longo dos anos, vivenciada de forma direta por mim enquanto pesquisadora e docente atuante no local, revelou que a institucionalização do CAIC apresentaram potencial para influenciar as dinâmicas socioespaciais do bairro, mas também foram marcadas por descontinuidades, limitações estruturais e fragilidades operacionais.

A inclusão precária, aquela que ocorre sem garantia plena de acesso a bens materiais, serviços de qualidade e direitos fundamentais, acentua as desigualdades já existentes e contribui para a reprodução da vulnerabilidade socioespacial. Quando a urbanização se dá de forma fragmentada e seletiva, a qualidade de vida é comprometida, e os moradores desses territórios enfrentam obstáculos significativos ao acesso à saúde, à educação, à cultura e ao lazer. Esse processo, ao invés de promover a emancipação dos sujeitos, tende a reforçar ciclos de dependência e a cristalizar as desigualdades no tecido urbano, dificultando a mobilidade social e a conquista da cidadania plena.

A atuação do CAIC, nesse cenário, deve ser compreendida como parte de um processo maior de produção do espaço urbano em territórios periféricos. Sua existência está vinculada a um modelo de planejamento urbano que buscou, ainda que de maneira limitada,

articular políticas habitacionais e socioassistenciais, numa tentativa de atenuar os efeitos da segregação socioespacial. A década de 1990 marcou, nesse sentido, um período de experimentação de políticas intersetoriais no Brasil, em que programas como o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) e o Pronaica representaram esforços para integrar a construção do direito à moradia com o direito à cidade.

A intersecção entre a política habitacional e a implantação de equipamentos públicos como o CAIC evidencia o papel das infraestruturas sociais na produção de novas territorialidades. Equipamentos como esse, quando devidamente articulados às necessidades locais e às redes de proteção social, funcionam como polos de centralidade em áreas periféricas, gerando fluxos, conexões e novas espacialidades. Contudo, quando ocorrem de forma desarticulada ou são esvaziados de sua função pública, podem também aprofundar a dependência, naturalizar a carência e perpetuar uma lógica assistencialista desvinculada de processos emancipatórios.

Portanto, refletir sobre a atuação do CAIC no Bairro Novo Tempo II com base em minha vivência direta como docente e pesquisadora e nas evidências construídas ao longo do tempo implica compreender suas contradições, potencialidades e limites como instrumento de intervenção urbana. Ao observar suas ações no campo da educação, assistência social e cultura, é possível analisar como esse equipamento público interferiu na configuração socioespacial do território, quais mediações promoveu entre o Estado e a comunidade e até que ponto conseguiu consolidar-se como vetor de inclusão urbana sustentável e equitativa.

O Bairro Novo Tempo II emerge como resposta às crescentes demandas habitacionais da população de baixa renda de Ituiutaba, sendo produto de uma política urbana voltada à expansão da cidade em direção às suas bordas periféricas. Sua incorporação ao tecido urbano revela um processo de urbanização seletiva e fragmentada, marcado por vazios intraurbanos, ausência de continuidade territorial e infraestrutura deficitária, elementos que dificultam a integração plena com a malha urbana consolidada. Essa configuração espacial evidencia a lógica da produção desigual do espaço, em que a inclusão da população de baixa renda ocorre de forma precária e desassistida, sem garantias efetivas de acesso aos bens públicos urbanos, como saneamento, transporte, saúde, educação e lazer.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como o CAIC atua como agente estruturante do território e influencia o processo de urbanização local. Com base na minha vivência profissional nesse espaço, foi possível observar que a atuação do CAIC extrapola os limites da educação formal, assumindo uma função ampliada na conformação do bairro. A instituição promove a formação de sujeitos críticos e conscientes, ao mesmo tempo em que

fortalece os laços comunitários e fomenta redes de apoio social. Seu papel como espaço de convivência, trocas culturais e práticas coletivas contribui para a qualificação do lugar, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a coesão territorial.

Além de sua função educativa, o CAIC contribui diretamente para o dinamismo socioeconômico local, ao impulsionar a geração de empregos, incentivar o comércio de bairro, oferecer segurança institucional e promover atividades culturais e recreativas. Sua presença induz a ativação de fluxos internos e externos ao bairro, consolidando-se como polo de referência para as comunidades adjacentes. O equipamento passa, assim, a desempenhar uma função de centralidade periférica, reconfigurando a hierarquia espacial interna da cidade e conferindo ao Novo Tempo II uma posição estratégica no mapa urbano de Ituiutaba.

O CAIC de Ituiutaba se destaca, portanto, por seu caráter multifuncional, ancorado nas dimensões educacional, cultural e assistencial. Desde sua criação, em 1996, tem sido um pilar na proteção social e na promoção da cidadania, atuando intensamente junto às famílias residentes em um território que, à época de sua implantação, apresentava severas carências estruturais e recebia significativa população migrante oriunda da região Nordeste do país. Ao longo de 27 anos de existência, a instituição consolidou-se como referência na tríade educação–cultura–assistência social, expandindo seu raio de influência para além do espaço escolar e assumindo um papel central na produção do espaço urbano e na configuração socioespacial do bairro.

Os caminhos metodológicos

Para compreender os impactos socioespaciais da atuação do CAIC no Bairro Novo Tempo II, é imprescindível estabelecer um recorte metodológico que considere a historicidade e as especificidades deste território — aqui compreendido como o espaço vivido, socialmente produzido e carregado de significados, que abrange o bairro, a escola e seu entorno imediato. O território do Bairro Novo Tempo II, onde o CAIC está inserido, é marcado por um processo de urbanização recente, com fortes traços de vulnerabilidade social e econômica, mas também por redes de solidariedade e resistência cotidianas construídas por seus moradores.

A pesquisa se ancora na análise qualitativa, fundamentada na minha vivência como educadora e pesquisadora inserida na realidade do bairro, e busca interpretar como as ações desenvolvidas pela instituição, entre os anos de 1996 e 2022, contribuíram para a reorganização social, cultural e espacial da comunidade local. Entende-se que o CAIC, ao articular práticas educativas e políticas públicas, atua como agente transformador no território,

produzindo significados, relações e possibilidades de pertencimento, sobretudo em espaços urbanos historicamente negligenciados.

Partimos do princípio de que os espaços escolares, especialmente quando integrados a políticas públicas intersetoriais, funcionam como mediadores na produção do espaço urbano, ampliando o acesso a direitos e ressignificando os usos e sentidos atribuídos ao território. Nesse sentido, a metodologia adotada envolve a aplicação de questionários semiestruturados a sujeitos sociais diretamente envolvidos com o CAIC ao longo de sua trajetória, além da análise documental e do diálogo com o contexto histórico e geográfico onde o Bairro Novo Tempo II foi consolidado. Trata-se, portanto, de reconhecer o território como categoria central para pensar as interações entre espaço, poder e práticas sociais no contexto da cidade.

Para a realização desta pesquisa, que se dedica à compreensão de um fenômeno distribuído ao longo de mais de duas décadas, torna-se essencial considerar as marcas da historicidade tanto na configuração do bairro quanto nos usos e ressignificações atribuídas ao objeto investigado. Desde sua fundação, em 1996, a instituição desenvolveu diversas ações no âmbito de programas e subprogramas voltados ao atendimento da população infantojuvenil, adaptando-se continuamente às transformações sociais, econômicas e políticas do território. Essas reorganizações refletem tanto a dinâmica das políticas públicas como as estratégias locais de apropriação do espaço e das práticas institucionais.

A estrutura interna da escola é composta por múltiplos setores e agentes, cuja atuação se articula ao funcionamento dos subprogramas. A equipe é formada pela gestão escolar (direção e vice-direção), especialistas em educação, e coordenadores dos setores de Biblioteca, Secretaria, Cultura, Esporte, Iniciação ao Trabalho, Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), além dos setores administrativos, serventes escolares e vigilantes. Dada a centralidade dos subprogramas na proposta de análise, a pesquisa prioriza o contato com profissionais que atuaram diretamente nessas áreas, sobretudo aqueles com maior tempo de permanência na instituição, ainda que atualmente estejam realocados em outras funções. A identificação inicial desses participantes ocorreu por meio de diálogos com a gestão escolar, que colaborou na seleção de nomes relevantes à investigação.

As áreas de interesse envolvem os subprogramas que operam como eixos da proposta educativa e social do CAIC: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Cultura, Educação para o Trabalho, Alimentação Escolar, Suporte Tecnológico e Esporte. Cada um desses setores representa uma dimensão da presença do Estado no território e da tentativa de garantir o acesso a direitos fundamentais por meio de ações integradas, cuja eficácia depende tanto da

estrutura institucional quanto da participação comunitária.

Além dos profissionais diretamente vinculados ao CAIC, a pesquisa considera essencial o alcance de outros dois perfis de interlocutores, cujas experiências refletem distintas formas de apropriação do território e da instituição. Esses sujeitos contribuem para a construção de uma visão mais ampla e complexa sobre os impactos do CAIC no bairro, pois cada grupo vivenciou, à sua maneira, as dinâmicas socioespaciais que marcaram o desenvolvimento local. O primeiro grupo corresponde a moradores que se estabeleceram no bairro a partir da implementação do PAIH, política habitacional que marcou o início da ocupação formal da área. O segundo grupo é composto por pessoas que chegaram após essa fase inicial, mas que também enfrentaram a precariedade de infraestrutura e a escassez de equipamentos públicos. Já o terceiro grupo inclui aqueles que não foram beneficiários diretos da política habitacional, mas que passaram a residir na região e a utilizar os serviços do CAIC ao longo dos anos.

A coleta de dados junto aos diferentes perfis sociais é fundamental para a compreensão dos múltiplos sentidos atribuídos ao CAIC e à sua atuação no território. Cada grupo possui uma leitura específica dos impactos produzidos pela instituição, permitindo à pesquisa construir uma análise densa, ancorada na experiência dos sujeitos e nas transformações efetivas do espaço urbano. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários semiestruturados juntamente ao diário de campo, com base em uma periodização analítica que considera o ano de 1991 como marco do início do processo de ocupação do bairro; e o período de 1996 a 2022 como referência para a atuação do CAIC.

Para compreender os impactos socioespaciais dos programas desenvolvidos pelo CAIC no Bairro Novo Tempo II, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no paradigma crítico. A proposta metodológica parte do entendimento de que o espaço urbano é produzido historicamente por relações sociais que se materializam em territórios marcados por desigualdades e disputas. Nesse sentido, a investigação buscou não apenas levantar dados objetivos, mas interpretar sentidos, práticas e experiências que contribuam para a análise do papel do CAIC na configuração do bairro e no exercício da construção do direito à cidade. O estudo está ancorado na vivência da pesquisadora como educadora atuante na instituição, permitindo uma imersão qualificada na realidade observada dos sujeitos envolvidos.

A fundamentação teórica da pesquisa apoia-se na Geografia Crítica, especialmente nos aportes de Santos (2012), para quem o espaço é, antes de tudo, uma construção social. Com esse referencial, permite-se compreender as transformações urbanas a partir de uma

análise que considera as múltiplas dimensões da vida em sociedade econômica, política, simbólica, cultural e territorial. Tal perspectiva evita a fragmentação do fenômeno estudado em categorias estanques e permite uma leitura ampliada da dinâmica espacial, especialmente no contexto da urbanização periférica. A noção de direito à cidade, conforme formulada por Lefebvre (2001) e aprofundada por Harvey (2014), orienta a análise crítica sobre os efeitos da institucionalização do CAIC no bairro, entendendo esse equipamento público como um possível agente de inclusão ou de reprodução das desigualdades urbanas.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos utilizados articulam diferentes técnicas de investigação, tendo como eixo central a análise documental. Foram selecionadas fontes secundárias, como documentos oficiais, planos habitacionais da década de 1990, registros institucionais do CAIC, relatórios da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Planejamento Urbano de Ituiutaba, além de materiais obtidos junto à comunidade local, como fotografias, recortes de jornais, arquivos escolares e materiais informativos. A análise desses documentos visa reconstruir a trajetória institucional do CAIC, compreender a evolução dos subprogramas e identificar suas repercussões no território.

A pesquisa também se apoia em revisão bibliográfica, realizada a partir de livros, dissertações, teses e artigos científicos que discutem temas como políticas públicas, educação, habitação, urbanização e direito à cidade. As fontes foram selecionadas em bibliotecas digitais, bancos de dados acadêmicos, portais de periódicos eletrônicos e repositórios institucionais, com o objetivo de aprofundar o diálogo teórico e sustentar a análise dos dados empíricos. Conforme aponta Boccato (2006), a revisão da literatura permite a construção de novas perspectivas analíticas e o fortalecimento do embasamento conceitual da pesquisa.

Aliada à análise documental e à revisão bibliográfica, a pesquisa incorpora a observação participante como técnica complementar, potencializada pela inserção do pesquisador no contexto investigado. A vivência no cotidiano do CAIC possibilita a coleta contínua de informações e o registro de práticas institucionais e comunitárias. As observações serão organizadas e sistematizadas por meio de um caderno de campo, no qual serão registradas percepções, interações, eventos e informações relevantes ao objeto de estudo. Essa estratégia metodológica é defendida por autores como Minayo (2010) e Reis (2011), que destacam a importância do envolvimento do pesquisador com o ambiente natural da pesquisa.

Serão aplicados questionários semiestruturados a três perfis sociais distintos: moradores que se estabeleceram no Bairro Novo Tempo II, alunos da escola CAIC e trabalhadores vinculados à instituição. A escolha dos questionários como instrumento de coleta de dados fundamenta-se na proposta de Lüdke e André (1986), que destacam a

importância de instrumentos estruturados capazes de apreender percepções e experiências dos sujeitos sociais. Essa estratégia metodológica visa alcançar uma abrangência maior na coleta das informações, permitindo sua sistematização e análise estatística, de modo a contribuir de forma objetiva para o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Em síntese, a metodologia da pesquisa organiza-se a partir de quatro frentes principais: análise documental, revisão bibliográfica, observação participante com registro em diário de campo e aplicação de questionários. A articulação entre essas técnicas visa construir uma análise densa, crítica e territorializada, que permita compreender o papel do CAIC na produção do espaço urbano e na configuração das relações sociais no Bairro Novo Tempo II. A metodologia adotada, portanto, reconhece o espaço como expressão de práticas sociais e políticas públicas, valorizando o diálogo entre teoria e prática na construção de um conhecimento situado e comprometido com a transformação social.

CAPÍTULO 01. DIREITO À CIDADE E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS: o impacto do CAIC no bairro Novo Tempo II

A partir da década de 1970, observa-se no Brasil um fortalecimento da perspectiva social nos estudos urbanos. Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Santos (1978), cuja obra *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, ampliou as possibilidades de leitura social do espaço geográfico. Sua abordagem superava as limitações impostas pela quantificação e pelos modelos ecossistêmicos que, até então, predominavam na representação da realidade urbana. Entre suas contribuições mais significativas, encontra-se a concepção do espaço geográfico como objeto central de análise da Geografia. Para Santos (2012):

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho da história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (Santos, 2012, p. 153).

A partir dessa concepção, compreende-se que o espaço urbano não pode ser analisado de forma isolada ou descontextualizada de suas dinâmicas históricas e sociais. As formas urbanas, ao se configurarem como produtos de processos do passado e do presente, carregam as marcas das relações sociais que as originaram. Dessa maneira, as estruturas físicas e organizacionais do espaço urbano revelam funções técnicas ou utilitárias, e também as forças sociais e políticas que atuam em sua produção.

O entendimento do espaço como um “campo de forças” com aceleração desigual evidencia que o desenvolvimento urbano ocorre de maneira assimétrica, favorecendo determinados grupos sociais e territórios em detrimento de outros. Essa lógica seletiva da urbanização, típica do modelo capitalista, aprofunda as desigualdades socioespaciais e reforça a fragmentação do tecido urbano. No caso de territórios periféricos, como o Bairro Novo Tempo II, a inserção de equipamentos públicos, como o CAIC, pode representar uma tentativa de interferência nesse campo de forças, com vistas à reconfiguração das relações sociais locais e à promoção de maior equidade no acesso aos direitos urbanos.

Como intelectual profundamente comprometido com seu tempo, Santos (2012) ofereceu fundamentos sólidos para pensar o espaço geográfico em diferentes temporalidades. Sua abordagem permite observar a realidade por meio de uma lente que revela distintas

dinâmicas conforme a escala temporal e espacial considerada. Para tanto, é necessário integrar dimensões econômicas, demográficas, sociais e jurídicas em suas múltiplas inter-relações, evitando, reducionismos que ocultem a complexidade inerente à produção e à vivência dos espaços.

No campo da Geografia social crítica, outra contribuição significativa é apresentada por Moraes (1994), ao destacar a relevância da constante renovação do pensamento crítico articulado à reflexão geográfica. Se o paradigma crítico se fortaleceu no final da década de 1970, é fundamental reconhecer que o espaço, entendido como uma construção social, também deve ser continuamente revisitado à luz dos fenômenos sociais que o atravessam e transformam.

Os autores da geografia Crítica vão fazer uma avaliação profunda das razões da crise: são os que acham fundamental evidenciá-la. Vão além do questionamento acadêmico do pensamento tradicional, buscando as suas raízes sociais. Ao nível acadêmico, criticam o empirismo exacerbado da Geografia Tradicional, que manteve suas análises presas ao mundo das aparências, e todas as outras decorrências da fundamentação positivista (a busca de um objeto automatizado, a ideia absoluta de lei, a não-diferenciação das qualidades distintas dos fenômenos humanos, etc) (Moraes, 1994, p. 42).

Nesse sentido, os autores vinculados à Geografia Crítica assumem o compromisso de realizar uma avaliação profunda das causas estruturais da crise urbana e socioespacial. Para Moraes (1994, p. 42), esses autores evidenciam a crise, como a consideram elemento central da análise geográfica, rompendo com a neutralidade científica que marcou o pensamento tradicional. Ao deslocarem o foco do mero questionamento acadêmico para a busca das raízes sociais da produção do espaço, propõem uma renovação epistemológica na forma de compreender as dinâmicas territoriais.

A crítica ao empirismo excessivo da Geografia Tradicional, formulada por Moraes (1994), denuncia sua limitação em permanecer atrelada às aparências fenomênicas, sem alcançar as determinações profundas que estruturam os espaços. Essa limitação advém, em grande parte, da influência do positivismo, que orientou a busca por leis universais, a objetividade absoluta e a neutralização das especificidades dos fenômenos humanos. Tais pressupostos tornaram a Geografia tradicional incapaz de apreender a realidade social em sua complexidade, diversidade e historicidade.

Ao superarem essa lógica, os geógrafos críticos defendem a centralidade da totalidade e das contradições como chaves interpretativas da espacialidade. O espaço deixa de ser visto como cenário ou suporte das ações humanas, sendo compreendido como instância ativa e produto das relações sociais, econômicas e políticas. Essa perspectiva é essencial para

análises que buscam interpretar não somente os efeitos da urbanização, mas seus mecanismos estruturantes, como se observa no caso da implantação do CAIC no Bairro Novo Tempo II.

Podemos observar, a partir dessa perspectiva crítica, que em cada período histórico os autores denominam os agentes sociais com certas variações, no sentido estrito da palavra, mas também em razão das transformações dos papéis sociais ao longo do tempo. A dinâmica do espaço está intimamente ligada à atuação desses agentes, cujas ações moldam sendo moldadas pelas estruturas sociais, econômicas e políticas em constante mudança.

Nesse sentido, Santos (1978), atento às especificidades de seu tempo, propôs uma categorização desses agentes que considera tanto sua posição no processo de produção do espaço quanto sua capacidade de interferência nas dinâmicas territoriais. Sua análise busca evidenciar como esses sujeitos públicos ou privados, coletivos ou individuais influenciam diretamente na conformação das formas e das funções espaciais, operando de acordo com interesses, lógicas de poder e possibilidades materiais diversas. Essa abordagem permite compreender o espaço urbano não como uma totalidade homogênea, mas como resultado de disputas e mediações entre múltiplos atores sociais. Desta forma,

Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidato a isso [...] A demanda de cada indivíduo como membro da sociedade total é respondida e parte pelas firmas e em parte pelas instituições. As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. As instituições, por seu turno, produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma das casas, plantações, caminhos, etc (Santos, 2014, p. 17).

Na caracterização proposta por Milton Santos (2014, p. 17), os indivíduos são concebidos como elementos constitutivos do espaço, seja enquanto força de trabalho em atividade, seja como sujeitos em busca de inserção produtiva. Essa visão reforça a centralidade do ser humano na produção e transformação do espaço geográfico, em constante relação com os demais componentes do meio social.

A citação evidencia a divisão funcional dos agentes sociais no espaço: por um lado, as firmas, responsáveis pela produção de bens, serviços e ideias; por outro, as instituições, encarregadas de estabelecer normas, ordens e legitimações. Essa distinção é fundamental para compreender os diferentes papéis que os agentes exercem na organização socioespacial e como suas ações influenciam a forma e o conteúdo dos territórios. Enquanto as firmas respondem à lógica da produção e do mercado, as instituições cumprem o papel de estruturar as regras que orientam a convivência social e o uso do espaço.

Santos (2014) também destaca o papel do meio ecológico, compreendido como a

base física do trabalho humano, ou seja, o substrato territorial sobre o qual as práticas sociais e econômicas se realizam. Complementarmente, as infraestruturas são interpretadas como expressão concreta do trabalho humano, materializado e geografizado em formas visíveis como habitações, plantações e vias de circulação. Trata-se, portanto, de uma concepção que articula de forma indissociável os aspectos materiais e imateriais do espaço, resultantes da ação humana e das relações sociais que o produzem e o reproduzem continuamente.

Essa perspectiva é essencial para a análise do CAIC no Bairro Novo Tempo II, enquanto permite interpretar esse equipamento público não somente como uma construção física, mas, como resultado e vetor de ações institucionais, interesses sociais e processos históricos que atravessam o território.

As transformações espaciais, observadas em diferentes escalas, também são produtoras de criticidade, enquanto revelam o declínio de determinados sujeitos e agentes, a emergência de novos ou, em alguns casos, a coexistência de ambos sem que ocorra substituição efetiva. Essa dinâmica evidencia que o espaço não é estático, tampouco se transforma de maneira linear ou homogênea. Pelo contrário, ele é continuamente reconfigurado por disputas, permanências e rupturas que refletem as contradições da sociedade.

A obsolescência de certos agentes, como antigas formas de organização produtiva ou estruturas institucionais desatualizadas, convive com a ascensão de novos atores sociais e econômicos que passam a exercer influência decisiva sobre o território. No entanto, a não substituição completa de agentes ou estruturas anteriores demonstra que o espaço acumula temporalidades distintas, convivendo com vestígios do passado enquanto incorpora novas dinâmicas. Essa justaposição de tempos e funções contribui para a complexidade das transformações socioespaciais.

No contexto urbano, isso é particularmente evidente em áreas periféricas, onde a presença do Estado por meio de políticas públicas e equipamentos como o CAIC pode tanto introduzir novas práticas e relações quanto se sobrepor a estruturas sociais já existentes, sem necessariamente transformá-las por completo. Assim, a análise crítica do espaço deve considerar essas múltiplas camadas temporais e funcionais, reconhecendo a coexistência de formas, funções e processos que se interpenetram e, muitas vezes, entram em conflito, tendo em vista que,

A vanguarda desse processo crítico renovador vai ainda mais além, apontando o conteúdo de classe da Geografia Tradicional. Seus autores mostraram teorias geográficas e o imperialismo, a ideia de progresso veiculando sempre a apologia da expansão. Mostram o trabalho dos geógrafos, como articulado às razões do Estado. Desmistificam a pseudo-“objetividade” desse processo, especificando como o

discurso geográfico escamoteou as contradições sociais. Atingem assim seu caráter ideológico, que via a organização do espaço como harmônica; via a relação homem-natureza, numa ótica que acobertava as relações entre os homens; via a população de um dado território, como um todo homogêneo, sem atentar para a sua divisão em classes. Enfim, os geógrafos críticos apontaram a relação entre a Geografia e a superestrutura da dominação de classe, na sociedade capitalista. Desvendaram as máscaras sociais aí contidas, pondo à luz os compromissos sociais do discurso geográfico, seu caráter classista. As razões da crise foram buscadas fora da Geografia (Moraes, 1994, p. 42).

A análise proposta por Moraes (1994, p. 42) aprofunda a crítica ao caráter ideológico da Geografia Tradicional, ao revelar como essa vertente do pensamento geográfico esteve historicamente alinhada aos interesses da classe dominante e ao projeto de expansão do capital. A desmistificação da suposta neutralidade científica é um dos pontos centrais dessa crítica: ao evidenciar que o discurso geográfico se construiu a partir de um olhar que apagava as contradições sociais, os autores da Geografia Crítica colocam em xeque a objetividade e o universalismo que fundamentavam grande parte das análises espaciais tradicionais.

A ideia de progresso, segundo essa leitura, foi apropriada pelo discurso geográfico como um instrumento ideológico que naturalizava o avanço do capital e a ocupação dos territórios, muitas vezes violentamente e excludente. O trabalho dos geógrafos, nesse contexto, foi frequentemente utilizado para legitimar políticas de Estado, contribuindo para a organização de um espaço aparentemente funcional e harmônico, mas que, na prática, escondia relações profundamente desiguais entre os diferentes grupos sociais.

Ao tratar o território na totalidade homogêneo, a Geografia Tradicional desconsiderava as divisões de classe e as múltiplas formas de desigualdade que estruturam a sociedade capitalista. A crítica da Geografia renovadora, portanto, resgata o papel do espaço como instância política e histórica, cuja organização reflete disputas por poder, por acesso a direitos e por formas distintas de apropriação territorial. Ao apontarem a relação entre Geografia e superestrutura da dominação de classe, os geógrafos críticos lançam luz sobre os compromissos sociais e políticos que sempre estiveram presentes, ainda que mascarados, no discurso geográfico.

Com isso, tornam-se visíveis os limites das abordagens desprovidas de perspectiva crítica, sobretudo quando se trata de compreender as desigualdades socioespaciais em territórios marcados pela exclusão. No caso do Bairro Novo Tempo II, por exemplo, é preciso analisar se a presença do CAIC corresponde a um projeto emancipador ou se apenas reproduz, sob nova forma, as mesmas lógicas que historicamente marginalizaram certas populações urbanas. A Geografia Crítica, ao revelar os compromissos ideológicos por trás da organização do espaço, convida à reflexão sobre a quem serve determinada configuração territorial e quais

agentes se beneficiam ou permanecem à margem dessas transformações.

Em outro momento de sua trajetória intelectual, Santos (1985), aprofunda sua proposta analítica ao destacar que a compreensão do espaço deve partir da análise dos seus elementos constitutivos e das interações que entre eles se estabelecem. Essa perspectiva permite conceber o espaço não como uma simples soma de partes ou como um cenário estático, mas como um sistema articulado, dinâmico e em constante transformação. Para Santos (2014), essa abordagem metodológica é fundamental para desvendar as múltiplas determinações que configuram o espaço geográfico:

o estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise. Na medida em que a função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo, e igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social (Santos, 2014, p. 18).

Essa concepção de espaço enquanto sistema interligado exige uma análise que considere simultaneamente as formas, os processos, os agentes e as funções que operam sobre o território. Ao propor essa leitura, Santos (2014) oferece uma chave teórico-metodológica que rompe com a compartimentação do conhecimento e convida à construção de uma geografia total, capaz de articular o econômico, o político, o social e o cultural na interpretação dos fenômenos espaciais.

Nesse sentido, a aplicação dessa perspectiva ao estudo do Bairro Novo Tempo II e da presença do CAIC nesse território permite uma leitura ampliada de suas implicações socioespaciais. O equipamento público não pode ser compreendido isoladamente, mas deve ser analisado em suas conexões com o tecido urbano, com os fluxos institucionais e com os sujeitos sociais que interagem nesse espaço. O CAIC, ao integrar funções educativas, sociais e comunitárias, torna-se parte ativa de um sistema espacial que, por sua vez, reflete as contradições, os conflitos e as possibilidades de transformação presentes na sociedade.

Para aprofundar a compreensão do espaço como totalidade em constante transformação, Santos (2014) propõe uma articulação teórica entre quatro categorias fundamentais: forma, função, estrutura e processo. Esses conceitos, quando analisados em conjunto, permitem uma leitura mais complexa do espaço geográfico, superando abordagens meramente descritivas e possibilitando a interpretação das dinâmicas que o produzem e o modificam. Em sua obra, o autor apresenta essas categorias de forma didática, oferecendo definições que esclarecem suas especificidades e inter-relações:

A definição apresentada por Milton Santos (2012, p. 69) sintetiza com precisão os

pilares conceituais para a análise do espaço geográfico como uma totalidade dinâmica. Ao afirmar que a forma é o “aspecto visível da coisa”, o autor chama atenção para aquilo que é imediatamente perceptível no espaço, as edificações, os objetos, as vias, os equipamentos. No entanto, ao alertar que a forma, tomada isoladamente, resulta somente em uma “mera descrição dos fenômenos”, Santos reforça que a leitura do espaço não pode se restringir à sua materialidade. Para que essa leitura ganhe densidade crítica, deve-se considerar o espaço como instância relacional e histórica, articulando forma, função, estrutura e processo.

A função, nesse contexto, expressa o uso social da forma e está diretamente ligada à possibilidade de apropriação do espaço pela coletividade. É nesse ponto que se articula o conceito de direito à cidade, conforme proposto por Lefebvre (2001), ao defender o acesso pleno aos bens urbanos, não somente como consumidores, mas como sujeitos ativos na produção e na transformação do espaço. A função de uma escola, de uma praça ou de um equipamento público, como o CAIC, só se realiza plenamente quando atende às necessidades da comunidade e promove inclusão, participação e justiça espacial.

A estrutura, por sua vez, representa o arranjo organizacional do espaço, evidenciando as articulações entre os elementos e os fluxos que o atravessam. Para garantir a construção do direito à cidade, é fundamental que essa estrutura urbana seja pensada de modo a reduzir desigualdades e democratizar o acesso à infraestrutura e aos serviços públicos, rompendo com a lógica seletiva que marca a produção capitalista do espaço.

Já o processo introduz a dimensão do tempo e da transformação, revelando como as práticas sociais, as políticas públicas e as disputas por território moldam continuamente o espaço urbano. É por meio do processo que as formas são ressignificadas, as funções reconfiguradas e as estruturas reordenadas. A construção do direito à cidade se realiza, portanto, também como direito à mudança, à reinvenção do cotidiano urbano por meio da ação coletiva, especialmente dos sujeitos historicamente marginalizados.

Aplicando esses conceitos ao caso do Bairro Novo Tempo II, compreende-se que a análise do CAIC deve ir além de sua edificação enquanto forma. É necessário investigar sua função social ao longo do tempo, sua inserção na estrutura urbana local e os processos que possibilitaram ou limitaram sua apropriação pela população. Nesse sentido, a presença do CAIC pode ser interpretada como uma potencial materialização da construção do direito à cidade, desde que efetivamente contribua para ampliar o acesso aos direitos sociais e à participação na vida urbana.

Forma é o aspecto visível da coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado dos objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição dos fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. *Função*, de

acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceito de tempo (continuidade) e mudança (Santos, 2012, p. 69)

Para Santos (2012) e Moraes (2014) faz-se necessário a junção destas perspectivas para estruturar o método da pesquisa, articulando-o ao tema em análise. Essa base teórica permite a construção de uma abordagem contemporânea do espaço, alinhada aos pressupostos da Geografia Crítica e capaz de dialogar com os estudos urbanos atuais. No campo da aplicabilidade, destacam-se as contribuições do Grupo de Estudos Urbanos (GEU), cujas pesquisas apontam importantes aproximações com os objetivos deste trabalho. Os anos de 2011 e 2013 foram particularmente fecundos nesse sentido, resultando nas publicações “A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios” (Carlos; Souza; Sposito, 2011) e “Cidade Contemporânea: Segregação Socioespacial” (Vasconcelos; Corrêa; Pintaui, 2013).

As referidas obras aprofundam a compreensão da cidade e do espaço urbano a partir de uma perspectiva crítica e multiescalar, revelando os mecanismos de produção do espaço e os processos que intensificam as desigualdades socioespaciais. Em uma de suas abordagens, os autores afirmam que “a segregação espacial constitui parte integrante e fundamental da produção do espaço urbano” (Vasconcelos et al., 2013, p. 7). Essa afirmação desvela um dos elementos estruturantes da urbanização brasileira, marcada historicamente pela exclusão social, pela concentração de recursos e pelo acesso seletivo aos bens urbanos.

Em relação à fragmentação do espaço urbano, os autores assinalam a existência de duas formas principais de divisão: a de natureza econômica e a de caráter sociopolítico. A primeira refere-se à diferenciação do território conforme o poder de compra e a lógica de valorização fundiária, que separa fisicamente as áreas ricas das pobres, reforçando as desigualdades de acesso à moradia digna, à mobilidade e aos serviços urbanos. A segunda, por sua vez, está relacionada à forma como o Estado, através de suas políticas ou da ausência delas, reproduz territórios desiguais e invisibiliza populações inteiras, negando-lhes o direito à cidade em sua plenitude.

Ao retomarmos a noção de direito à cidade, torna-se evidente que tais divisões espaciais ferem o princípio da centralidade do sujeito na vida urbana. A produção fragmentada do espaço urbano, ao invés de integrar, segmenta e marginaliza. No caso do Bairro Novo Tempo II, a análise dessas dinâmicas permite avaliar se a implantação do CAIC

representa uma estratégia efetiva de enfrentamento da segregação ou se atua como um paliativo que não altera estruturalmente as lógicas excludentes do espaço urbano.

Nesse contexto, compreender a lógica de fragmentação e segregação do espaço urbano exige também o reconhecimento da complexidade das atividades econômicas e de suas espacialidades específicas. As formas de ocupação e organização do território urbano não são aleatórias, mas obedecem a racionalidades próprias, que variam conforme a função, a escala e os agentes envolvidos. Essa diversidade de dinâmicas espaciais contribui para a conformação de uma cidade heterogênea e desigual, em que cada atividade econômica tende a consolidar sua presença de acordo com critérios de eficiência, funcionalidade ou mesmo por inércia histórica. Essa ideia é bem sintetizada pelos autores Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013), ao afirmarem que:

[...] deriva da complexa espacialidade das atividades econômicas, originando terminais de transporte, depósitos, fábricas, estabelecimentos atacadistas e varejistas, escritórios de serviços, hospitais e escolas. A espacialidade de cada uma dessas atividades responde a uma lógica própria, vigente no momento de implementação ou que, por eficiência continuada ou ainda por inércia, garante a localização de cada atividade (Vasconcelos; Corrêa; Pintaudi, 2013, p. 7-8).

E a seguinte, a divisão social do espaço:

[...] traduz-se em numerosas áreas sociais, cada uma caracterizada por uma relativa homogeneidade interna e heterogeneidade entre elas. Atributos como renda, instrução, ocupação, faixa etária, fecundidade, etnicidade, religião, *status* migratório e qualidade da habitação definem o conteúdo de cada área. Há um mosaico social na cidade, com distintas formas e conteúdos sociais (Vasconcelos; Corrêa; Pintaudi, 2013, p. 8)

No final da década de 1980, Corrêa (1989) propôs uma tipologia de agentes sociais responsáveis pela produção da cidade, que permanece como uma das principais referências para a análise crítica do espaço urbano. Segundo o autor, a produção da cidade é protagonizada por cinco grupos: (a) os agentes produtores dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos. Cada um desses agentes atua de maneira diferenciada na organização do território urbano, influenciando diretamente as formas, funções, estruturas e processos que configuram a cidade.

A partir dessa tipologia, Corrêa (2011) aprofunda sua reflexão ao destacar a importância da dinâmica temporal na operacionalização das transformações espaciais. O espaço urbano, segundo o autor, é produto de ações sucessivas e sobrepostas desses agentes,

cada qual com interesses, tempos de ação e capacidades de intervenção distintos. Enquanto agentes do capital como promotores imobiliários e proprietários fundiários costumam operar com grande agilidade e força de investimento, os grupos sociais excluídos, frequentemente desprovidos de instrumentos institucionais e recursos econômicos, vivenciam o espaço a partir de tempos lentos e marginais, contribuindo para a reprodução das desigualdades e da segregação urbana.

[...] os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação social capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja na rede urbana, seja no espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade de seu movimento (Corrêa, 2011, P. 42-43).

A dinâmica múltipla que envolve as relações entre agentes sociais aciona, de um lado, os grupos que demandam diferentes projeções. As formas e suas funções tornam-se especializadas conforme perspectivas especulativas e relações de poder. O Estado, como agente jurídico, normatiza o espaço urbano para diferentes usos, ocupações e produção de equipamentos públicos, bem como estimula a instalação de indústrias e empresas que geram tributos e postos de trabalho, ao mesmo tempo, em que a demanda popular aciona a necessidade de acesso à moradia e ao emprego. Essa dinâmica não se propõe como uma verdade única da realidade, mas como uma aproximação das múltiplas leituras possíveis sobre a produção do espaço urbano.

Ao articular uma discussão entre agentes sociais, escala e produção do espaço, Corrêa (2011) oferece um parâmetro que denomina no texto como “Temas para pesquisa”, no qual recomenda duas propostas de investigação capazes de abarcar a tríade discursiva mencionada. Nesse sentido, após análise, consideramos pertinente a apresentação da primeira proposta, com vistas à sua consideração como orientação para o desenvolvimento desta pesquisa:

A primeira proposta está focada no estudo de uma dada área, seja ela uma rua, um bairro, uma cidade ou um segmento de uma rede urbana. Esta distinção, no entanto, nos obriga a considerar a escala espacial adequada. A produção dessa área resulta da ação de um ou de diversos agentes sociais, cuja as ações (estratégias e práticas) podem se superpor ou se justapor, sendo marcadas por complementariedade ou antagonismo. As resultantes espaciais podem ser numerosas, expressas na configuração espacial, no conteúdo social e nas contradições e conflitos. O devir pode ser pensado, ao menos em relação a certo lapso de tempo, garantida a permanência de práticas espaciais e da inércia espacial. Pense-se, por exemplo, na produção de uma “*company town*”, ou num bairro como o Grajaú, na cidade do Rio de Janeiro (CARDOSO, 1989), ou na rede urbana e seu conteúdo agrário, do norte do Paraná, ou ainda na cidade de Brasília (Plano Piloto e núcleos em torno do Distrito Federal e em Goiás). Consulte-se, adicionalmente, Azambuja (1991), que estudou a cidade gaúcha de Ijuí (Corrêa, 2011, P.48).

A proposta do autor fomenta o desenvolvimento desta pesquisa a partir das reflexões sobre a atuação dos agentes sociais e os processos que influenciam a escala do bairro. A análise crítica das transformações ocorridas no Bairro Novo Tempo II evidencia que a implantação do CAIC não pode ser compreendida como uma ação pontual do Estado, mas como um vetor de reconfiguração socioespacial. Sua presença alterou não somente a paisagem física do território, como também interferiu nas relações sociais, nos fluxos urbanos e nas dinâmicas de apropriação do espaço. Tais transformações, ao mesmo tempo, em que revelam possibilidades de acesso a direitos e serviços básicos, também colocam em evidência os limites estruturais da intervenção estatal em contextos marcados por desigualdades históricas. Os impactos socioespaciais observados expressam tanto a tentativa de integração urbana quanto a persistência de processos de fragmentação e exclusão, que continuam a delimitar o modo como os moradores do bairro se inserem no conjunto da cidade.

Sob a perspectiva do direito à cidade, a presença do CAIC no Bairro Novo Tempo II assume um papel estratégico, ao representar uma possibilidade concreta de democratização do acesso aos bens urbanos e aos serviços públicos essenciais. Entretanto, para que esse direito se efetive plenamente, é necessário que o equipamento público seja apropriado pela população local e sustentado por políticas públicas contínuas, participativas e integradas. O direito à cidade, enquanto conceito político e reivindicatório, transcende a simples presença de infraestrutura: implica a inclusão dos sujeitos nas decisões sobre o território, a valorização da vida cotidiana e o enfrentamento das desigualdades que limitam a cidadania urbana. Nesse sentido, o CAIC deve ser compreendido como uma edificação, mas como uma expressão da luta por justiça espacial, reconhecimento social e pertencimento ao espaço urbano.

A presença do CAIC no Bairro Novo Tempo II ilustra de maneira exemplar como os impactos socioespaciais e a construção do direito à cidade são dimensões indissociáveis da análise urbana contemporânea. O equipamento público, ao mesmo tempo, em que altera as formas e funções do território, também tensiona os limites entre inclusão e exclusão, participação e marginalização. A análise das dinâmicas territoriais permite observar que, embora o CAIC represente um avanço em termos de acesso a serviços e infraestrutura, sua eficácia como instrumento de garantia da construção do direito à cidade depende da articulação com os sujeitos que habitam o espaço e das políticas que sustentam sua atuação. Reconhecer o espaço como produto de relações sociais e disputas simbólicas é essencial para compreender como se dão os processos de apropriação e transformação do território. Assim, o direito à cidade se realiza, de fato, quando os impactos socioespaciais das políticas públicas

contribuem para a superação das desigualdades urbanas e para a construção de uma cidade mais justa e plural.

CAPÍTULO 02. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A ESCALA DE ANÁLISE DO BAIRRO

Ituiutaba é um município localizado no estado de Minas Gerais, inserido na microrregião de Ituiutaba e na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Elevada à condição de cidade em 18 de setembro de 1915, conta com uma população recenseada de 102.217 pessoas no ano de 2022 (Ibge, 2022).

O PAIH e o Pronaica, com a implementação do CAIC, localizados no Bairro Novo Tempo II, no município de Ituiutaba–MG, instituídos na década de 1990, subsidiam o escopo de análise para a compreensão dos impactos sociais ocorridos no bairro.

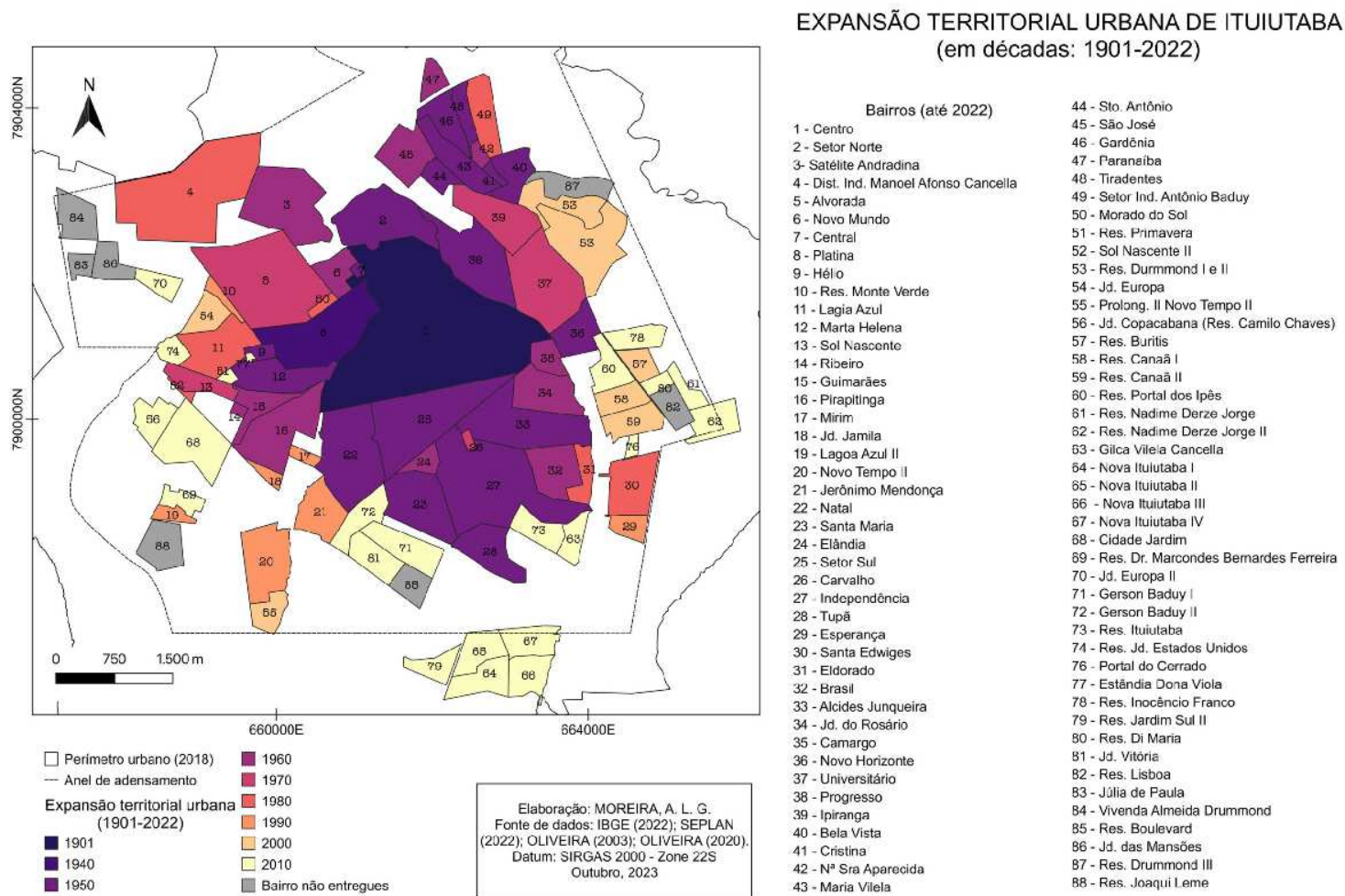
Conforme demonstra Moreira (2023), a expansão territorial urbana de Ituiutaba, entre 1901 e 2010, apresenta a organização de 85 bairros. Esse processo pode ser analisado por décadas e por bairros. Assim, a década de 1990 e os anos seguintes nos interessam, a priori, por apresentarem um retrato da produção dos bairros nas porções sul e sudoeste da cidade, a partir da implantação de moradias e equipamentos urbanos.

No que se refere à produção do espaço urbano a partir da implementação da habitação popular, Ferreira e Moura (2013) informam que, entre 1957 e 2010, a cidade de Ituiutaba possuía cerca de 20 conjuntos habitacionais. Na década de 1990, foram produzidos 6 conjuntos habitacionais no município: Lagoa Azul II e Novo Tempo II, em 1990, com 195 e 496 casas; Lagoa Azul, Eldorado e Vila Elândia, em 1991, com 7, 154 e 90 casas, respectivamente (Ferreira; Moura, 2013).

Se, do que vem antes, a implantação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro, na década de 1990, estimulou o processo migratório de nordestinos para Ituiutaba e a ocupação do bairro Novo Tempo II, dos efeitos às causas, a instalação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) pode ter contribuído para o processo de prolongamento do Bairro Novo Tempo II, na década de 2000.

De maneira relacional, ao nos propormos a pesquisar o bairro Novo Tempo II dentro da escala da cidade, os tempos passado e presente são acionados para a compreensão do espaço. O tempo também mobiliza os grupos sociais e os sujeitos que produzem a memória coletiva do lugar.

Figura 01. Expansão Territorial Urbana de Ituiutaba – 1901-2022



Fonte: Moreira, Ana Lúcia Gil (2023)

2.1 Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica): a escola do Bairro

O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) surge, inicialmente, como parte do Projeto Minha Gente, instituído como proposta de programa governamental por meio do Decreto n.º 91, de 14 de maio de 1991, com a implementação de unidades físicas responsáveis pelo desenvolvimento de “ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social, relativas à criança e ao adolescente” (Brasil, 1991). O projeto foi sancionado pelo então presidente da República, Fernando Collor de Mello (1990–1992), e tinha como objetivo principal a implementação da escolaridade em tempo integral. A criação desses espaços visava à realização de ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência e promoção social voltadas para crianças e adolescentes.

Conforme dispõe o Decreto de 14 de maio de 1991, o “Projeto Minha Gente” propunha desenvolver ações em unidades físicas destinadas à oferta de creche, pré-escola, escola de primeiro grau em tempo integral, horticultura, convivência comunitária e esportiva, bem como alojamento para menores carentes. O objetivo era “desenvolver ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social, relativas à criança e ao adolescente” (Brasil, 1991). As unidades deveriam ser implementadas em localidades carentes de serviços sociais adequados, observando-se o perfil da comunidade, incluindo características populacionais, infraestrutura urbana, economia local e nível de organização social.

O “Projeto Minha Gente”, instituído em 1990, tinha como principal estratégia a construção dos Centros Integrados de Apoio à Criança (CIACs). Durante o governo de Itamar Augusto Cautiero Franco (1992–1995), o projeto foi reformulado, dando origem ao Pronaica, instituído pela Lei n.º 8.642, de 31 de março de 1993 (Brasil, 1993).

O Pronaica estabeleceu um conjunto de áreas prioritárias a serem contempladas nas instituições de ensino por meio de unidades de serviços básicos, conforme descrito no Art. 2º da referida legislação:

- I - mobilização para a participação comunitária;
- II - atenção integral à criança de 0 a 6 anos;
- III - ensino fundamental;
- IV - atenção ao adolescente e educação para o trabalho;
- V - proteção à saúde e segurança à criança e ao adolescente;
- VI - assistência a crianças portadoras de deficiência;

Para efeito de comparação, podem ser observadas algumas mudanças entre a proposta do “Projeto Minha Gente” e o PRONAICA, como a exclusão do alojamento para menores carentes e a inserção da educação para o trabalho e da assistência a crianças com deficiências.

O Decreto n.º 1.056, de 11 de fevereiro de 1994, amplia a atuação do programa com a inclusão de “a) participação comunitária; b) suporte tecnológico; c) modernização da gestão” (Brasil, 1994), além de definir o conteúdo básico da Pedagogia de Atenção Integral da seguinte maneira:

- a) proteção especial à família;
- b) promoção da saúde da criança e do adolescente;
- c) creche e educação pré-escolar;
- d) educação escolar de 1º grau;
- e) esporte e lazer;
- f) cultura;
- g) educação para o trabalho;
- h) alimentação (Brasil, 1994).

Entre a primeira proposta de criação dos CIACs, no âmbito do “Projeto Minha Gente”, e a proposta de criação dos CAICs, foram apresentadas algumas diferenciações, conforme pode ser observado na concepção geral do PRONAICA,

É oportuno observar que a ênfase conferida pelo MEC à Pedagogia da Atenção Integral e às formas de desenvolvê-la, refletiu-se de imediato na alteração do nome dado à Unidades de Serviços especialmente construídas ou adaptadas para este fim. Na denominação anterior – CIAC – era destacada a característica construtiva do Centro Integrado. Agora, a marca CAIC, a tônica desloca-se para a Atenção Integral, independentemente da estratégia de implantação adotada (Brasília, 1994).

Para além da concepção pedagógica da Atenção Integral, o processo de financiamento do PRONAICA propunha uma gestão descentralizada e participativa entre as esferas federal, estadual, municipal e as comunidades locais. A responsabilidade compartilhada foi apresentada da seguinte forma: (a) ao Governo Federal cabia a elaboração do projeto arquitetônico, a responsabilidade pela estrutura física, a manutenção das equipes geral e técnica, bem como a realização de pesquisas para avaliação do programa, entre outras atribuições; (b) ao governo estadual competia assegurar os recursos humanos e compartilhar com o município as despesas de manutenção e operação; (c) ao município cabia a aquisição do terreno e a manutenção

do espaço, em parceria com o Estado, instituições privadas e a comunidade local; e (d) a participação da comunidade deveria ser definida com cada parceiro (Sobrinho; Parente, 1995).

Na cidade de Ituiutaba, Minas Gerais, a adesão ao PRONAICA ocorreu, inicialmente, por meio da solicitação do Deputado Federal Romel Anízio Jorge (1991–2007) e com o apoio do então prefeito João Batista Arantes da Silva (1993–1996). Os dois representantes, junto às demais autoridades do legislativo, decidiram que o bairro Novo Tempo II seria um local propício para a construção do CAIC, por se tratar de uma área periférica, desprovida de serviços de assistência social, saúde e infraestrutura física.

Sobrinho e Parente (1995) contribuem para a compreensão das motivações dos governantes na escolha dos espaços onde foram implantados os CAICs:

O programa tem seu objetivo, suas estratégias, seus pressupostos e seus fundamentos. Seu objetivo é a “superação das carências das crianças e dos adolescentes”. Suas estratégias: “a integração dos serviços”, “o atendimento integral”, “a participação da comunidade” e “a gestão local pelas prefeituras e instituições comunitárias”. Seus pressupostos: a inovação e a flexibilidade. Seus fundamentos estão centrados na urgência de reverter as precárias condições de vida de parte das crianças e adolescentes brasileiros (Sobrinho; Parente, 1995, P. 14).

Na cidade de Ituiutaba–MG, o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente implementou uma Creche Municipal e a Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva, sancionada pela Lei n.º 3.181, de 9 de janeiro de 1996, que “institui no Município o Pronaica, Cria Escola pertinente e dá outras providências” (Ituiutaba, 1996), com suas atividades habilitadas pela Portaria SEE n.º 1057/96 (Brasil, 1996), MG: 26/10/1996.

O nome atribuído ao CAIC decorre de uma indicação feita pelo vereador Joseph Tannous como forma de homenagem ao pai do prefeito João Batista Arantes da Silva. As primeiras ações do CAIC foram inicialmente realizadas na estrutura física da Escola Estadual Maria de Barros, localizada no bairro, no período vespertino, até a data de sua inauguração, em 1º de maio de 1996. Na época, foram registradas 6 turmas dos 4º, 5º e 6º anos e 12 turmas de ensino fundamental (Ppp, 2022).

No que se refere à forma, Sobrinho e Parente (1995) informam haver um tamanho padrão para a área dessa instituição, sendo de 16 mil m². Para a realidade do CAIC localizado no município de Ituiutaba–MG, apresentamos a seguinte organização:

- 18.310,76 m² de terreno;
- 6.258,09m² de área construída.

destacar como a forma do CAIC se articula às suas funções, por meio dos subprogramas realizados na instituição. Cabe aqui a retomada da premissa do CAIC como uma unidade de serviços, que visa proporcionar, de maneira integrada, ações nas áreas de educação, saúde, assistência e promoção social. Para que essas ações sejam efetivadas, faz-se necessária a articulação entre forma e função. Não sendo estáticas, mas dinâmicas ao longo do processo, as ações são implementadas e ampliadas de modo que a própria forma já previa a difusão dessas atividades.

2.2 Expansão territorial: uma leitura da demanda habitacional popular

Se o CAIC aciona o primeiro momento dessa discussão, parece-nos oportuno mobilizar a escala do bairro para o estabelecimento das relações entre os elementos, as formas e a produção do espaço urbano.

Moura e Soares (2001) relatam como a questão habitacional se agravou na década de 1990:

Na campanha política, uma das propostas do governo Collor era reduzir o déficit habitacional de 10 milhões de moradia em todo o Brasil, através de um investimento de US\$ 31 bilhões de dólares no setor, que seriam reunidos de diversas fontes: FGTS, doação orçamentaria, financiamentos internacionais, tentando dessa maneira conter o déficit de moradias existentes principalmente nas grandes cidades e por fim ao Estado paternalista que imperava no setor (Moura; Soares, 2001, P.7).

Dentre as ações do governo Collor, instituído em 1990, foi criado o PAIH como proposta de mitigação do déficit habitacional, apresentado como uma medida de caráter emergencial, uma vez que seus esforços concentraram-se na reestruturação institucional do setor imobiliário e da construção civil” (Moura; Soares, 2001, p. 7). Ainda que os principais apontamentos indicassem a implementação do Plano em grandes cidades, municípios de pequeno e médio porte com demandas habitacionais também foram contemplados com a construção de moradias.

Segundo as autoras mencionadas, o PAIH era dividido em três programas complementares: a) Programa de Moradias Populares – unidades habitacionais concluídas; b) Programas de Lotes Urbanizados – com ou sem cesta básica de materiais; e c) Programas de Ação Municipal para Habitação Popular – unidades concluídas e lotes urbanizados, sendo que “os dois primeiros possuíam agentes promotores como as Companhia de Habitação Popular (COHABs), Cooperativas e Entidades de Previdência,

e no último, esse papel cabia exclusivamente à Prefeitura Municipal” (Moura; Soares, 2001, p. 7).

O Bairro Novo Tempo II, implantado na porção sudoeste da cidade de Ituiutaba, era inicialmente destituído de qualquer forma de equipamento público. O bairro foi criado de maneira descontínua em relação à malha urbana consolidada, e sua produção resultou na configuração de vazios urbanos — fenômeno ainda presente. De acordo com Moura e Soares (2001), essa era uma característica recorrente nos programas habitacionais:

assim com os demais programas habitacionais instituídos no país, o PAIH também era composto por política segregacionista e contraditória, pois beneficiava primordialmente os interesses privados do setor da construção civil e imobiliário, em detrimento da classe trabalhadora, que após cumprir uma série de exigências impostas pela Caixa Econômica Federal, recebia um imóvel de 23m², em péssimas condições de infra-estrutura e acabamento, localizadas em áreas distantes do centro urbano (Moura; Soares, (2001, P. 7-8).

À época de sua produção, o bairro não oferecia qualquer acesso a bens e serviços para a comunidade. O acesso ao bairro era precário; o elo entre a área central de Ituiutaba e o bairro dava-se por meio de uma ponte de terra, o que ampliava consideravelmente o tempo de deslocamento entre as duas áreas. A avenida não dispunha de infraestrutura asfáltica nem de iluminação pública. Nesse contexto, os moradores utilizavam rotas alternativas, o que resultava no aumento do tempo de percurso até o destino. O acesso ao bairro foi asfaltado e regularizado 23 anos depois, em 2014. Essa infraestrutura possibilitou aos moradores maior mobilidade urbana.

A integração entre a produção do bairro e a implantação do CAIC pode ser compreendida da seguinte maneira:

os Centros de Atenção Integral à Criança (CAIC) estão sendo construídos nas áreas mais carentes das cidades, onde a pressão populacional e o aumento da pobreza forçam os jovens a procurarem, nas ruas, um meio de sobrevivência. A meta do Pronaica é oferecer às crianças e adolescentes proteção especial, assegurando oportunidades iguais de crescimento e bem-estar social (Brasil, S/D. P. 17).

Ao analisar a dinâmica da produção do espaço urbano a partir da habitação popular, Nascimento, Miyazaki e Melo (2012) ressaltam a importância da questão habitacional na formação e organização da cidade de Ituiutaba, destacando que a política pública habitacional, por si só, não é suficiente para garantir o acesso a equipamentos sociais. Dessa forma, analisamos a posição dos autores sobre a questão

habitacional sem negligenciar a dimensão dos equipamentos e das infraestruturas públicas na vida social.

A análise comparativa entre o bairro Novo Tempo II, o Residencial Carlos Dias Leite e o bairro Tupã — todos contemplados por políticas habitacionais — demonstra como “a ausência de pavimentação nas ruas desse espaço até a falta de policiamento, uma vez que a falta de segurança pública no bairro popular próximo, o Residencial Carlos Dias Leite, foi considerada elevada pelos moradores do conjunto habitacional” (Nascimento; Miyazaki; Melo, 2012, p. 109). Essas ausências não se restringem aos bairros com habitação popular; no entanto, esses espaços são frequentemente marcados por estigmas sociais. “Deve-se ressaltar que muitas vezes a própria população generaliza questões sociais e cria preconceitos relacionando os índices de baixa renda com a violência, assalto, etc.” (Nascimento; Miyazaki; Melo, 2012, p. 109).

Se o imaginário social produz estigmas negativos, seria possível, a partir de outras perspectivas, identificar os impactos socioespaciais positivos produzidos por equipamentos como o CAIC? Essas histórias poderiam sobrepor as visões negativadas do bairro?

Na década de 1990, a implementação da Usina Triálcool na região, comandada pelo Grupo João Lyra, passou a operar aproveitando a oferta da monocultura da cana-de-açúcar. Grande parte dos trabalhadores da usina eram migrantes nordestinos que se instalaram no Bairro Novo Tempo II. Durante as safras, a usina disponibilizava transporte para os trabalhadores com rotas alternativas para Ituiutaba, sendo o Bairro Novo Tempo II um dos pontos de parada. Em função da oferta de emprego, muitos desses migrantes trouxeram suas famílias e se fixaram na cidade, especialmente nesse bairro, impulsionados pela implementação do PAIH e pelo crescimento da indústria canavieira.

A migração revela não apenas o deslocamento da mão de obra que ocupa o bairro, mas também como as nuances da vida cultural e social se imprimem nesse espaço e como essa população se apropria — ou não — dos equipamentos públicos. Ao realizar o trabalho intitulado “Trajetórias migratórias na voz dos sujeitos: trabalhadores do setor sucroalcooleiro em Ituiutaba, Minas Gerais”, Araújo e Araújo Sobrinho (2021) apresentam a realidade de trabalhadores nordestinos na cidade, trazendo fragmentos da história que compõem o sujeito por meio do trabalho. A abordagem adotada pelos autores partiu da metodologia da “história de vida”, utilizando um roteiro semiestruturado com foco no tema migratório. Essa perspectiva contribui com nossa

pesquisa por apresentar elementos da memória migratória com base e referência no lugar. Por exemplo, os autores destacam que:

[os] deslocamentos estão ligados às desigualdades regionais que evidenciam o papel da divisão do trabalho em múltiplas escalas espaciais, deste modo é importante também fazer uma reflexão mais extensa a respeito dos motivos e consequências dos movimentos populacionais (Araújo; Araújo Sobrinho, 2021, P. 191).

Podemos inferir que as desigualdades, em diversas realidades, são constitutivas da experiência de determinados grupos populacionais, e que a migração mantém a condição de desigualdade, porém em uma escala e com um processo distintos. Podemos imaginar que o migrante possua uma moradia em seu lugar de origem, mas não tenha acesso ao trabalho; ao migrar, passa a acessar o trabalho e, por vezes, a moradia, mas nem sempre os serviços sociais básicos para a ampliação da vida.

O trabalho mencionado nos instrumentaliza a pensar o sujeito a partir da centralidade do trabalho. O que propomos aqui é refletir sobre como as demais esferas da vida social desse sujeito podem ser ampliadas por meio do acesso a equipamentos, infraestruturas e serviços públicos. Esses fatores constituem um breve histórico do CAIC, o qual nos permite indagar como e quais foram os impactos socioespaciais vivenciados pela população a partir do acesso ao CAIC e dos subprogramas e ações desenvolvidos, no período de 1996 a 2022, no bairro Novo Tempo II, em Ituiutaba, Minas Gerais.

Apresentamos, a seguir, os resultados das questões e inquietações que compõem o desenvolvimento desta pesquisa.

CAPÍTULO 03. CIRCUITO DE INTEGRAÇÃO DOS SUBPROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDOS PELO CAIC

Para esta etapa da pesquisa, a análise documental fundamenta as respostas e contribui para a formulação das questões que nortearam a etapa posterior de trabalho de campo. Nesse sentido, a sistematização dos Programas e Subprogramas desenvolvidos no CAIC Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva, localizado no Bairro Novo Tempo II, em Ituiutaba–MG, será analisada à luz do Projeto Político-Pedagógico (PPP), do ano de 2022, o mais atualizado ao qual tivemos acesso.

Conforme registrado no PPP (2022), o PRONAICA, que deu origem à criação do Projeto CAIC, foi extinto no ano de 2006; no entanto, a instituição ainda se propõe a realizar os Subprogramas propostos à época. Em certa medida, buscamos agrupar os Subprogramas a partir da estruturação do espaço físico. No que se refere à sua forma, o CAIC foi estruturado com três blocos e uma área de treinamento esportivo e de lazer. Essa informação torna-se relevante à medida que oferece uma ideia da disposição dos Subprogramas desenvolvidos em cada bloco (PPP, 2022).

No ano de 2001, a escola passou a ofertar a Educação em Tempo Integral, direcionada à Educação Infantil. Conforme consta no registro do PPP (2022, p. 43), “atende prioritariamente as crianças com vulnerabilidade social, filhos de pais que trabalham e não têm onde deixar seus filhos e, se houver disponibilidade de vagas, crianças com dificuldades de aprendizagem e baixo desempenho escolar”. A realidade da Educação em Tempo Integral não se restringe ao processo de formação cidadã e ao desempenho dos estudantes, mas também evidencia a realidade social de crianças e adolescentes matriculados em período integral em decorrência de demandas que podem ser de ordem familiar, nutricional, social ou de todas essas dimensões simultaneamente.

No que se refere ao Subprograma de Educação Infantil e Ensino Fundamental, o CAIC ofertou ensino escolar para um total de 563 estudantes. Essa informação, em termos gerais, evidencia o alcance de famílias diretamente impactadas pelo Programa Educacional; em termos específicos, deve-se considerar que há famílias com mais de um estudante matriculado na escola. Consoante o SIDRA – IBGE (2010), o Bairro Novo Tempo II, localizado em Ituiutaba, apresentava naquele ano uma população residente de 3.675 pessoas, em faixas etárias diversas, o que indica que cerca de 15% dos moradores do bairro possuíam vínculo educacional com a instituição. No que se refere à questão quantitativa, os dados, ainda que desatualizados, oferecem um

parâmetro geral, uma vez que não foi possível localizar dados específicos por faixa etária entre 6 meses e 14 anos — grupo prioritariamente atendido pelo CAIC.

O CAIC é, há décadas, uma referência educacional, social e afetiva para os moradores do bairro Novo Tempo II, em Ituiutaba–MG. Além das atividades escolares regulares, a instituição abriga e promove diferentes programas e ações que fortalecem os vínculos comunitários e ampliam as oportunidades de aprendizagem para crianças e adolescentes da região.

Para compreender a estrutura que sustenta/sustentou os subprogramas, é importante observar o próprio espaço físico da escola, que abriga não somente salas de aula, mas também setores/blocos destinados à demanda do PRONAICA. As imagens a seguir registram diferentes ângulos da escola e ajudam a compor uma visão mais concreta do seu papel como espaço de formação e acolhimento.

Figura 03 - Imagem do CAIC – 1º bloco: Educação Infantil Creche



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

Figura 04 - Imagem do CAIC - Panorâmica do 2º e 3º blocos Educação para o Trabalho e Ensino Fundamental



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

Figura 05 - Imagem do CAIC - Quadra Poliesportiva



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

Figura 06 - Imagem do CAIC – 3º Bloco Ensino Fundamental



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

Ao final desta análise, é fundamental destacar que a estrutura física da escola revela muito sobre as bases que sustentam os subprogramas desenvolvidos em seu interior. Mais do que um espaço de ensino, a escola se configura como um ambiente multifuncional, com blocos 2º e 3º de 2 andares e setores especialmente destinados ao atendimento das ações do PRONAICA. As imagens apresentadas nas Figuras 03, 04, 05 e 06 contribuem para visualizar esse cenário, evidenciando como a escola se afirma como um território de formação integral e acolhimento às múltiplas dimensões da vida escolar.

3.1. Uma perspectiva documental do Programa de Atenção Integral à criança e ao Adolescente

O acesso a uma série de Documentos Básicos, sistematizados em cinco unidades com informações elaboradas no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais, publicada em 1994, orientava a implementação dos CAICs em todo o Brasil. A série documental arquivada no CAIC não inclui o volume 1; nesse sentido, registra-se a ausência de acesso a esse documento. Os volumes disponíveis são listados a seguir:

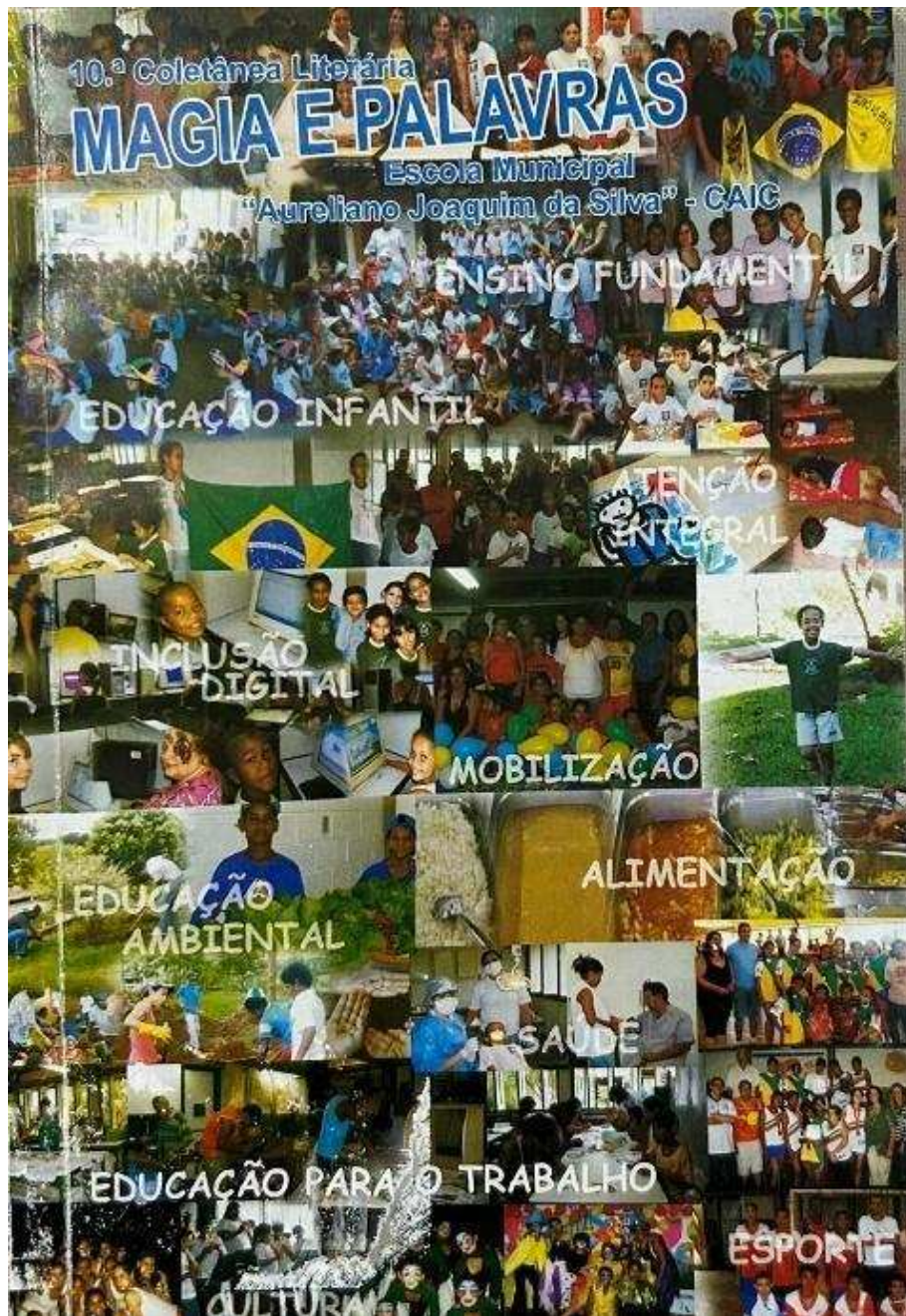
Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica): Concepção Geral – versão condensada. Série Documentos Básicos 2;
Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica): Subprogramas e ações. Série Documentos Básicos 3;
Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica): Quadro de Recursos Humanos da Unidade de Serviços. Série Documentos Básicos 4;
Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica): Manual de Suporte Técnico. Série Documentos Básicos 5.

Para esta etapa da pesquisa, o foco recai sobre a dimensão do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), especificamente nos Subprogramas e ações, conforme apresentados na *Série Documentos Básicos 3*, em diálogo com o (PPP, 2022).

A proposta pedagógica do CAIC fundamenta-se na formação integral do sujeito, buscando articular saberes escolares com experiências culturais, sociais e afetivas que valorizem a diversidade e promovam o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, os subprogramas Proteção Especial à Criança e à Família, Promoção da Saúde da Criança e ao adolescente, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Cultura, Educação para o Trabalho, Alimentação, Suporte Tecnológico e Esportes constituem pilares fundamentais na concretização desse ideal, oferecendo aos alunos oportunidades de aprendizagem significativas para além dos conteúdos curriculares tradicionais.

As imagens a seguir ilustram um livro criado pela escola junto aos alunos evidenciando os trabalhos desenvolvidos na escola e estudantes exibindo cartazes com os subprogramas em uma festividade da escola, evidenciando a diversidade de experiências proporcionadas pela proposta do CAIC e seu compromisso com a formação integral e cidadã dos sujeitos.

Figura 07 - Subprogramas desenvolvidos pelo CAIC ilustrados pela capa de um livro



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

Figura 08 - Subprogramas desenvolvidos pelo CAIC ilustrados em cartazes em uma apresentação



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

Ademais da função ilustrativa, a capa do livro e os cartazes revelam uma apropriação crítica dos subprogramas pelos próprios estudantes: a escolha de símbolos, cores vibrantes e frases de impacto torna visível a articulação entre saúde, cultura, esportes, alimentação e educação integral que estrutura o PRONAICA. Os elementos visuais sugerem não apenas a assimilação conceitual dos eixos, mas também a produção de significados afetivos que conectam o conhecimento escolar às vivências

comunitárias. Dessa forma, as imagens constituem evidências empíricas de que a proposta curricular do CAIC transcende diretrizes normativas, materializando-se em práticas pedagógicas que promovem protagonismo discente, valorização da diversidade e fortalecimento do vínculo escola-território. Conclui-se, portanto, que a formação integral almejada pelo CAIC encontra respaldo tanto na base documental quanto nas manifestações estético-pedagógicas da própria comunidade escolar, encerrando esta seção com a comprovação do diálogo frutífero entre teoria e prática.

3.1.1. Núcleo de Proteção Especial à criança e à Família e Núcleo de Promoção da Saúde da Criança e do Adolescente

O Núcleo de Proteção Especial à Criança e à Família é o ambiente físico destinado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, tanto social quanto pessoal, com ações voltadas para a orientação sociofamiliar, psicológica e jurídica. Suas atividades são realizadas a partir da seguinte estrutura:

- SOS/Criança;
- apoio e orientação sócio-familiar;
- promoção e defesa dos direitos da criança e da família: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, centros de defesa de direitos da criança e do adolescente;
- outras ações, integradas com entidades comunitárias locais e com os Estados (Pronaica – Subprogramas e ações, 1994).

Os serviços direcionados para os usuários são os seguintes:

- apoio e orientação sócio-familiar;
- estímulo à formação e ao desenvolvimento de grupos ou associações;
- recebimento/encaminhamento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes matriculados na U.S. e seus familiares, e outros membros da comunidade;
- encaminhamento dos usuários a instituições especializadas, quando necessário;
- incentivo e apoio a programas voltados para a proteção de crianças e adolescentes (Pronaica – Subprogramas e ações, 1994).

Percebe-se uma ação integrada entre as iniciativas promovidas pelo Programa, em parceria tanto com os serviços prestados quanto com a articulação com serviços e entidades especializadas.

O Núcleo de Promoção da Saúde da Criança e do Adolescente amplia o atendimento para jovens, adultos, familiares e membros da comunidade, com “destaque para as ações de autocuidado, entendido como a responsabilidade das pessoas na

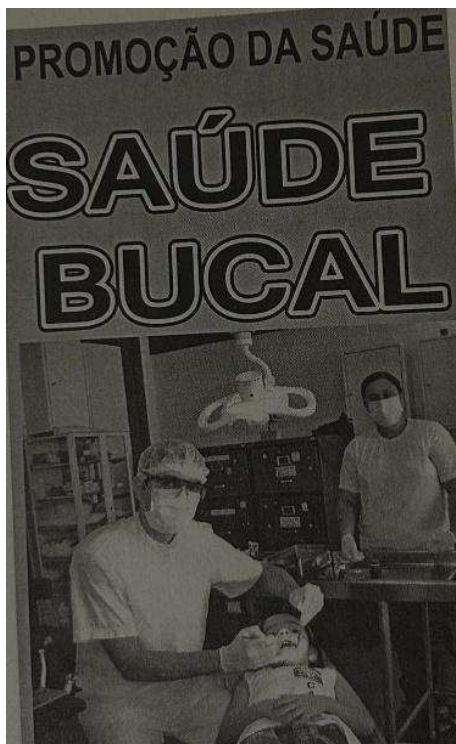
preservação da sua saúde, visando à melhoria da qualidade de vida individual e coletiva” (PRONAICA – Subprogramas e Ações, 1994). Dentre as ações direcionadas a esse atendimento, estão:

- educação para a saúde em geral;
- educação alimentar e nutricional;
- educação ambiental (domiciliar, de trabalho e comunitária);
- educação preventiva ao uso de drogas e à ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/AIDS);
- educação sexual e sexualidade;
- orientação e acompanhamento da saúde da criança e do adolescente;
- orientação e acompanhamento da saúde da gestante e da nutriz; - orientação e acompanhamento da saúde dos adultos, com ações específicas voltadas aos idosos (Pronaica – Subprogramas e ações, 1994).

A importância desse Núcleo de Promoção da Saúde pode ser percebida quando se identificam as áreas de intervenção na vida de crianças, adolescentes e da comunidade, tais como o “controle de vacinações, saúde bucal, alimentação e nutrição, orientação especial às mães e gestantes, atendimento a questões específicas da adolescência. Estimula hábitos de higiene” (PRONAICA – Subprogramas e Ações, 2014).

O Núcleo da Saúde também ofertava atendimentos odontológicos e médicos nas especialidades de Pediatria, Ginecologia e Clínica Médica, assegurando o acesso da comunidade a serviços essenciais de atenção primária. A figura a seguir ilustra momentos de mobilização comunitária organizados pela escola, com vistas à promoção da saúde, à prevenção de doenças e à captação de parcerias institucionais para o fortalecimento das ações socioeducativas e de cuidado (Figura 9).

Figura 09 - Registros de eventos realizados pelo CAIC com foco na mobilização da comunidade e captação de parcerias para o fortalecimento das ações de saúde



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

O Subprograma de Saúde teve uma função essencial na proposta do CAIC ao oferecer atendimentos médicos e odontológicos diretamente no ambiente escolar, contribuindo significativamente para a promoção do bem-estar físico e emocional dos alunos. Ao integrar ações de saúde ao cotidiano educativo, o subprograma possibilitou o acompanhamento preventivo e curativo de crianças e adolescentes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social, que enfrentavam, muitas vezes, dificuldades de acesso aos serviços básicos. Além dos atendimentos clínicos, o programa também desenvolvia atividades educativas voltadas à higiene, alimentação saudável, autocuidado e prevenção de doenças, fortalecendo a consciência corporal e a autonomia dos estudantes. Essa articulação entre educação e saúde reafirmava o compromisso da escola com uma formação integral, que considera o cuidado com o corpo e a saúde como dimensões fundamentais do processo de aprendizagem e desenvolvimento humano.

A imagem a seguir ilustra alguns desses momentos vivenciados no CAIC, registrando eventos organizados com o objetivo de mobilizar a comunidade e estabelecer parcerias institucionais voltadas ao fortalecimento das ações pedagógicas e de promoção da saúde (Figura 10).

Figura 10 - Registros de eventos realizados pelo CAIC com foco na mobilização da comunidade e captação de parcerias para o fortalecimento das ações pedagógicas.



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

O Núcleo de Proteção Especial a Criança e a Família, além de prestar atendimentos psicológicos e fonoaudiológicos, também eram responsáveis pela busca de parcerias para os eventos da escola como: Aniversário do CAIC, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Dia das Crianças, Formaturas e afins, segundo diretor Social da época

Fabio Dias. O Subprograma desempenhou um papel estratégico na articulação entre a escola e a comunidade, tendo como principal objetivo estabelecer parcerias que fortalecessem as ações educativas e ampliassem as oportunidades de atendimento integral aos alunos. Por meio da mobilização de instituições públicas, organizações sociais, lideranças comunitárias e famílias, o subprograma buscava criar uma rede de apoio capaz de atender às demandas sociais, culturais e afetivas das crianças e de seus responsáveis. Essa atuação contribuiu para aproximar a escola de seu território, promover o diálogo entre diferentes agentes sociais e potencializar o acesso a recursos e iniciativas que beneficiavam diretamente o ambiente escolar, reafirmando o compromisso com uma educação que reconhece a centralidade da proteção, do cuidado e da corresponsabilidade no processo formativo.

3.1.2 Subprograma Educação Infantil

Esse Subprograma atende crianças matriculadas na Creche e na Pré-escola, geralmente a partir dos 6 meses até os 5 anos de idade. No ano de 2022, foram atendidas 89 crianças nessa etapa, distribuídas entre uma turma de Berçário, duas turmas de Maternal I (A e B) e duas turmas de Maternal II (A e B), com o registro efetivo de atendimento a 87 crianças.

A proposta do Subprograma contempla cuidados integrais, incluindo guarda, higiene, alimentação, estimulação psicopedagógica e o desenvolvimento físico-sensório-motor, intelectual e afetivo das crianças, conforme estabelecido pelo PRONAICA (1994). Entre os serviços ofertados, destacam-se:

- acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento das crianças;
- ações educativas sistemáticas junto às famílias das crianças atendidas;
- ações de prevenção e estimulação precoce para crianças consideradas em risco ou com necessidades especiais;
- atendimento a crianças de outras instituições;
- assistência técnica a creches locais (Pronaica – Subprogramas e ações, 1994).

Estruturalmente, o ambiente escolar contempla espaços adequados para Berçário, Maternal e Pré-escola, com atendimento a crianças de 4 meses a 3 anos na creche, e de 4 a 6 anos na pré-escola, tanto em tempo parcial quanto integral, conforme a realidade do território. A imagem a seguir ilustra momentos lúdicos e festivos que refletem o

cuidado com o desenvolvimento integral das crianças e a valorização da infância no cotidiano escolar (Figura 11).

Figura 11 - Registros da Educação Infantil em momentos lúdicos e festivos



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

No caso da Pré-escola, foram matriculados 89 estudantes no ano de 2022, distribuídos em três turmas de Pré-I – A, B e C – e duas turmas de Pré-II – A e B. A observação participante realizada no decorrer da pesquisa revelou a existência de uma demanda significativa por vagas em período integral, tanto na creche quanto na pré-escola, evidenciando a necessidade de ampliação da oferta de atendimento, especialmente em territórios marcados por desigualdades sociais e alta vulnerabilidade.

A imagem a seguir apresenta registros de atividades lúdicas e comemorativas realizadas com as crianças da Educação Infantil, ilustrando o compromisso pedagógico com a valorização da infância, o estímulo à criatividade e o fortalecimento dos vínculos afetivos e comunitários no ambiente escolar (Figura 12).

A 4x3 grid of 12 photographs showing children in various costumes and settings, likely from a school festival or pageant. The photos are arranged in four rows and three columns. The first row shows a child in a colorful costume, two children in red headbands and pink skirts, a child in a white and green costume with a large green bow, and a child in a white and yellow costume with a large yellow bow. The second row shows a child in a blue and white costume, a group of children in black costumes, a child in a white costume with a large white bow, and a child in a blue and white costume. The third row shows three children in white costumes, a child in a white costume with a large white bow, a child in a white costume with a large white bow, and a child in a white costume. The fourth row shows a group of children in white costumes, a group of children in white costumes, a group of children in white costumes, and a group of children in white costumes.

As atividades desenvolvidas com as turmas da Educação Infantil evidenciam o trabalho pedagógico voltado a socialização, criatividade e construção de vínculos afetivos, esses momentos valorizam a expressão, o pertencimento, a identidade e a vivência coletiva no ambiente escolar entre aluno, escola, família e comunidade.

A proposta inicial do Programa oferecia as modalidades de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), com oferta abrangente de ensino nos turnos diurno e noturno:

[...] a partir de currículo aberto, flexível e integrado que privilegie as atividades nucleares (conteúdos mínimos obrigatórios), as Complementares (complementação curricular por meio de exercícios, oficinas e laboratórios pedagógicos diferenciados, configurados conceitualmente como "artes práticas") e as de integração (exercício da articulação dos conteúdos dos diversos subprogramas) (Pronaica – Subprogramas e ações, 1994).

Como pode ser percebido, o PRONAICA buscava proporcionar o acesso à educação para crianças e adolescentes, incluindo jovens e adultos que não puderam acessar a escolarização no período regular. A oferta no turno noturno previa o atendimento a estudantes que trabalhavam durante o dia e desejavam acessar a alfabetização no contraturno do trabalho.

Os serviços oferecidos pelos programas foram relacionados da seguinte maneira:

- oferta de ensino fundamental a crianças e adolescentes, no período diurno, em atividades nucleares/salas de aula, em atividades complementares/salas especiais, laboratórios e outras dependências, e em atividades de integração/outros subprogramas;
- oferta de ensino fundamental a jovens e adultos, no período noturno, em atividades nucleares, Complementares e de integração (Pronaica – Subprogramas e ações, 1994).
- atendimento especial aos alunos portadores de deficiências (Pronaica – Subprogramas e ações, 1994).

Os anos iniciais do Ensino Fundamental contam com duas turmas para cada série, do 1º ao 5º ano, atendendo, ao todo, 207 estudantes. Dados obtidos na pesquisa de Venceslau (2013) apontam que, em 2010, 28% dos alunos matriculados no CAIC eram filhos de migrantes nordestinos, evidenciando a presença significativa desse grupo social na constituição do bairro. Tal dado reforça a importância de refletir, no presente, sobre a permanência das dinâmicas migratórias e seus desdobramentos nas condições de vida e no acesso a direitos no território. A compreensão desses fluxos contribui para avaliar de que maneira o CAIC segue atuando na mitigação das desigualdades estruturais que afetam os moradores do bairro.

No âmbito do Subprograma Educação Infantil e Ensino Fundamental, os usuários são prioritariamente crianças e adolescentes. Segundo o PPP (2022), “a maioria dos alunos mora no bairro, portanto vai mesmo a pé para a escola. Os alunos que não moram no bairro, uma minoria, vai para a escola de bicicleta; outros utilizam o transporte escolar (vans, peruas, ônibus, micro-ônibus)”.

Esses dois subprogramas são os únicos voltados exclusivamente a estudantes regularmente matriculados. Todos os demais Subprogramas do PRONAICA são de

acesso ampliado à comunidade, o que reforça o papel do CAIC como agente articulador de políticas públicas e promotor de justiça socioespacial.

A imagem a seguir retrata momentos vivenciados pelos alunos do Ensino Fundamental em atividades comemorativas e pedagógicas realizadas entre os anos de 1996 e 2023, ilustrando a permanência das ações escolares na construção de um espaço educativo acolhedor e culturalmente significativo (Figura 13 e Figura 14).

Figura 13 - Registros da Ensino Fundamental em momentos festivos (1996-2023)/01



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

Figura 14 - Registros da Ensino Fundamental em momentos festivos (1996-2023)/02



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

As atividades desenvolvidas com os alunos do Ensino Fundamental por meio dos subprogramas implementados no CAIC reforçam a proposta de uma educação integral, que ultrapassa os limites do currículo tradicional. Por meio de experiências diversas nas áreas da cultura, do esporte, do lazer, do trabalho e da saúde, os estudantes são incentivados a ampliar seus repertórios, fortalecer vínculos sociais, desenvolver competências socioemocionais e construir aprendizagens significativas. Essas ações articulam saberes escolares com vivências concretas, valorizando a participação ativa dos alunos, a pluralidade cultural e o diálogo com a comunidade. Dessa forma, os subprogramas contribuem não somente para o desempenho acadêmico, mas também para a formação cidadã e o desenvolvimento pleno dos sujeitos.

3.1.4 Subprograma da Cultura

O Subprograma da Cultura tem como objetivo “promover, difundir e valorizar a cultura universal e local em suas formas de expressão, com ênfase nas atividades de leitura, pesquisa e desenvolvimento de projetos e eventos” (PPP, 2022). As ações desenvolvidas contemplam vivências na biblioteca e práticas de leitura, oficinas de teatro, atividades com a Banda da Fanfarra, projetos musicais e eventos culturais. Essas experiências são oferecidas no contraturno escolar às crianças e adolescentes matriculados, com possibilidade de participação ampliada da comunidade local (PPP, 2022).

A imagem a seguir ilustra essas atividades culturais no cotidiano escolar, revelando a potência criativa e identitária das práticas desenvolvidas no Núcleo da Cultura. Ao valorizar expressões artísticas diversas, o subprograma fortalece o sentimento de pertencimento dos sujeitos ao espaço educativo, além de promover o diálogo entre saberes escolares e manifestações culturais plurais (Figura 15).

Figura 15 - Atividades desenvolvidas no Núcleo da Cultura, promovendo a valorização das expressões artísticas, das identidades culturais e do pertencimento ao espaço escolar - 01



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

O Núcleo de Difusão Cultural está articulado aos demais Subprogramas e promove, integradamente, a interação entre crianças, adolescentes, jovens, adultos, estudantes e a comunidade em geral, valorizando a cultura em sua abrangência universal sem perder de vista o reconhecimento e a valorização das manifestações culturais locais. Esse Núcleo fortalece os vínculos sociais e potencializa o CAIC como espaço de encontro, trocas e construção coletiva de saberes culturais diversos.

A imagem a seguir retrata algumas das atividades promovidas no Núcleo da Cultura, nas quais as expressões artísticas assumem papel central na afirmação das identidades e no estímulo ao pertencimento ao espaço escolar. As práticas registradas

revelam a potência educativa da arte como linguagem de inclusão e reconhecimento social (Figura 16).

Figura 16 - Atividades desenvolvidas no Núcleo da Cultura, promovendo a valorização das expressões artísticas, das identidades culturais e do pertencimento ao espaço escolar - 02



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

Esse núcleo apresenta os seguintes serviços:

- promoção de atividades de leitura, pesquisa, organização e desenvolvimento de eventos e projetos; oficinas de artes plásticas, cênicas, música, entre outras, para os usuários da U.S. e para a comunidade;
- utilização da biblioteca como espaço de apoio ao desenvolvimento curricular do ensino fundamental e de promoção da cultura, por meio de atividades extensivas à comunidade;
- apoio e incentivo à formação de grupos voltados a atividades culturais, na comunidade (Pronaica – Subprogramas e ações, 1994).

Em diálogo com a professora responsável pelo Núcleo de Difusão Cultural, foi informado que, no contraturno das aulas, são ofertadas oficinas de teatro e dança,

voltadas ao estímulo da expressão artística e da convivência entre os estudantes. No entanto, as aulas de dança foram temporariamente suspensas devido ao encerramento do contrato da professora responsável no final do ano de 2023. Até o dia 17 de julho de 2024, essa atividade seguia paralisada, com previsão de retomada para o dia 05 de agosto de 2024. Essa interrupção temporária evidencia a necessidade de continuidade e valorização dos projetos culturais como parte estruturante da formação integral oferecida pelo CAIC.

A imagem a seguir registra uma das atividades desenvolvidas no Núcleo da Cultura, expressando a importância de espaços que possibilitam a vivência artística como direito e como ferramenta de pertencimento, identidade e expressão crítica (Figura 17).

Figura 17 - Atividades desenvolvidas no Núcleo da Cultura, promovendo a valorização das expressões artísticas, das identidades culturais e do pertencimento ao espaço escolar - 03



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

O Subprograma da Cultura, desenvolvido no âmbito do CAIC, teve como principal finalidade promover o acesso e a valorização das diversas manifestações artísticas e culturais, reconhecendo a escola como um espaço de produção e expressão cultural. Por meio de atividades como teatro, dança, música, contação de histórias, exposições e celebrações temáticas, os estudantes puderam explorar suas identidades, desenvolver a criatividade e fortalecer o senso de pertencimento à comunidade escolar. Essas experiências contribuíram para a formação crítica e sensível dos alunos, ampliando seus horizontes culturais e valorizando as raízes históricas e sociais que compõem a realidade local. Assim, o subprograma da cultura se consolidou como um instrumento pedagógico essencial para a construção de uma educação plural, democrática e humanizadora.

3.1.5 Subprograma da educação para o Trabalho

No bairro Novo Tempo II não há uma escola que ofereça a etapa de Ensino Médio para a população. Nesse sentido, a proposta de educação profissional direcionada aos adolescentes objetiva:

formar uma nova cultura de trabalho e sua prática, como desenvolvimento de valores humanos e aperfeiçoamento individual e social. De acordo com as necessidades da população e o perfil de trabalho local, são desenvolvidas atividades voltadas à iniciação ao trabalho, à formação, à reciclagem profissional e à reconversão produtiva (PPP, 2022 p. 56-57).

Nesse aspecto, são oferecidas ações voltadas à aquisição de habilidades e conhecimentos que possibilitem o acesso ao trabalho e à geração de renda, com abrangência de atendimento à comunidade e a oferta dos seguintes serviços:

- promoção de atividades voltadas à formação e à disseminação de uma cultura do trabalho;
- oferta de atividades de iniciação, formação, qualificação, aperfeiçoamento e reciclagem profissional, e reconversão produtiva, segundo áreas de interesse e perfil do mercado de trabalho local (Pronaica – Subprogramas e ações, 1994).

A oferta de oficinas de atividades gráficas, datilografia, corte e costura, bordado, pintura e marcenaria teve como objetivo a profissionalização das famílias dos estudantes e da comunidade, tanto para suprir demandas internas do próprio CAIC quanto para fomentar a geração de renda ou complementar a renda familiar. A proposta

articulava educação e trabalho como dimensões fundamentais para o desenvolvimento humano e a superação de desigualdades sociais.

A partir de depoimentos de interlocutores que participaram ativamente desse Subprograma, buscou-se compreender em que medida as atividades ofertadas contribuíram para a melhoria das condições socioeconômicas dos indivíduos e de suas famílias, bem como para o fortalecimento das capacidades produtivas da comunidade.

A imagem a seguir ilustra momentos dessas atividades no Núcleo do Trabalho, revelando a diversidade de saberes mobilizados, a valorização de práticas manuais e o compromisso com a inclusão produtiva como estratégia de emancipação social (Figura 18).

Figura 18 - Atividades realizadas no Núcleo do Trabalho



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

O Subprograma do Trabalho, desenvolvido no CAIC, foi concebido como um espaço pedagógico que integrava o aprendizado prático à formação cidadã, promovendo a valorização do saber fazer, da criatividade e da autonomia. Por meio de oficinas

produtivas, o subprograma contribuiu diretamente para as necessidades da escola, como a confecção de uniformes escolares, esportivos e figurinos utilizados nas festividades, envolvendo alunos e participantes da comunidade. Além de atender à escola, essas oficinas também representaram uma oportunidade concreta de formação profissional e geração de renda para moradores da região, que passaram a aprender novos ofícios e, em muitos casos, buscaram inserção no mercado de trabalho a partir das habilidades desenvolvidas ali. Ao unir formação técnica, ação colaborativa e fortalecimento dos vínculos entre escola e território, o Subprograma do Trabalho demonstrou seu potencial transformador, contribuindo para o empoderamento de sujeitos e a valorização da educação como instrumento de emancipação social.

3.1.6 Subprograma da Alimentação

As ações desenvolvidas no Subprograma de Alimentação buscam promover orientações relacionadas à alimentação, alimentação alternativa, nutrição e produção de alimentos, com ênfase na:

Orientação sobre hábitos de alimentação saudável não só às crianças como às suas famílias e a comunidade, estimulando iniciativas de alimentação alternativa (incorporando novos itens ao cardápio para conseguir maior aproveitamento dos alimentos, bem como de produção de alimentos em hortas escolares (PPP, 2022).

No que se refere à alimentação da criança e do adolescente, havia o acesso a seis refeições ao longo do dia: o lanche era servido na entrada da escola, no período do recreio, no horário do almoço, no intervalo vespertino e ao final das atividades diárias. Após o encerramento do programa, as refeições passaram a ser restritas ao período letivo, tanto para os estudantes em tempo parcial quanto para aqueles em tempo integral. Ou seja, as atividades realizadas no contraturno deixaram de ser subsidiadas com alimentação. Na sua proposição inicial,

[...] este Subprograma, que difere do tradicional programa de merenda escolar pois, indo além da complementação alimentar, oferece diariamente as refeições básicas às crianças e aos adolescentes matriculados na U.S. Nos casos em que a demanda social recomendar e conforme os recursos locais, poderão ser oferecidas refeições nos períodos não-letivos (Pronaica – Subprogramas e ações, 1994, P, 22).

Dentre os serviços oferecidos pelo programa estavam incluídos:

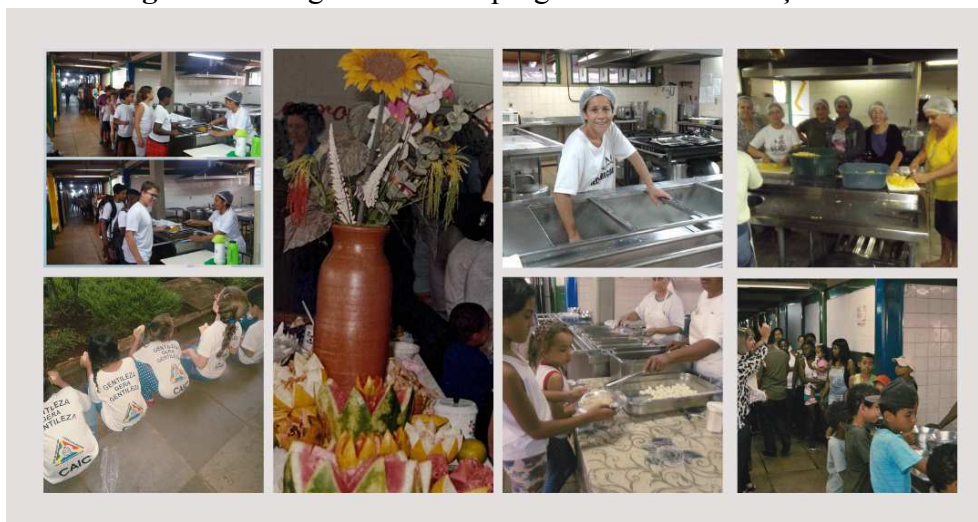
- atendimento diário com desjejum, almoço e lanche aos usuários da creche, pré-escola e ensino fundamental, observando-se as necessidades nutricionais de cada grupo;
- atendimento diário aos jovens e adultos com refeição ligeira, no início das atividades do período noturno;
- orientação aos usuários matriculados na U.S. e à comunidade sobre hábitos alimentares;
- estímulo a iniciativa de alimentação alternativa e de produção de alimentos (Pronaica – Subprogramas e ações, 1994)

O Subprograma Alimentação estendia sua atuação para além da oferta regular da merenda escolar, buscando integrar práticas educativas ao cotidiano alimentar dos estudantes. Entre as ações desenvolvidas, destacava-se o estímulo à criação de hortas escolares, proporcionando aos alunos o contato direto com o cultivo de alimentos, o entendimento sobre o ciclo produtivo e a valorização de uma alimentação nutritiva, segura e saudável.

Essa abordagem articulava educação alimentar e ambiental, promovendo não apenas a segurança alimentar, mas também a formação de hábitos conscientes, sustentáveis e autônomos.

A imagem a seguir registra atividades ligadas ao Subprograma de Alimentação, revelando a participação ativa dos estudantes em ações práticas e educativas no ambiente escolar (Figura 19).

Figura 19 - Registros do Subprograma de Alimentação - 01



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

Em diversos momentos, as práticas do Subprograma de Alimentação foram integradas à matriz curricular da escola, permitindo que os estudantes explorassem a temática da alimentação a partir de diferentes áreas do conhecimento. A construção e o

cuidado com a horta, por exemplo, possibilitaram a aplicação de noções matemáticas (medidas, quantidades, proporções), biológicas (ciclos de vida, fotossíntese, ecossistemas) e geográficas (solo, clima, localização e produção de alimentos), tornando a aprendizagem mais concreta, interdisciplinar e significativa.

A imagem a seguir retrata uma dessas experiências educativas, reforçando o papel do Subprograma como articulador entre o saber escolar e as práticas do cotidiano (Figura 20).

Figura 20 - Registros do Subprograma de Alimentação - 02



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

O Subprograma de Alimentação desempenhou um papel fundamental no cotidiano do CAIC, assegurando aos alunos o direito à alimentação saudável, equilibrada e adequada às necessidades nutricionais das diferentes faixas etárias. Mais do que garantir refeições diárias, essa iniciativa refletia o compromisso da escola com o cuidado, o acolhimento e a promoção da saúde, especialmente em contextos marcados

por vulnerabilidades sociais. Um destaque importante era a horta escolar, cultivada no espaço da própria unidade, cuja manutenção contava com o envolvimento direto dos alunos. Essa prática permitia que os estudantes tivessem contato com o cultivo de alimentos, compreendessem os ciclos da natureza e valorizassem o trabalho coletivo e o respeito ao meio ambiente. Além disso, a horta servia como instrumento pedagógico para ações de educação nutricional, fortalecendo hábitos alimentares saudáveis e a integração entre alimentação, aprendizagem e sustentabilidade.

3.1.7 Subprograma de Suporte Tecnológico

O Subprograma de Suporte Tecnológico tem suas ações direcionadas ao desenvolvimento de recursos humanos e ao uso da informática com fins educativos. Nesse sentido, “busca prover recursos (teledifusão, multimeios, informática e outros) para o desenvolvimento dos subprogramas, bem como dos sistemas de suporte técnico, garantindo sua permanente atualização, integração e qualidade” (PPP, 2022).

Participam desse Subprograma crianças, adolescentes, jovens, adultos, equipe técnica especializada, instâncias do PRONAICA e membros da comunidade, que estabelecem relações de interdependência com programas articulados por “órgãos governamentais e não governamentais (nacionais, regionais e locais), grupos comunitários, instituições e Pólos do Sistema de Suporte Técnico ao PRONAICA” (PRONAICA – Subprogramas e Ações, 1994, p. 23).

Dentre os serviços oferecidos pelo subprograma suporte tecnológica estavam relacionados os seguintes:

- desenvolvimento de recursos humanos das Unidades de Serviços e de outros órgãos/ instituições regionais ou locais;
- suporte tecnológico de teledifusão, multimeios e informática educativa, aos subprogramas das Unidades de Serviços;
- informática educativa e capacitação de recursos humanos em Informática;
- prestação de serviços de teledifusão educativa e cultural extensivos à comunidade (Pronaica – Subprogramas e ações, P. 23).

A globalização, amplamente debatida no início do século XXI, já apresentava, desde a década de 1970, elementos estruturantes que permitiam sua compreensão enquanto fenômeno econômico, cultural e tecnológico. Nesse contexto, a difusão de um Subprograma de ordem tecnológica, ancorado no acesso à informática e aos multimeios,

visava à instrumentalização crítica dos sujeitos para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.

A proposta buscava ampliar as oportunidades de crianças, adolescentes, jovens e adultos vinculados à comunidade escolar, promovendo a inserção no universo digital — com todas as suas promessas e contradições — e reconhecendo as tecnologias como ferramentas de aprendizagem, expressão e emancipação.

A imagem a seguir retrata atividades desenvolvidas no Núcleo de Suporte Tecnológico, bem como registros de livros criados pelos estudantes no âmbito desse projeto, evidenciando o potencial pedagógico das tecnologias digitais na produção de conhecimento e na valorização das narrativas juvenis e comunitárias (Figura 21).

Figura 21 - Atividades desenvolvidas no Núcleo de Suporte Tecnológico e Registros dos livros criados por meio deste projeto



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

O Núcleo de Suporte Tecnológico do CAIC exerceu papel estratégico na ampliação das práticas pedagógicas e no fortalecimento da formação integral dos estudantes, ao incorporar o uso de tecnologias ao cotidiano escolar. Por meio de aulas de informática, datilografia e atividades gráficas, os alunos passaram a interagir com ferramentas que desenvolviam simultaneamente competências técnicas, cognitivas e comunicativas, preparando-os para os desafios de uma sociedade cada vez mais digitalizada.

A imagem a seguir apresenta matérias de jornal que registram essas iniciativas, demonstrando o reconhecimento público das ações desenvolvidas pelo Núcleo e sua relevância para a democratização do acesso às tecnologias educacionais (Figura 22).

Figura 22 - Matérias de Jornal - CAIC



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996-2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

Além das aulas, o núcleo também atuava na produção coletiva de materiais educativos, como o jornal da escola, livros de literatura elaborados com a participação dos estudantes e folders de divulgação dos eventos escolares. Essas experiências valorizavam a autoria estudantil, incentivavam a expressão criativa e promoviam o protagonismo juvenil, ao mesmo tempo, em que fortaleciam os vínculos entre escola, comunidade e cultura digital. O Núcleo de Suporte Tecnológico, assim, tornou-se um espaço de inovação, aprendizagem colaborativa e construção de conhecimento significativo.

3.1.8 Subprograma do Esporte

Este Subprograma é direcionado às crianças e adolescentes, com ações voltadas para as práticas esportivas e de lazer, por meio da oferta de atividades como:

[...] (jogos e iniciação esportiva) assim como as escolinhas de Vôlei, Basquete, Futsal, Handebol e Atletismo. Embora não seja mera proposta de Educação Física, articula com subprograma Ensino Fundamental complementando suas obrigações curriculares nesta área (PPP, 2022).

O Núcleo de Suporte Tecnológico do CAIC exerceu papel estratégico na ampliação das práticas pedagógicas e no fortalecimento da formação integral dos estudantes, ao incorporar o uso de tecnologias ao cotidiano escolar. Por meio de aulas de informática, datilografia e atividades gráficas, os alunos passaram a interagir com ferramentas que desenvolviam simultaneamente competências técnicas, cognitivas e comunicativas, preparando-os para os desafios de uma sociedade cada vez mais digitalizada.

A imagem a seguir reúne registros que destacam as ações esportivas promovidas no âmbito do subprograma, evidenciando o impacto positivo dessas iniciativas na comunidade escolar. Esses registros reforçam o papel do esporte como ferramenta de inclusão, formação cidadã e fortalecimento de vínculos entre escola e território (Figura 23).

A imagem a seguir registra algumas das atividades realizadas no Subprograma, revelando a diversidade das práticas esportivas e o engajamento dos alunos nas ações oferecidas (Figura 24).

Figura 24 - Atividades realizadas no Subprograma do Esporte - 02



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (1996–2023). Fotografias autorizadas para esta pesquisa.

Por meio do esporte, promoviam-se valores como respeito, cooperação, disciplina, superação e trabalho em equipe. Além das atividades regulares, os estudantes também participaram de jogos estudantis e competições escolares, representando a escola e fortalecendo o sentimento de pertencimento e valorização do esforço coletivo. O Subprograma do Esporte, portanto, reafirmava a escola como espaço de formação integral, onde o movimento, o corpo e o jogo eram reconhecidos como caminhos legítimos para o aprendizado e a cidadania.

Os Subprogramas e ações realizados no CAIC não devem ser considerados de maneira isolada, dada sua própria essência integradora, relacionada à educação, saúde e assistência social. Ocorre que, ao longo do tempo, tornam-se dinâmicos, sendo, portanto, transformados de acordo com a realidade vivenciada.

Foi possível observar que, em quase todos os Subprogramas, as ações eram direcionadas tanto às crianças e adolescentes matriculados na escola quanto à comunidade em geral. Nesse sentido, buscamos compreender quais são os impactos socioespaciais da escola do bairro na vida cotidiana dos estudantes e da comunidade, especialmente nas dimensões da educação, cultura, educação para o trabalho, alimentação, suporte tecnológico e esporte. A escola do bairro propõe um elo de comunicação entre diversas dimensões da vida social. Desse modo, para além do projeto estrutural e pedagógico, é pertinente refletir: o que a escola representa para os estudantes? O que ela representa para o bairro? E o que ela representa para a comunidade?

Os Subprogramas apresentam orientações gerais acerca das ações a serem desenvolvidas. Nesse sentido, compreendemos que, durante a pesquisa, o CAIC e o bairro Novo Tempo II nos aproximaram de memórias e narrativas de sujeitos que vivenciaram a experiência da instituição em diferentes momentos de sua trajetória. Assim, apresentamos alguns relatos que se configuram como elementos norteadores para o desenvolvimento deste trabalho. Em um primeiro momento, constatamos as dificuldades de acesso a documentos oficiais das esferas federal e municipal, o que limitou o levantamento de determinados dados e informações.

3.2 Caderno de campo: observação a partir da participante

O caderno de campo representa uma prática metodológica articulada à observação participante. Trabalho na instituição CAIC desde o ano de 2020 e, certamente, ao longo desse período, foram as observações e os diálogos que me estimularam a concebê-la como lócus de pesquisa. No entanto, considerando sua realidade enquanto técnica de coleta de dados e informações, os acontecimentos relatados serão considerados a partir dos encontros e diálogos estabelecidos após o ingresso no programa de pós-graduação, entre 2023 a 2025, até o momento.

Os Subprogramas e ações eram desenvolvidos nas seguintes áreas: a) Proteção Especial a Criança e o Adolescente e a Saúde: Atendimentos psicológicos,

fonoaudiológicos, atendimentos médicos pediatria, ginecologia e clínica geral, atendimentos odontológicos, juntamente com parcerias e instituições; b) Educação escolar: Educação Infantil de 6 meses a 5 anos, Ensino Fundamental de 6 anos a 15 anos, Educação de Jovens e Adultos maiores de 18 anos e Educação em Tempo Integral de 6 meses a 10 anos; c) Cultura: oficinas de dança, artes plásticas, teatro, coral, banda e fanfarra, além da criação de um Terno de Congada na escola; d) Educação para o trabalho: bordado, ponto cruz, vagonite, ponto livre, ilhós, oitinho, tapeçaria, crochê, corte e costura, silk, atividade gráficas, datilografia, pintura e marcenaria. Os trabalhos eram vendidos na feirinha do CAIC, com a renda revertida para a compra de materiais e o pagamento de comissão aos alunos, conforme sua produção, o subprograma do trabalho também produzia os uniformes escolares, esportivos, figurinos e tudo que a escola precisasse na área de tecidos como lençóis para os colchonetes, cobertas, forros de mesa, toalhas e afins; e) Alimentação: servindo diariamente 5 refeições por dia café da manhã, almoço, lanche de entrada, jantar e lanche de saída, incentivo a alimentação saudável incluindo o cultivo de uma horta na escola; f) suporte tecnológico: promovendo acesso às tecnologias, inclusão digital e produção gráfica de todo material que a escola necessitasse; g) Esporte: ginásticas, academia, iniciação esportiva, escolinha de vôlei, basquete, futsal, handebol, xadrez, caratê, capoeira e atletismo. O ginásio da escola também ficava à disposição da comunidade local e de parceiros para uso em horários não letivos;

Os Subprogramas, em sua proposta inicial, não são mais desenvolvidos na instituição CAIC. Sua realização foi encerrada no ano de 2007, com a substituição pelo Programa Mais Educação. Nesse aspecto, a política pública que visava ao atendimento integral à criança e ao adolescente nas áreas de maneira articulada, acabou restrita ao atendimento educacional.

A fala da interlocutora Débora, professora lotada na instituição desde sua fundação, sintetiza a dinâmica do PRONAICA no contexto local:

“O CAIC só ia existir na estrutura original dele se o poder público municipal quisesse [...] até o CAIC ser construído ele era de responsabilidade federal, depois que ele foi construído, entregava para sua cidade, aí a sua cidade que tinha que querer manter esse CAIC”
(Interlocutora 1, 2024).

O fim do programa não significa, necessariamente, a completa extinção das práticas, que, conforme diálogo estabelecido com funcionárias e funcionários que atuam

na instituição desde sua origem, foram sendo rarefeitas com o passar do tempo, dependendo do apoio ou da negligência da gestão municipal e de parceiros privados.

Em termos de equipamento público, mesmo após o encerramento do PRONAICA, o Núcleo de Promoção da Saúde continuou com o atendimento de alguns serviços relacionados à área da saúde. Somente no ano de 2022 foi instalado um Posto de Saúde da Família (PSF) no bairro Novo Tempo II. Ainda assim, o atendimento odontológico permanece sendo realizado no CAIC. Atualmente, encontra-se em construção uma Unidade Básica de Saúde (UBS), que, até o momento, não possui previsão para início dos atendimentos.

Uma diferenciação apreendida por meio da observação e dos diálogos está associada à concepção do CAIC. Dentro dessa estrutura, há uma escola; no entanto, sua concepção não se reduz a ela. A proposta, voltada ao atendimento de crianças e adolescentes, foi ampliada para contemplar também as famílias e a comunidade como um todo, de modo que a integração entre esses sujeitos pudesse contribuir para a mitigação das desigualdades sociais.

Nas palavras das interlocutoras iniciais, os Subprogramas e ações desenvolvidos no CAIC, por meio da gestão escolar e da gestão municipal, foram muito bem-sucedidos durante um período de aproximadamente 10 anos. Esse intervalo corresponde, de forma geral, ao período de vigência do PRONAICA, que compreendemos, neste trabalho, entre os anos de 1996 e 2006 — uma periodização central para nossa análise. A partir dessa compreensão, delimitamos dois marcos temporais: o primeiro, entre 1996 e 2006 (10 anos), e o segundo, entre 2007 e 2022 (15 anos), como centrais para nosso campo de análise.

A partir de 2007, com a minimização do CAIC enquanto centro de atenção integral e a progressiva desarticulação dos Subprogramas, torna-se pertinente refletir: como se dava o acesso aos equipamentos públicos e às ações sociais por parte dos estudantes, das famílias e da comunidade?

O ano de 2018 foi marcado como um período de quase apagamento das ações realizadas no contraturno escolar. A interlocutora 1 aponta alguns fatores que contribuíram para esse declínio, como a mudança de local de trabalho por parte dos professores que ofereciam as aulas diferenciadas, processos de aposentadoria e remoções, o que resultou na desassistência dos núcleos em relação à profissionais especializados nas áreas de artes e cultura.

A dimensão articulada entre o CAIC e o bairro também se evidencia por meio da observação participante e dos diálogos prévios estabelecidos.

O Caic é feito pra funcionar em periferia, o projeto dele é funcionar em periferia, o Novo Tempo II era um bairro que tava começando. O Novo Tempo II não tinha asfalto, tinha um asfalto que passava o ônibus, o resto era tudo terra [...] o pessoal vinha muito do Nordeste para trabalhar na usina (Triálcool) (Interlocutora 1, 2024).

A interlocutora ainda complementa, destacando a total ausência de infraestrutura no bairro à época, com apenas uma rua principal, utilizada como via de circulação dos veículos. O percurso que articulava o bairro à cidade era realizado pela rua onde está localizado o cemitério municipal ou por uma pinguela que conectava o bairro Novo Tempo I ao Novo Tempo II.

Outro aspecto apresentado pela interlocutora está associado ao caráter inovador do PRONAICA, cuja articulação entre programas e ações voltadas à educação básica possibilitava uma formação cidadã não apenas dos estudantes, mas também das famílias e da comunidade. Ela relata o seguinte:

eu sempre acreditei muito no teatro, eu sempre acreditei muito na escola, eu sempre acreditei muito na música, eu sempre acreditei muito na dança, e hoje que veio tudo isso à tona, vamos falar assim uns dez anos pra cá, por causa das diversas habilidades, por causa de diversidade, e nós fizemos isso aqui a vida inteira (Interlocutora 1, 2024).

O entendimento da interlocutora sobre a importância dos Subprogramas e ações revela não apenas a relevância da educação formal, mas também como as oficinas podem contribuir para a sociabilidade de crianças e adolescentes em outros espaços, como os núcleos familiares, os círculos de amizade e o mundo do trabalho. Esse relato permite compreender algumas dimensões dos possíveis impactos sociais dessas ações na vida daqueles que acessaram os programas.

Em determinado período, entre 2009 e 2010, havia um Subprograma realizado aos sábados e domingos, aberto à comunidade, com ações voltadas para dança afro, capoeira e Congada, além de festivais desenvolvidos no espaço do CAIC, que mobilizavam diferentes grupos sociais para participação nas atividades. O bairro Novo Tempo II abriga Ternos de Congada tradicionais da cidade, como o Libertação, enquanto no bairro Carlos Dias Leite destaca-se o Terno de Congada Moçambique Águia Branca. As ações articuladas às matrizes afro-brasileiras estimularam a criação de

um novo Terno de Congada formado por estudantes do CAIC, ocorrido no ano de 2009 e denominado Filhos da Luz, conforme relata Willian Luiz Cândido, à época monitor no CAIC e pertencente à tradição congadeira:

Estudei no CAIC e sempre carreguei comigo o desejo de trabalhar com crianças da comunidade da qual faço parte. Como sou um apaixonado pelo congo e participo dessa cultura desde a idade de dois anos, então em 2008 resolvi procurar a Coordenadora do Suporte Técnico Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, na época, Luciane Dias, e expor a ela minhas ideias. De imediato minhas propostas foram aceitas e já em agosto deste mesmo ano, na gestão de Luzia Marquez e Marques, iniciei um trabalho voluntário com as crianças do CAIC “Aureliano Joaquim da Silva”, lugar onde estudei. Tinha como objetivo trabalhar com eles uma das culturas afro, previstas na Lei Federal 11 645 de 10/03/2008, para que estes pequenos pudessem, não só conhecer e valorizar essa cultura, mas também ajudar a sua própria comunidade, fazendo prevalecer as principais regras do congo: humildade, sabedoria, integridade e respeito ao próximo (Cândido, 2012).

Essas são dimensões sociais subjetivas na vida daqueles que são impactados pela possibilidade de vivenciar sua cultura ou de abrir espaço para que outros grupos sociais interajam ou integrem a diversidade cultural.

O Hino do CAIC foi escrito por uma estudante da instituição, em cooperação com sua mãe, a partir de um concurso voltado aos estudantes e à comunidade. Na ocasião, a estudante da 2ª série, Bruna Carolina de Andrade, e sua mãe, Dalva Lúcia Costa, foram vencedoras da disputa (Blogspot CAIC Ituiutaba, 2001). Como pode ser observado abaixo, o hino aciona memórias de vivências e histórias contadas a partir das ações e Subprogramas desenvolvidos desde sua implementação.

CAIC, nos faz crescer e aprender
CAIC, saúde, alimentação e lazer
CAIC, muita garra e fé,
Estudar aqui, todo mundo quer.

Aqui tem dança, artes plásticas, teatro e caratê.
Marcenaria, bordado, pintura e crochê.
CAIC é um sonho intenso,
Com amor e esperança você cresce,
Em teu formoso núcleo forte e lindo
O nosso futuro resplandece.

CAIC, nos faz crescer e aprender
CAIC, saúde, alimentação e lazer
CAIC, muita garra e fé,

Estudar aqui, todo mundo quer.

CAIC sua missão diz tudo
O aluno tem vida feliz e participativa
CAIC nos faz sonhar e acreditar
Que um futuro feliz vamos conquistar.
Te agradecemos de coração
Tudo que aqui, praticamos para uma boa formação.
Agradecemos aos nossos professores
Incansáveis na prática de valores.

CAIC, nos faz crescer e aprender
CAIC, saúde, alimentação e lazer
CAIC, muita garra e fé,
Estudar aqui, todo mundo quer.
(Bruna Caroline de Andrade; Dalva Lúcia Costa, 2001).

Dessa forma, ao analisarmos a trajetória do CAIC Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva no bairro Novo Tempo II, compreendemos que sua atuação ultrapassou os limites da educação formal, configurando-se como um equipamento público de relevância social, cultural e territorial. Os Subprogramas e ações desenvolvidos no âmbito do PRONAICA revelaram uma proposta inovadora, refletindo diretamente na vida cotidiana dos estudantes e da comunidade. Ainda que o programa tenha sido descontinuado formalmente, os registros históricos, os relatos dos interlocutores e os vestígios das práticas vivenciadas demonstram que sua memória permanece viva no território e constitui um importante referencial para a análise das políticas públicas de atenção integral. Assim, o CAIC se afirma como um locus privilegiado para a investigação dos impactos socioespaciais dessas ações e de como elas podem ainda reverberar no presente, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades sociais e a valorização das identidades locais.

A proposta pedagógica do CAIC se destacava pela articulação entre os diversos subprogramas — Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Lazer, Alimentação, Trabalho e Proteção à Criança e à Família — que, de forma integrada, contribuía para uma formação ampla, plural e significativa dos estudantes. Cada subprograma, com suas especificidades, se conectava ao outro, criando um ecossistema educativo no qual o cuidado, o conhecimento, a criatividade e o desenvolvimento humano caminhavam juntos. As práticas esportivas fortaleciam o corpo e a convivência; a cultura valorizava identidades e saberes; o núcleo de trabalho ensinava ofícios e gerava oportunidades; a

saúde e a alimentação promoviam bem-estar e segurança; a proteção social envolvia a comunidade no cuidado com a infância. Essa complementaridade tornava a escola um espaço vivo, onde se aprendia com o fazer, com o outro e com a realidade ao redor. Mais do que um centro educativo, o CAIC se firmava como um verdadeiro polo de transformação social, oferecendo uma experiência escolar única, pautada na integração, no pertencimento e na construção coletiva do saber.

CAPÍTULO 04. OS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DO CAIC NA VIDA COTIDIANA DA POPULAÇÃO DO BAIRRO NOVO TEMPO II

Com o intuito de aprofundar a análise sobre os impactos socioespaciais provocados pelo CAIC no Bairro Novo Tempo II, foram aplicados 36 questionários a sujeitos que vivem, viveram ou atuam cotidianamente no território. A escolha por esse instrumento metodológico partiu da compreensão de que os efeitos de políticas públicas territorializadas, como aquelas desenvolvidas pelo CAIC, só podem ser verdadeiramente apreendidos quando analisados a partir das vivências, memórias e percepções dos sujeitos que experienciam o espaço urbano em sua materialidade e simbolismo.

Os participantes dos questionários foram organizados em quatro perfis sociais principais: (1) moradores do bairro que se estabeleceram a partir da implantação do Programa de Ação Imediata para Habitação (PAIH); (2) moradores que chegaram em períodos posteriores, mas que vivenciaram os efeitos da instalação do CAIC e de seus subprogramas; (3) trabalhadores vinculados à instituição, incluindo profissionais da educação, da cultura, do esporte e da assistência social que, ao longo do tempo, acompanharam a trajetória do equipamento e sua interface com a comunidade local; e (4) alunos do CAIC, totalizando quatro estudantes que, a partir de suas experiências escolares e sociais, contribuíram para o entendimento do papel da instituição em suas vidas e nas transformações do território.

Assim, os questionários foram construídos de forma semiestruturada, de modo a conjugar elementos objetivos com a possibilidade de expressão subjetiva e contextualizada das experiências, garantindo a coleta de dados qualitativos e interpretativos.

O objetivo central da análise desses questionários é compreender de que maneira o CAIC influenciou e continua influenciando a vida cotidiana no Bairro Novo Tempo II. Busca-se identificar os sentidos atribuídos pelos moradores, trabalhadores e alunos ao equipamento público e às ações por ele desenvolvidas, revelando os desdobramentos sociais, culturais, econômicos e simbólicos decorrentes de sua presença. Pretende-se, também, verificar se essas ações contribuíram para a efetivação da construção do direito à cidade, promovendo inclusão socioespacial e fortalecimento da cidadania em um território marcado por desigualdades estruturais.

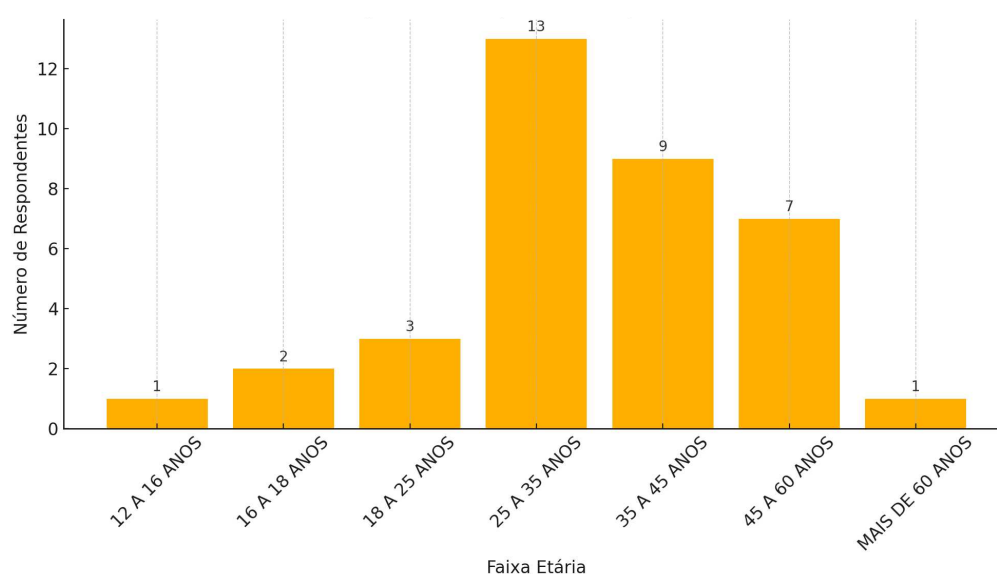
A análise dos questionários, portanto, constitui uma etapa fundamental da pesquisa, ao permitir o cruzamento entre a leitura teórica sobre o espaço urbano e o direito à cidade, os dados empíricos levantados ao longo do trabalho de campo e as expressões dos sujeitos que constroem, habitam e transformam cotidianamente o Bairro Novo Tempo II.

4.1 Sujeitos, vínculos e produção do espaço: dimensões socioterritoriais da experiência urbana no Bairro Novo Tempo II

Esta seção analisa o perfil dos respondentes com base em variáveis como idade, gênero, raça/cor, tempo de vínculo e relação com o CAIC e o Bairro Novo Tempo II, interpretando os dados à luz da Geografia Crítica. As informações revelam dinâmicas socioespaciais que refletem formas de apropriação do território e processos de construção da cidadania. Cada gráfico traduz uma geografia vivida, marcada por desigualdades, práticas de resistência e sentidos de pertencimento.

A Figura 25, inserida a seguir, apresenta a distribuição dos respondentes por faixa etária, evidenciando uma concentração significativa entre adultos jovens e pessoas em idade economicamente ativa, o que reforça a importância do CAIC como espaço de referência intergeracional no território.

Figura 25. Distribuição dos Respondedores por faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

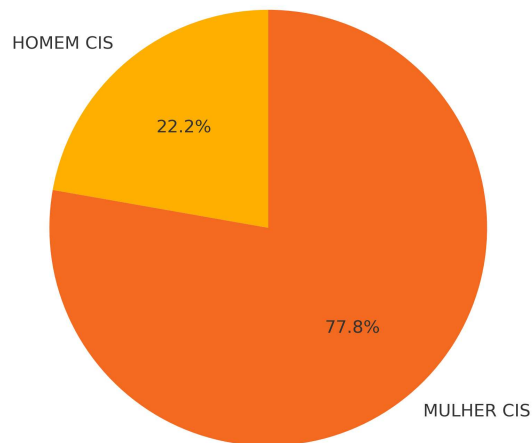
A análise da distribuição etária dos respondentes revela uma expressiva concentração nas faixas de 25 a 45 anos, seguida por um número significativo entre 45 e 60 anos. Essa configuração indica que a maioria dos interlocutores da pesquisa mantém vínculo direto e duradouro com o território, refletindo vivências enraizadas nas dinâmicas promovidas pelo CAIC. São sujeitos com trajetória histórica inserida nas redes de sociabilidade e nas práticas espaciais que conformam a espacialidade do Bairro Novo Tempo II, evidenciando o entrelaçamento entre experiência vivida, apropriação territorial e mediação institucional.

Sob a perspectiva da Geografia Crítica, especialmente com base em Santos (2012), o espaço é concebido como uma totalidade relacional e histórica, na qual formas, funções, estruturas e processos expressam as relações sociais. A prevalência de sujeitos adultos e maduros, com longa permanência no bairro, aponta para a continuidade dos processos de territorialização e para a centralidade do CAIC enquanto infraestrutura pública estruturante. Conforme Lefebvre (2001), o direito à cidade vai além do acesso à urbanidade, expressando-se na possibilidade de ressignificação e apropriação coletiva do espaço. Nesse contexto, os respondentes atuam como protagonistas da (re)produção do território e da vida urbana.

Essa leitura etária permite retomar a categoria de agente social, conforme discutido por Moraes (1994), evidenciando que a atuação desses sujeitos está imbricada no processo de transformação do espaço urbano periférico. Eles desempenham papel essencial na atualização e no tensionamento das funções socioespaciais do CAIC, cuja presença no território ultrapassa os limites pedagógicos da escola. A instituição se projeta como vetor de centralidade e instrumento de mediação entre o Estado e a população vulnerabilizada. Nesse sentido, como destaca Corrêa (2011), compreender a ação dos grupos sociais na escala do bairro implica reconhecer os processos históricos de exclusão e as resistências cotidianas que moldam o tecido urbano.

A seguir, apresenta-se o gráfico de distribuição dos respondentes por identidade de gênero (Figura 26), o qual revela uma predominância de mulheres entre os participantes. Esse dado é relevante para a análise das dinâmicas territoriais, considerando que, em contextos de vulnerabilidade social, as mulheres frequentemente assumem a linha de frente nos processos de cuidado, organização comunitária e articulação com políticas públicas. Essa centralidade feminina remete às discussões de Santos (2012) sobre a função social dos sujeitos no espaço urbano, reafirmando o protagonismo das mulheres na produção e manutenção dos territórios populares.

Figura 26. Distribuição dos Respondedores por identidade de gênero



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise da identidade de gênero dos respondentes revela uma predominância expressiva de mulheres cisgênero, apontando para o protagonismo feminino nas dinâmicas territoriais do Bairro Novo Tempo II. Essa centralidade na gestão cotidiana da vida comunitária e no uso dos serviços públicos ofertados pelo CAIC reforça a concepção do espaço urbano como produto das práticas sociais, como propõe Lefebvre (2001), ao destacar que o direito à cidade se constrói nas vivências do cotidiano. A espacialidade, nesse sentido, é atravessada por marcadores sociais, e as mulheres, especialmente nas periferias urbanas, desempenham múltiplas funções, de cuidadoras a mediadoras institucionais, que as constituem como agentes centrais na apropriação e sustentação dos equipamentos públicos.

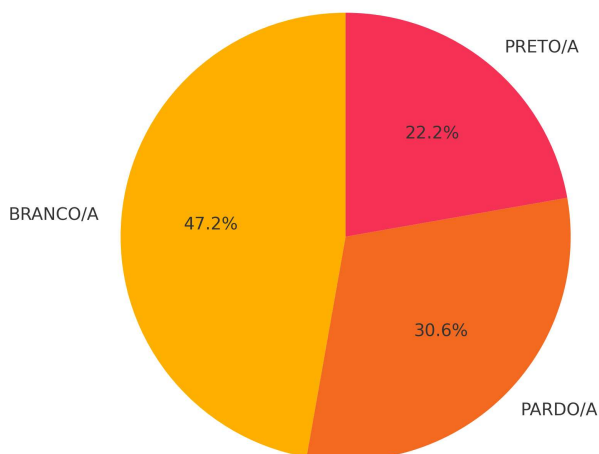
Sob a perspectiva da Geografia Crítica, essa atuação cotidiana configura-se como prática produtora do espaço. Conforme Santos (2012), o espaço é constituído pelas funções que os sujeitos sociais lhe atribuem, e as mulheres do bairro, ao interagirem com o CAIC, atualizam o território por meio de redes de sociabilidade e solidariedade. Corrêa (2011) e Moraes (1994) reforçam esse entendimento ao reconhecerem os agentes sociais como protagonistas da transformação espacial. Assim, a presença majoritária de mulheres entre os respondentes expressa uma lógica socioespacial sustentada na ação cotidiana, na resistência e na afirmação de direitos.

Essa leitura de gênero insere-se na crítica às formas tradicionais de organização urbana que tendem a invisibilizar desigualdades estruturais. A atuação ativa das

mulheres ressignifica o espaço público como território de pertencimento, cuidado e ação política, onde se disputam significados e se constroem vínculos coletivos.

A seguir, apresenta-se o gráfico de distribuição dos respondentes por raça/cor (Figura 27), aprofundando a análise sobre os marcadores sociais que estruturam a vivência urbana e a produção do espaço no Bairro Novo Tempo II.

Figura 27. Distribuição dos Respondedores por raça e cor



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

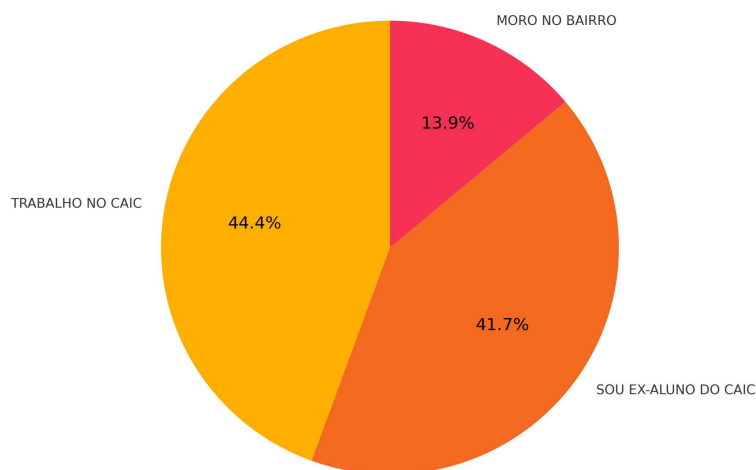
A análise da variável raça/cor, com a unificação das categorias pardo/a e preto/a sob o termo “pessoas negras”, revela que esse grupo representa aproximadamente 52,8% dos respondentes, superando ligeiramente os brancos, que somam 47,2%. Essa predominância, ainda que relativa, é significativa para compreender a composição étnico-racial do Bairro Novo Tempo II e as marcas da desigualdade urbana. A presença de pessoas negras em regiões periféricas está intrinsecamente ligada à lógica excludente que estrutura o espaço urbano brasileiro, onde o acesso a equipamentos públicos e infraestrutura de qualidade é desigual. Como afirma Iamamoto (2000, p. 27), a questão social deve ser entendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”, em que a produção social é coletiva, mas os frutos seguem apropriados por uma minoria.

Nesse contexto, o CAIC configura-se como uma das poucas estruturas públicas que tensionam essa lógica de exclusão, funcionando como mediador entre a população vulnerabilizada e os direitos sociais historicamente negados. A apropriação ativa do CAIC por pessoas negras, enquanto sujeitos históricos da produção do espaço, confirma

as análises de Santos (2012) e Lefebvre (2001) sobre o papel dos agentes sociais na construção do território. O dado racial, portanto, extrapola a dimensão estatística, revelando a concretude das lutas urbanas por reconhecimento, acesso e permanência em espaços que assegurem condições de vida digna e reforcem a construção ao direito à cidade.

A seguir, apresenta-se o gráfico “Relação dos Respondentes com o CAIC e o Bairro Novo Tempo II (em %)” (Figura 28), o qual permite visualizar os vínculos afetivos, funcionais e históricos estabelecidos entre os sujeitos da pesquisa, o território vivido e a instituição escolar enquanto agente estruturante da vida urbana local.

Figura 28. Relação dos respondedores com o CAIC e o Bairro Novo Tempo II (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

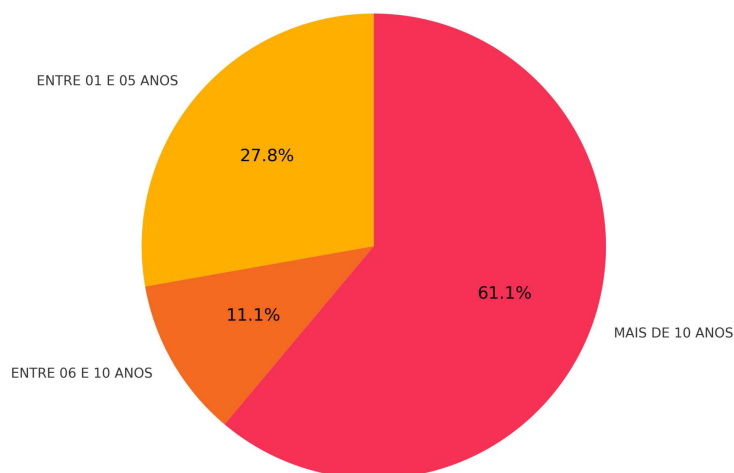
A análise da variável que indica a relação dos respondentes com o CAIC e o Bairro Novo Tempo II revela que 41,7% são trabalhadores do CAIC, 27,8% são moradores do bairro, 16,7% ex-alunos e 13,9% declararam outras formas de vínculo. Esses dados demonstram que o CAIC transcende sua função original de escola, consolidando-se como infraestrutura social multifuncional, articuladora de educação, assistência, cultura e identidade territorial. Tal configuração reforça a compreensão da questão social, conforme Iamamoto (2000), como expressão das desigualdades estruturais, nas quais a produção coletiva da vida urbana convive com a apropriação seletiva de seus frutos. O CAIC, nesse contexto, figura como tentativa de redistribuição territorializada dos bens sociais, apesar das limitações e da instabilidade das políticas públicas.

Essa centralidade territorial do CAIC encontra respaldo teórico na noção de função urbana ampliada, proposta por Santos (2012), ao mesmo tempo, em que se inscreve na concepção Lefebvre (2001) de direito à cidade como participação ativa e apropriação transformadora do espaço. A presença expressiva de ex-alunos e trabalhadores evidencia a constituição de redes sociais duráveis, que se prolongam para além do tempo escolar e reforçam o vínculo simbólico com o território. Como argumenta Harvey (2014), o direito à cidade envolve a capacidade de transformá-la, e a atuação desses sujeitos revela práticas concretas de reinvenção do espaço urbano periférico.

A diversidade de vínculos apontada pelos dados corrobora a leitura de que o CAIC atua como agente estruturante do território, na perspectiva de Corrêa (2011), ao mediar relações entre políticas públicas e práticas comunitárias em um campo de forças contraditórias. Essa apropriação coletiva do espaço educativo remete às disputas por centralidade em territórios periféricos descritas por Vasconcelos, Corrêa e Pintaui (2013), nas quais equipamentos públicos funcionam como focos de resistência diante da lógica excludente da urbanização. Assim, o CAIC se insere como centralidade funcional e simbólica na malha urbana de Ituiutaba, reafirmando-se como espaço de pertencimento, cidadania e reconfiguração socioespacial.

A seguir, apresenta-se o gráfico “Tempo de Contato com o CAIC e o Bairro Novo Tempo II (em %)” (Figura 29), que contribui para aprofundar a compreensão sobre a historicidade dos vínculos estabelecidos com o território e a instituição, iluminando os processos de construção social do espaço urbano.

Figura 29. Tempo de contato com o CAIC e o bairro Novo Tempo II (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A distribuição do tempo de contato dos respondentes com o CAIC e o Bairro Novo Tempo II evidencia vínculos de longa duração com o território, indicando a constituição de uma memória territorial coletiva que fortalece os sentidos de pertencimento e permanência. A significativa presença de sujeitos com mais de 10 anos de relação com o espaço revela a densidade das práticas e experiências acumuladas, associadas ao tempo vivido e à apropriação subjetiva do lugar (Corrêa, 2011). Essas práticas reiteradas projetam sentidos sobre o território, transformando-o em espaço vivido e dotado de valor simbólico.

Essa longevidade relacional remete à territorialização das políticas públicas, nas quais o CAIC assume papel que extrapola a função de escola, tornando-se referência funcional e simbólica na organização do bairro. Em consonância com Harvey (2014), o direito à cidade se realiza pela capacidade dos sujeitos de transformar e ressignificar os equipamentos urbanos ao longo do tempo. Assim, o tempo de contato revela o CAIC como espaço de articulação comunitária e resistência social.

A partir da perspectiva de Moraes (1994), essa constância relacional expressa uma estrutura socioespacial forjada nas práticas cotidianas, em que a escola pública atua como ponto de inflexão no território marcado por vulnerabilidades. O CAIC, nesse contexto, consolida-se como locus de enfrentamento das contradições urbanas e de fortalecimento dos laços identitários.

A análise integrada dos gráficos revela a conformação de um território marcado por vínculos densos e duradouros, no qual sujeitos sociais diversos atuam como protagonistas na produção do espaço urbano periférico. A predominância de adultos entre 25 e 60 anos com mais de uma década de contato com o CAIC e o Bairro Novo Tempo II materializa o que Corrêa (2011) define como espaço vivido, um território continuamente apropriado pelas práticas cotidianas e pela permanência dos agentes sociais. Esses sujeitos mobilizam saberes, afetos e experiências que consolidam uma memória coletiva e uma estrutura socioespacial enraizada, alinhando-se à concepção de espaço como totalidade relacional e histórica, proposta por Santos (2012).

A expressiva presença de mulheres cisgênero e pessoas negras reforça a leitura crítica do território a partir de marcadores sociais. As mulheres, na condição de cuidadoras, educadoras e mediadoras comunitárias, assumem papel central na sustentação do espaço urbano, expressando o que Lefebvre (2001) entende por direito à cidade, a apropriação ativa do espaço e a capacidade de transformá-lo pela experiência

cotidiana. Já a presença de pessoas negras em uma região periférica como o Novo Tempo II denuncia a persistência das desigualdades estruturais na urbanização brasileira, como aponta Iamamoto (2000), mas também destaca a agência desses sujeitos na luta por acesso, permanência e ressignificação dos equipamentos públicos.

A diversidade dos vínculos com o CAIC como trabalhadores, moradores e ex-alunos, aliada ao tempo prolongado de contato com a instituição, revela sua atuação como centralidade multifuncional e simbólica no território, conforme discutem Harvey (2014) e Moraes (1994). No entanto, chama atenção a ausência de participação dos alunos atuais na pesquisa, limitando o olhar direto sobre suas percepções e experiências e evidencia um distanciamento geracional no processo de construção da memória institucional. Essa não adesão ao processo de escuta revela uma lacuna significativa na compreensão contemporânea do papel do CAIC, e pode indicar tanto a falta de envolvimento quanto barreiras institucionais que dificultam o engajamento discente em processos participativos.

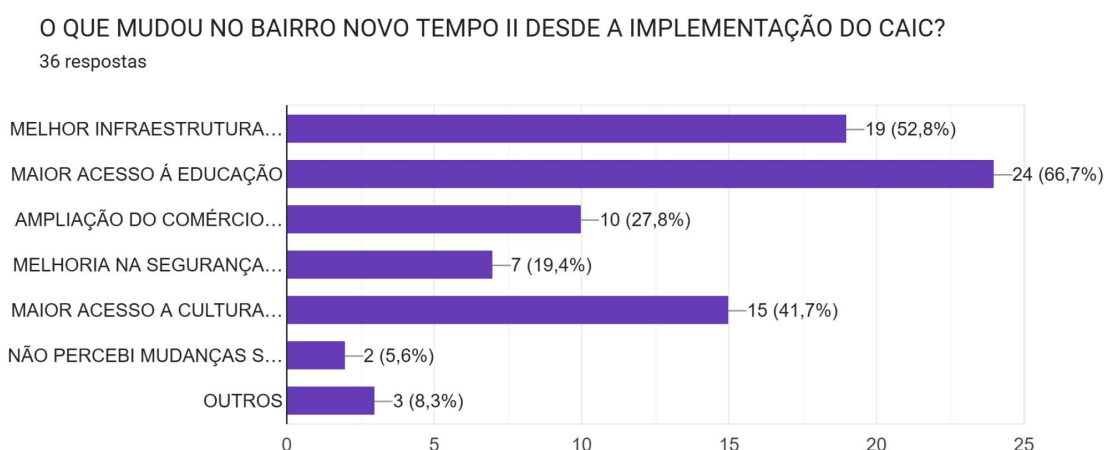
Mais do que espaço de prestação de serviços, o CAIC se configura historicamente como lugar de resistência e mediação social, no qual as políticas públicas se territorializam e se transformam pelas práticas dos sujeitos. A ausência de escuta direta dos estudantes enfraquece a análise sobre os efeitos atuais da instituição, dificultando a identificação de demandas juvenis e a elaboração de estratégias de reaproximação. Nesse sentido, o espaço urbano periférico entendido como campo de disputas e reinvenções perde uma dimensão essencial quando não incorpora as vozes daqueles que vivenciam cotidianamente a escola. Reafirma-se, portanto, a necessidade de fortalecer mecanismos de participação discente, para que o CAIC possa retomar sua função de articulador da vida urbana e promotor do direito à cidade, conforme proposto por (Lefebvre, 2001; Santos, 2012).

4.2 O impacto do CAIC no bairro Novo Tempo II: transformações sociais e infraestruturais

Esta seção explorou as transformações socioespaciais ocorridas no Bairro Novo Tempo II, em Ituiutaba, a partir da implantação do CAIC. Com base nos questionários realizados com membros da comunidade local, analisamos o impacto da instituição não apenas na formação educacional de crianças e adolescentes, mas também nas dinâmicas sociais e na estrutura urbana do bairro.

As percepções coletadas foram sistematizadas no gráfico a seguir (**Figura 30**), que evidencia como a presença do CAIC repercutiu na valorização do espaço, na ampliação de serviços públicos e no fortalecimento do sentimento de pertencimento entre os moradores.

Figura 30. Modificações no bairro Novo Tempo II após a implementação do CAIC



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As respostas referentes as transformações ocorridas no Bairro Novo Tempo II desde a implantação do CAIC revelam percepções consistentes quanto ao fortalecimento da comunidade local, ao aumento da oferta de serviços públicos e à ampliação de oportunidades para crianças e adolescentes. Os depoimentos indicam um processo de transformação profunda:

“O bairro estava começando a existir quando o CAIC foi criado”.
(Respondedor/a 18).

Afirma o/a Respondedor/a 18, ressaltando a centralidade histórica da instituição na gênese do território. Essa percepção dialoga diretamente com os objetivos legais do CAIC, instituídos pelo Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), conforme a Lei n.º 8.642/1993, que estabelece como áreas prioritárias a educação infantil, o ensino fundamental, a saúde, a cultura, o desporto, o lazer e a educação para o trabalho. Nesse contexto, a fala de outro respondente:

“Melhorou em todos os sentidos” (Respondedor/a 18).

O/a Respondedor/a. confirma o cumprimento da função legal do CAIC como instrumento de promoção do desenvolvimento social e comunitário.

A consolidação do CAIC como equipamento público estruturante é reforçada por depoimentos como:

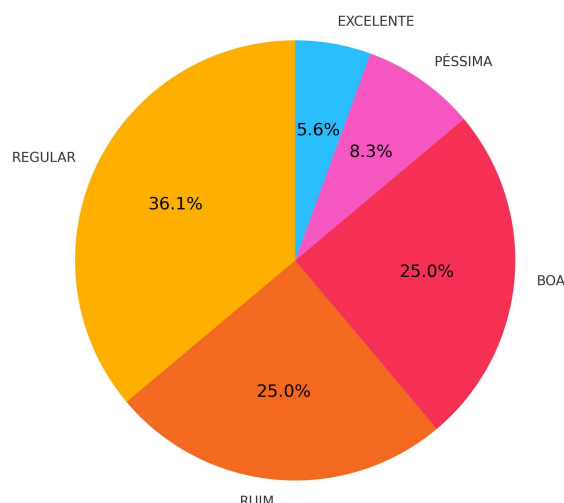
“Desenvolvimento de projetos educativos internos e de parcerias externas que muito colaboraram ao desempenho dos discentes”. (Respondedor/a 21).

E expressões como:

“Uma escola acolhedora não só para alunos mas também a comunidade oferecendo atividades, cultura e lazer”. (Respondedor/a 19).

Essas falas evidenciam a efetivação dos princípios contidos no Decreto n.º 1.056/1994, que regulamenta o PRONAICA. O reconhecimento popular dessas transformações valida a função do CAIC como política pública de base legal e social, contribuindo diretamente para a materialização da construção do direito à cidade, conforme discutido por Lefebvre (2001) e Harvey (2014). Assim, os gráficos e depoimentos revelam uma reconfiguração simbólica do território, mediada pela ação pública estatal por meio de um equipamento comprometido com os direitos sociais. Essa percepção também é visível na (Figura 31), que apresenta a avaliação da infraestrutura atual do CAIC e sintetiza o olhar da comunidade sobre a qualidade e permanência dos serviços oferecidos.

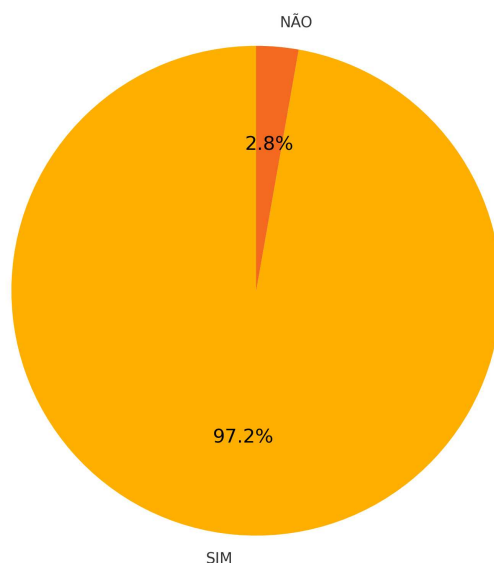
Figura 31. Avaliação da infraestrutura atual do CAIC (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No que tange à infraestrutura, o gráfico indica que a maioria dos respondentes classifica o espaço como bom ou regular, enquanto uma parcela menor o considera ruim. Esse resultado expressa, por um lado, o reconhecimento da importância e da funcionalidade do equipamento público e, por outro, a percepção de que persistem deficiências estruturais. A predominância da avaliação “boa” revela valorização por parte da comunidade, mas a presença significativa da categoria “regular” aponta para a insuficiência de investimentos contínuos, refletindo o histórico de descontinuidade enfrentado por muitos CAICs no Brasil, especialmente após o esvaziamento progressivo das ações previstas no PRONAICA (Lei n.º 8.642/1993). Embora iniciativas recentes, como a obra anunciada pela Prefeitura de Ituiutaba, sinalizem possíveis avanços, os dados evidenciam que a infraestrutura atual ainda não atende plenamente aos objetivos educacionais e sociais integrados que fundamentaram sua concepção original. Esse panorama é aprofundado na (Figura 32), que apresenta a avaliação dos respondentes sobre a importância do CAIC no desenvolvimento do bairro, reforçando sua centralidade simbólica e funcional na vida comunitária.

Figura 32. Avaliação dos respondedores sobre a importância do CAIC no desenvolvimento do bairro



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No que tange o papel do CAIC no desenvolvimento do bairro, o gráfico revela que a esmagadora maioria dos respondentes reconhece que o CAIC, possui um importante papel no desenvolvimento do Bairro Novo Tempo II, confirmando sua função como agente estruturador do território, conforme discutido por Corrêa (2011) e Harvey (2014). Essa percepção reforça a ideia de que o CAIC ultrapassa a dimensão escolar e se consolida como equipamento público de uso coletivo e referência simbólica, atuando na dinamização das relações sociais, na ampliação do acesso a direitos e na valorização do espaço urbano periférico.

Com base nas falas que mais se destacam entre os respondentes sobre o impacto do CAIC no desenvolvimento do Bairro Novo Tempo II, observa-se a construção de uma memória coletiva que associa diretamente a instituição a transformações sociais, educacionais e urbanas no território. Depoimentos como

“O CAIC em Ituiutaba tem um papel fundamental no desenvolvimento do bairro, pois oferece educação, atividades culturais e esportivas [...] promove inclusão social e auxilia no combate à evasão escolar” (Respondedor/a 12).

E falas como:

“Sim, pois através dessa instituição de ensino que as crianças têm perspectiva de uma educação inclusiva e de qualidade” (Respondedor/a 29).

Tais afirmações evidenciam que o CAIC é mais do que uma escola, é uma estrutura multifuncional que integra diferentes dimensões da cidadania. Essa visão reforça o papel da escola pública como agente de organização e dinamização do espaço urbano, conforme argumentam (Harvey, 2014; Corrêa, 2011).

Ao mesmo tempo, algumas falas revelam um sentimento de perda ou descontinuidade de projetos, como:

“Hoje o CAIC não é o que já foi para o bairro [...] a escola se tornou uma escola grande em espaço físico, mas sem exercer a sua missão de educação integral”. (Respondedor/a 20).

Esse tipo de relato expressa o tensionamento entre a missão institucional do CAIC, prevista no PRONAICA (Lei n.º 8.642/1993), e sua materialização concreta ao longo do tempo, especialmente diante das mudanças nas políticas públicas. Ainda assim, há o reconhecimento de que, mesmo com a redução de programas, o CAIC continua exercendo papel de referência:

“O Caic transforma a vida de muitas crianças e jovens”. (Respondedor/a 15).

Segundo outro/a Respondedor/a:

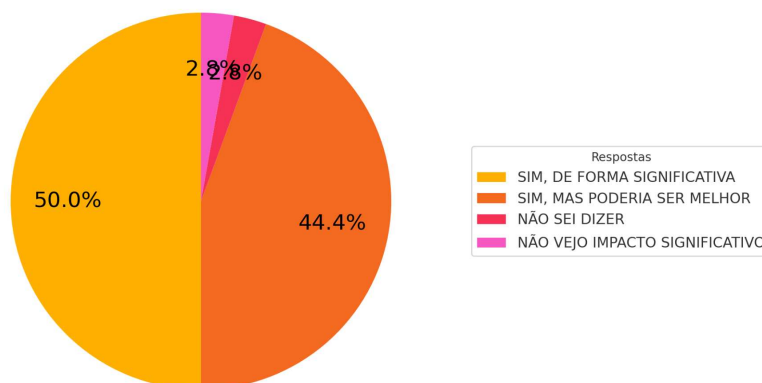
“É a única escola do bairro, então deveria ser referência”. (Respondedor/a 08).

Segundo mais um/a Respondedor/a:

“É a escola que tira as crianças da rua, oferecendo educação, esporte, cultura”. (Respondedor/a 14).

Tais falas sustentam a leitura de que o CAIC permanece como instrumento de proteção social e formação cidadã, ancorando sua importância tanto na experiência vivida quanto na expectativa coletiva de futuro para o bairro. Essa percepção é reforçada pela (Figura 33), que sintetiza as contribuições do CAIC para a formação educacional e social dos moradores, indicando sua relevância como política pública de longo alcance e seu papel na consolidação de vínculos comunitários e projetos de vida.

Figura 33. Contribuições do CAIC para a formação educacional e social (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No que concerne as contribuições do CAIC para a formação educacional e social, o gráfico acima revela que 94,4% dos respondentes reconhecem a contribuição do CAIC para a formação educacional e social das crianças e adolescentes do Bairro Novo Tempo II, observa-se um consenso expressivo sobre o papel estruturante da instituição no território. Essa percepção é reforçada pelas falas mais representativas da pesquisa.

Uma dos/as Respondedores/as

“A educação é a base para o desenvolvimento do ser humano e esta contribui para o meio onde vive”. (Respondedor/a 24).

Tal afirmação evidencia o entendimento do CAIC como vetor de transformação tanto individual quanto coletiva. Esta afirmação aponta que os efeitos do CAIC extrapolam os limites escolares e alcançam a esfera comunitária.

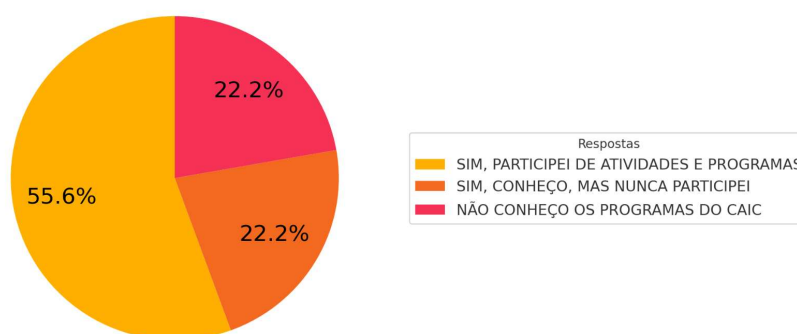
A relevância da instituição também se manifesta no que se refere à formação integral, como demonstra a fala:

“Sim, pois através dessa instituição de ensino as crianças têm perspectiva de uma educação inclusiva e de qualidade, garantindo também para os pais uma segurança em relação à aprendizagem de seus filhos”. (Respondedor/a 29).

Essa concepção se alinha aos princípios do PRONAICA (Lei n.º 8.642/1993). A função social da escola pública é reiterada em diversas declarações, que evidenciam

seu papel como espaço de contenção de riscos sociais e de promoção da convivência comunitária. A declaração sintetiza a visão da população sobre a escola como referência de oportunidade, cidadania e esperança. Essa percepção é reforçada pela (Figura 34), que apresenta os níveis de participação e conhecimento da comunidade em relação aos programas ofertados pelo CAIC, evidenciando seu alcance e seu papel estruturante na vida cotidiana do bairro. Essas percepções se articulam com a leitura de Lefebvre (2001), que entende o direito à cidade como apropriação ativa dos espaços públicos, e com Harvey (2014), ao afirmar que a transformação do território se realiza por meio da ação coletiva em torno de equipamentos sociais como o CAIC.

Figura 34. Participação ou conhecimento referente aos programas ofertados pelo CAIC (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Com base no gráfico, observa-se que 55,6% dos respondentes afirmam já ter participado de atividades e programas do CAIC, enquanto 22,2% dizem conhecer, mas nunca participaram, e outros 22,2% afirmam não conhecer os programas da instituição. Esses dados demonstram que mais da metade da comunidade possui vivência direta com os subprogramas e projetos ofertados, reforçando a centralidade do CAIC como espaço de formação ampliada e desenvolvimento social no bairro. A presença efetiva da população em ações educativas e culturais confirma o papel da escola como agente de mediação territorial e promotora de cidadania ativa.

Essa inserção comunitária é confirmada por falas como:

“Sim, já participei de vários projetos no CAIC, como dança, bordado, arte circense, esportes”. (Respondedor/a 30).

E destacadas em falas como:

“Quando fui estudante, participava de teatro, artes plásticas, bordado, datilografia, eu amava”. (Respondedor/a 02).

Também se destaca a atuação de professores e coordenadores nos projetos:

“Fui coordenadora do Suporte Tecnológico, que hoje não existe mais” (Respondedor/a 20).

E evidenciada em falas como:

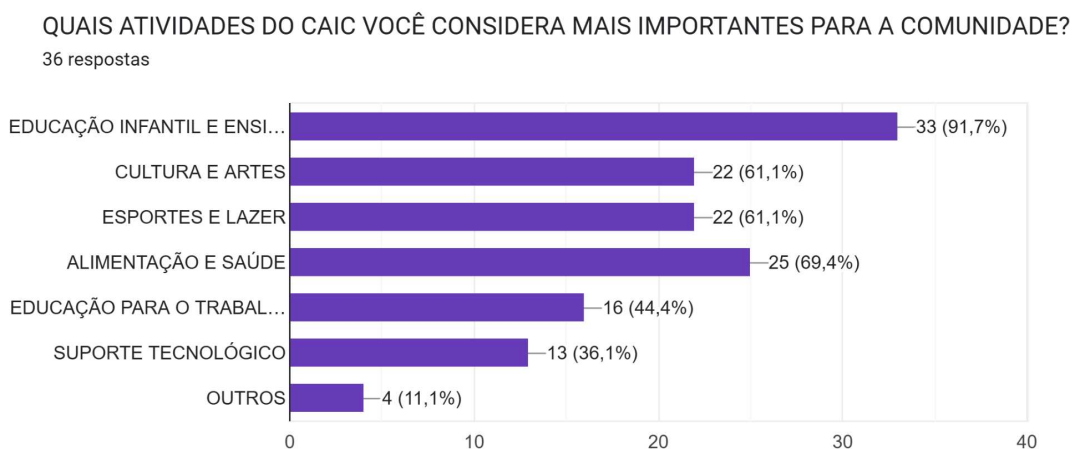
“Fiz PIBID e Residência Pedagógica na escola”. (Respondedor/a 12).

Embora haja registros de descontinuidade, como na fala:

“Hoje o CAIC não tem brilho mais”. (Respondedor/a 33).

O histórico de participação reafirma que, em sua proposta original, o CAIC atendeu aos princípios do PRONAICA (Lei n.º 8.642/1993) e desempenhou sua função como equipamento público de referência em educação integral e inclusão social, papel que, conforme Lefebvre (2001) e Santos (2012), está diretamente ligado à efetivação do direito à cidade e à função social da escola no espaço urbano periférico. Essa perspectiva é reforçada pela (Figura 35), que indica as atividades consideradas mais importantes pelos respondentes, evidenciando a valorização das ações educativas, culturais e esportivas como componentes essenciais da atuação do CAIC enquanto agente de transformação territorial.

Figura 35. Quais atividades os respondedores consideram mais importante



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Em análise em quais atividades os/as respondedores/as consideram mais importantes para a comunidade, as respostas evidenciam percentuais que reforçam o entendimento de que o CAIC ultrapassa sua função escolar tradicional, sendo reconhecido como espaço plural e estruturante do território, articulando dimensões educativas, culturais e sociais. Integral à infância e adolescência, prevendo atuação intersetorial em territórios vulneráveis. A valorização das práticas de arte, cultura e esporte dialoga com as proposições de Lefebvre (2001), ao conceber o direito à cidade como apropriação ativa do espaço urbano, e com Santos (2012), que enfatiza o papel das práticas cotidianas na produção do espaço. Os dados evidenciam o reconhecimento da comunidade quanto à função social do CAIC como referência pública de acolhimento, desenvolvimento e promoção da cidadania, ainda que parte dos depoimentos também aponte para a necessidade de reativação e ampliação dessas atividades no presente.

As respostas da categoria “outros”, embora numericamente menos representativas no gráfico, oferecem uma contribuição qualitativa significativa para a compreensão ampliada do papel do CAIC na comunidade. Dentre essas respostas, destacam-se menções a serviços que extrapolam a função tradicional da escola, como o atendimento odontológico:

“Além da educação, os alunos têm acesso a um dentista localizado na própria escola”. (Respondedor/a 19).

O suporte psicológico e emocional:

“Apoio emocional aos discentes e docentes”. (Respondedor/a 21).

Além da reivindicação por oficinas abertas também aos moradores do bairro. Esses apontamentos indicam que parte da comunidade concebe o CAIC como um verdadeiro centro de atenção integral, reafirmando sua potencialidade intersetorial.

Algumas falas, com:

“CAIC é um centro de atendimento [...] nenhum subprograma é mais importante, um complementa o outro”. (Respondedor/a 18).

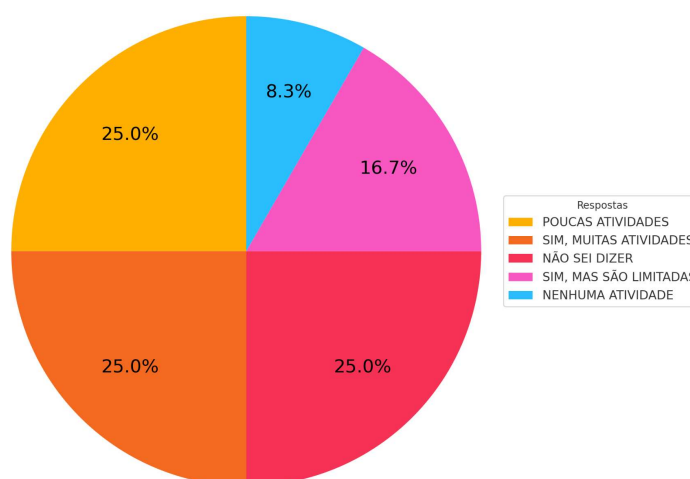
Reafirmam a concepção de educação integral e a intersetorialidade das políticas públicas, evidenciando que, para esses respondentes, a força do CAIC reside

justamente na articulação entre os subprogramas. Há também respostas que expressam visões críticas e ampliadas, como:

“A educação deve ser prioridade não só no CAIC, mas em toda a rede pública”. (Respondedor/a 35).

Tais afirmações sugerem uma leitura sistêmica das desigualdades educacionais e a demanda por políticas públicas mais abrangentes no campo da educação e da justiça social. Essa percepção é reforçada pela (Figura 36), que apresenta a avaliação dos respondentes sobre a quantidade de atividades oferecidas pelo CAIC para além do ensino regular, revelando a expectativa comunitária por uma atuação mais ampla, contínua e integrada da instituição como promotora de direitos.

Figura 36. O CAIC oferta atividades em quantidades satisfatórias para além do ensino regular (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Ao que confere a opinião dos/as Respondedores/as, o gráfico revela que muitos respondentes consideram insuficiente a oferta de atividades no CAIC além do ensino regular, indicando um distanciamento em relação à proposta original prevista no PRONAICA (Lei n.º 8.642/1993). Esse esvaziamento compromete o papel do CAIC como espaço público multifuncional e articulador de ações comunitárias, enfraquecendo sua atuação como mediador social e educativo no território. Como apontam Lefebvre (2001) e Santos (2012), a ausência de práticas integradas debilita a construção ao direito à cidade e a produção de espaços inclusivos, reforçando a urgência de políticas intersetoriais que devolvam ao CAIC sua função integral e comunitária.

Entre as respostas à pergunta aberta sobre o papel do CAIC na redução das desigualdades sociais, destacam-se contribuições que reconhecem tanto os avanços históricos quanto os desafios atuais da instituição. Uma das falas mais representativas afirma:

“Creio que as ações realizadas ajudam as crianças e adolescentes, mas é importante pensar em iniciativas que venham a abranger as famílias locais, pois é através deles que essa geração é impactada”. (Respondedor/a 29).

Tal posicionamento aponta a necessidade de ampliar as ações para além do público discente, valorizando o envolvimento familiar e comunitário como estratégia de transformação social. Outro depoimento rememora um período de maior potência institucional:

“Anos atrás tinha muita desigualdade no bairro e a escola ajudava as crianças com essas diferenças sociais, tinha psicólogo e atividades sobre isso tudo”. (Respondedor/a 31).

Esta fala revela que o CAIC, em determinados momentos, cumpriu a missão prevista no PRONAICA ao integrar suporte psicossocial e ações educativas amplas.

A percepção de que a função social do CAIC está em declínio também aparece com intensidade, como indica a fala:

“Subprogramas estão em declínio, quase extintos, a infraestrutura está desprezada e há falta de funcionários”. (Respondedor/a 18).

Essa crítica evidencia que, apesar do reconhecimento de sua importância, o CAIC enfrenta fragilidades estruturais e operacionais que comprometem sua atuação cotidiana. No entanto, mesmo diante dessas limitações, os respondentes reafirmam a escola como espaço estratégico de proteção social:

“Alguns dos adolescentes do CAIC, se não estivessem na escola, estariam conhecendo o mundo da violência e das drogas”. (Respondedor/a 25).

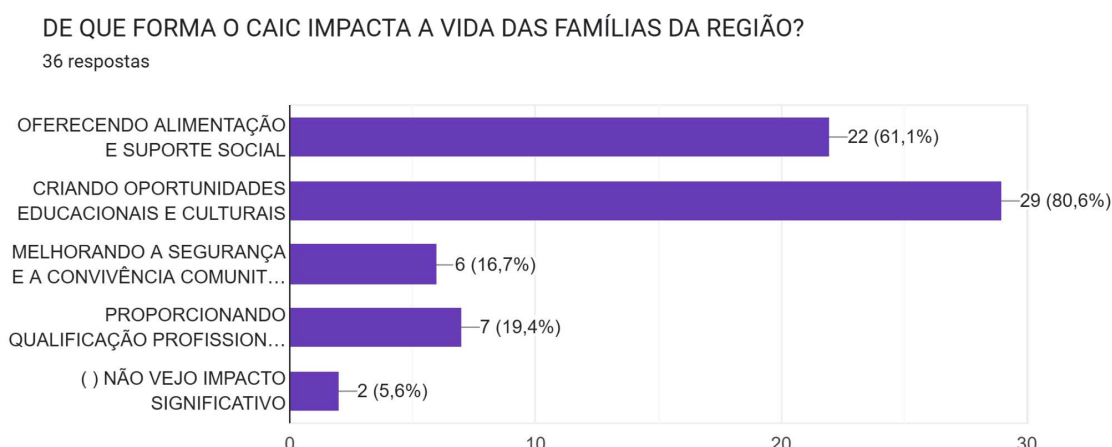
Tal afirmação revela que, embora enfraquecida, a presença do CAIC ainda desempenha papel essencial na contenção de vulnerabilidades e riscos sociais.

Por fim, uma fala sintetiza a potencialidade da escola como instância pública participativa:

“A comunidade é parte integrante de todas as reuniões, festividades e desenvolvimento de projetos”. (Respondedor/a 21).

Posicionamento que reforça o entendimento de que o CAIC é um espaço de encontro, diálogo e construção coletiva. Essa articulação entre escola e território é central para a efetivação do direito à cidade, como defendem Lefebvre (2001) e Santos (2012), ao evidenciar que o enfrentamento das desigualdades exige políticas públicas intersetoriais sustentadas por infraestrutura, acolhimento e participação popular. As falas analisadas revelam, portanto, que o CAIC carrega uma memória institucional transformadora, mas que necessita ser reativada por meio de investimentos contínuos, retomada dos subprogramas e escuta ativa da comunidade local. Tal percepção é reafirmada pela (Figura 37), que apresenta a opinião dos respondentes quanto ao impacto do CAIC na vida das famílias do entorno, confirmando sua centralidade na promoção de vínculos, acesso a direitos e fortalecimento comunitário.

Figura 37. Opinião dos respondentes se o CAIC impacta na vida das famílias do entorno do bairro



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As respostas à pergunta sobre como o CAIC impacta a vida das famílias da região evidenciam sua atuação como equipamento social multifuncional, com ênfase na ampliação de oportunidades educacionais e culturais, no fornecimento de alimentação e suporte social, e na promoção da convivência comunitária. Muitas das respostas indicam que o CAIC vai além do ensino formal, sendo reconhecido por seu papel de acolhimento, especialmente às famílias em situação de vulnerabilidade, e por sua contribuição na socialização e formação cidadã de crianças e adolescentes. A

recorrência de menções à alimentação escolar, ao apoio emocional e psicológico, e à presença de ações culturais e esportivas reforça a função do CAIC como rede de proteção social e vetor de desenvolvimento local.

Além disso, há depoimentos que valorizam a capacidade da escola de transformar realidades, produzindo impactos positivos na infraestrutura urbana e na segurança pública. Embora alguns respondentes apontem limitações ou desconhecimento das ações atuais, o conjunto das falas revela que o CAIC é percebido como uma instituição estratégica para o fortalecimento da vida comunitária, como previsto em sua concepção original no PRONAICA (Lei n.º 8.642/1993). A análise confirma que o CAIC é mais do que uma escola, configurando-se em um espaço de pertencimento, cidadania e articulação entre Estado e território, reafirmando a perspectiva de Lefebvre (2001) e Santos (2012) sobre o papel dos espaços públicos na luta contra as desigualdades urbanas.

As respostas na categoria “outros” destacam as limitações financeiras como principal desafio enfrentado pelo CAIC, com menções à escassez de recursos que levaram à interrupção de atividades culturais e à lentidão nas melhorias de infraestrutura. Além disso, falas que mencionam a mudança de gestão e a ausência de participação comunitária como obstáculos à continuidade dos projetos revelam os impactos da desarticulação política e institucional. Esses elementos expõem a fragilidade das políticas públicas voltadas à escola pública como espaço ampliado de direitos, e apontam para a necessidade urgente de maior estabilidade financeira, planejamento intersetorial e escuta permanente da comunidade.

As respostas à pergunta sobre a percepção de mudanças no bairro decorrente da presença do CAIC revelam um consenso significativo sobre seu impacto positivo e estruturador, especialmente nos primeiros anos de sua implementação. Diversas falas reconhecem o CAIC como marco inicial da urbanização e valorização do Bairro Novo Tempo II, como aponta a afirmação:

“No início foi mais visível o impacto da criação do CAIC, o bairro era recente, não tinha nada, foi um marco importante”. (Respondedor/a 18).

Esse reconhecimento está relacionado ao acesso à educação, bem como à oferta de eventos comunitários, projetos sociais, oportunidades de lazer e formação cidadã. Um dos/as Respondedores/as afirma:

“O CAIC ajuda a reduzir índices de vulnerabilidade social, proporcionando oportunidades para crianças e adolescentes”. (Respondedor/a 12).

Este/a evidencia a centralidade do equipamento nas transformações socioespaciais do bairro em consonância aos pressupostos de Corrêa (2011), ao destacar a relevância dos equipamentos públicos na produção do espaço urbano.

Por outro lado, algumas falas sinalizam uma diminuição do impacto atual do CAIC, associada à limitação de atividades e ao esvaziamento dos subprogramas:

“Pensando no CAIC de hoje, não há impacto significativo, pois tudo está muito limitado”. (Respondedor/a 20).

Essa observação reforça que o papel do CAIC como estrutura de desenvolvimento territorial depende diretamente da atuação intersetorial e da continuidade das políticas públicas, conforme previsto no PRONAICA (Lei n.º 8.642/1993). Ainda assim, mesmo entre respondentes que não residem no bairro, há a percepção de que o CAIC contribui significativamente para a formação educacional e social dos alunos, mantendo-se como centro de referência educacional, cultural e social. Em síntese, a análise das falas confirma que o CAIC, foi e em parte ainda é, elemento central na constituição do Bairro Novo Tempo II como espaço de pertencimento, mas aponta para a necessidade urgente de revitalizar sua proposta original de educação integral para que seu impacto transformador seja retomado com efetividade.

As respostas à pergunta sobre o que poderia ser melhorado no CAIC para ampliar seu impacto no bairro apontam uma série de necessidades estruturais e de renovação das atividades, refletindo a percepção da comunidade sobre a redução da atuação da instituição ao longo dos anos. A primeira grande demanda está relacionada à infraestrutura, diversas respostas mencionam a necessidade urgente de reformas, melhorias nas salas de aula, segurança e condições físicas do prédio. A recorrência da fala, como esta:

“Reformar a infraestrutura” (Respondedor/a 05).

Essa concepção evidencia que o estado físico do CAIC impacta diretamente sua capacidade de acolher e atender às necessidades da comunidade de forma digna e eficiente.

Além disso, há uma forte demanda pela retomada dos subprogramas e projetos culturais, como nas falas:

“Voltar a oferecer cursos profissionalizantes”. (Respondedor/a 03).

E relatos como:

“Reativação dos núcleos de cultura e geração de renda”. (Respondedor/a 34).

Ponto de vista que reafirma a importância das atividades extracurriculares na formação integral de crianças e adolescentes e no fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade. A valorização de iniciativas que envolvam a família e a coletividade também se destaca, com sugestões como:

“Maior participação dos pais junto às crianças”. (Respondedor/a 10).

E declarações como:

“Fazer atividades extras para o desenvolvimento dos alunos e oficinas”. (Respondedor/a 27).

Esse entendimento indica a necessidade de reafirmar o CAIC como polo educacional, cultural e social articulado com o território.

A necessidade de apoio financeiro e institucional também aparece com destaque nas falas, com menções à urgência de suporte dos poderes públicos para viabilizar a revitalização dos programas e melhorar o atendimento à população. Isso é refletido na afirmação:

“A escola precisa de ajuda e muito dos poderes públicos e governamentais”. (Respondedor/a 31).

Posicionamento que evidencia o CAIC, enquanto referência de educação e proteção social, depende de investimentos contínuos e de uma gestão pública comprometida para recuperar sua força transformadora.

As respostas à pergunta sobre a importância do CAIC na vida dos respondentes revelam uma forte conexão afetiva com a instituição e um reconhecimento de seu impacto educacional e social ao longo das décadas. Um ex-aluno compartilha:

“Eu estudei no CAIC no primeiro ano de inauguração [...] Hoje vejo a importância na vida das minhas primas e primos e sei que tem um impacto significativo no bairro”. (Respondedor/a 29).

Esse entendimento revela a presença geracional da escola como referência de transformação. Depoimentos que ressaltam o papel da escola como espaço de inclusão e proteção social, como:

“O CAIC me ajudou a compreender a importância dos movimentos sociais para acesso aos direitos do bairro”. (Respondedor/a 34).

Tal afirmação demonstra que o CAIC transcende a função pedagógica e se consolida como ponto de apoio social e emocional.

Entretanto, também surgem críticas à descontinuidade de programas culturais e profissionais que existiram em outros períodos, como expressa a fala:

“[...] na época que estudei, proporcionava de fato oficinas extras culturais e curriculares como dança, teatro, pintura, bordado, crochê, corte e costura, música, datilografia”. (Respondedor/a 27).

Essas falas indicam uma percepção de perda da qualidade e diversidade das ações, reforçando a urgência da revitalização da proposta original do CAIC enquanto espaço de educação integral e intersetorialidade.

Em síntese, os depoimentos evidenciam uma profunda ligação emocional com a escola, reconhecendo seu papel como referência de inclusão, cultura e apoio à comunidade. No entanto, é recorrente a percepção de que a escola necessita de renovação e ampliação de suas atividades para poder recuperar plenamente sua função transformadora no território.

A análise do panorama do Bairro Novo Tempo II, com base nas respostas sobre a atuação do CAIC, revela um impacto significativo nas transformações socioespaciais do local. Desde sua implementação, o CAIC contribuiu para a consolidação do bairro, especialmente no fortalecimento dos vínculos comunitários e na ampliação dos serviços essenciais. Os depoimentos indicam que a escola é percebida como espaço de acolhimento e desenvolvimento integral, para crianças e adolescentes e suas famílias. As menções a atividades culturais, esportivas e de apoio psicossocial confirmam a

importância do CAIC enquanto equipamento público de relevância territorial (Corrêa, 2011; Harvey, 2014).

Contudo, a análise também aponta desafios estruturais que comprometem sua continuidade e eficácia. Embora sua relevância seja amplamente reconhecida, há um consenso sobre a precariedade da infraestrutura e a redução das atividades, revelando um afastamento progressivo da proposta original do PRONAICA (Lei n.º 8.642/1993). A ausência de subprogramas, a escassez de investimentos e a redução da participação comunitária impactam negativamente sua capacidade de transformação. Ainda assim, o CAIC permanece como um espaço de referência para a formação cidadã e o acesso a direitos, sustentado por uma memória coletiva afetiva e por expectativas de reativação, conforme defendem (Lefebvre; 2001; Santos, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações observadas ao longo desta pesquisa evidenciam que a implantação do CAIC no Bairro Novo Tempo II configurou-se como uma intervenção pública estratégica, capaz de produzir impactos significativos na configuração socioespacial do território. Longe de representar somente uma estrutura física voltada ao ensino, o CAIC consolidou-se, ao longo de sua trajetória, como polo dinamizador de relações sociais, provedor de direitos e mediador de políticas públicas em uma área urbana historicamente marcada por processos de exclusão e precariedade. Sua atuação possibilitou à comunidade local vivenciar formas ampliadas de acesso a bens coletivos, ainda que de maneira desigual, revelando a complexidade da presença do Estado nos espaços urbanos periféricos.

Ao tomar o Direito à Cidade como eixo teórico e político da análise, as reflexões finais desta pesquisa indicam que o CAIC materializa, em certa medida, a luta por uma cidade mais justa, embora seus efeitos estejam condicionados à continuidade das políticas públicas que o sustentam. A experiência do Novo Tempo II, evidenciada nas falas de moradores, trabalhadores e ex-alunos, demonstra que o equipamento público foi capaz de ressignificar o território, fortalecer vínculos de pertencimento e impulsionar melhorias na infraestrutura urbana. No entanto, também escancara as contradições da urbanização brasileira, marcadas pela intermitência das ações governamentais, pela fragmentação institucional e pela ausência de planejamento integrado. Nesse contexto, as considerações aqui apresentadas reafirmam o papel do CAIC como agente estruturante do bairro, ao mesmo tempo, em que convocam à reflexão sobre os limites e possibilidades da política urbana como instrumento de transformação social.

As transformações socioespaciais ocorridas no Bairro Novo Tempo II, ao longo das últimas décadas, ressaltam a centralidade do CAIC como elemento estruturador do território e vetor de reorganização urbana. A análise permitiu identificar que a presença física e institucional do equipamento extrapolou a função educacional tradicional, assumindo um papel articulador entre políticas públicas e práticas sociais, contribuindo significativamente para o redesenho das formas, funções e sentidos atribuídos ao espaço no cotidiano da população local.

Sob a perspectiva crítica do Direito à Cidade, conforme formulado por Lefebvre (2001) e aprofundado por Harvey (2014), observa-se que as ações promovidas

pelo CAIC representaram tentativas relevantes de romper com a lógica de exclusão historicamente presente na urbanização brasileira. Ao instalar, em uma região marcada pela vulnerabilidade social, um equipamento multifuncional voltado à educação, cultura, saúde, esporte e assistência social, o Estado promoveu, ainda que parcialmente e com limitações, uma redistribuição de centralidades e de bens urbanos.

As mudanças observadas, como a ampliação da infraestrutura viária, a diversificação dos usos do solo, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a chegada de novos equipamentos públicos, como o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), revelam um processo de ressignificação do bairro impulsionado pela atuação do CAIC. Tais transformações evidenciam a potência das políticas públicas territorializadas como instrumentos de reconfiguração do espaço urbano, especialmente quando articuladas à participação ativa da população.

Contudo, é preciso reconhecer que essas transformações não ocorreram de forma homogênea ou linear. A vivência cotidiana dos moradores ainda é atravessada por desigualdades persistentes, carências de infraestrutura e dificuldades de acesso pleno aos direitos sociais. A atuação do CAIC, embora estratégica, mostrou-se vulnerável às descontinuidades institucionais, à falta de articulação intersetorial e às limitações estruturais que permeiam o planejamento urbano em áreas periféricas.

Nesse contexto, o Bairro Novo Tempo II configura-se como um espaço de contradições, onde a presença do CAIC produziu impactos positivos significativos, mas, por si só, não foi suficiente para reverter os efeitos históricos da segregação socioespacial. A análise demonstra que a construção ao direito à cidade não se concretiza apenas com a implantação de equipamentos públicos no território, mas exige a permanência de políticas públicas integradas, a atuação ativa dos sujeitos e o reconhecimento da complexidade das relações urbanas que se constroem no cotidiano do espaço vivido.

A análise dos subprogramas e ações desenvolvidos no interior do CAIC revela um panorama marcado por permanências, rupturas e reconfigurações que refletem tanto as dinâmicas institucionais quanto as condições materiais e políticas do território. Desde sua implantação, a unidade do CAIC em Ituiutaba foi concebida como um espaço integrador, orientado por princípios intersetoriais que buscavam articular educação, assistência social, saúde, cultura e trabalho. Ao longo do tempo, essa proposta foi apenas parcialmente implementada, enfrentando os desafios recorrentes das políticas

públicas em contextos periféricos: instabilidade orçamentária, alternância administrativa e desarticulação entre as esferas governamentais.

A permanência de determinados subprogramas, como a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Alimentação Escolar, garantiu um núcleo essencial de proteção e cuidado para a população local, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Esses núcleos sustentaram uma base cotidiana de sociabilidade, fortalecendo os vínculos entre a escola, as famílias e os serviços públicos, além de contribuírem para a formação de redes comunitárias que alimentam o sentimento de pertencimento e solidariedade territorial.

Em contrapartida, a descontinuidade de subprogramas como Cultura, Suporte Tecnológico, Esporte e Educação para o Trabalho produziu lacunas significativas na proposta original do Pronaica, comprometendo o alcance pleno da cidadania e o fortalecimento de trajetórias emancipatórias. A retirada ou reconfiguração dessas ações rompeu circuitos de socialização e afetou diretamente o acesso a bens simbólicos e materiais fundamentais à reprodução da vida digna no território. A ausência desses subprogramas representou uma retração da presença pública em áreas estratégicas para o desenvolvimento humano, impactando especialmente os jovens em fase de transição para a vida adulta.

Ao se analisar os efeitos dessas mudanças na constituição de redes de sociabilidade, é possível afirmar que o CAIC, mesmo diante das limitações enfrentadas, ainda se configura como um polo de centralidade comunitária, funcionando como espaço de referência para a população do bairro e das áreas adjacentes. As relações estabelecidas em seu interior, entre educadores, técnicos, estudantes e famílias, compõem uma malha social que resiste às fragilidades institucionais e fomenta formas alternativas de organização coletiva.

Essas redes revelam a importância do CAIC não somente como um equipamento público, mas como instância relacional capaz de mediar conflitos, apoiar trajetórias educativas e articular demandas sociais diversas. Essa capacidade, no entanto, está diretamente condicionada à continuidade dos subprogramas e à vitalidade de suas ações, que, quando interrompidas ou esvaziadas, enfraquecem o potencial emancipador da instituição.

Dessa forma, os efeitos dos subprogramas na promoção da cidadania e na democratização do acesso a bens e serviços urbanos dependem não apenas de sua existência formal, mas de sua concretização efetiva, da adesão comunitária e da

sustentação política e financeira por parte do Estado. O CAIC, como espaço público de sociabilidade e formação cidadã, expressa tanto as potencialidades quanto as fragilidades de uma política urbana voltada à inclusão, cujos resultados variam conforme a densidade de sua implementação e a solidez dos vínculos estabelecidos no território.

A investigação sobre a articulação entre as políticas públicas de educação, moradia e assistência social, em diálogo com a atuação do CAIC no Bairro Novo Tempo II, evidencia a complexidade do processo de territorialização dos direitos sociais em contextos marcados pela vulnerabilidade. Ao longo dos anos, a presença do CAIC se consolidou como ponto de inflexão na trajetória de moradores, alunos e trabalhadores do bairro, funcionando como elo entre as demandas populares e a oferta de políticas voltadas à superação das desigualdades urbanas.

O vínculo entre escola, habitação popular e assistência social, ancorado no projeto original do Pronaica, materializou-se em um equipamento multifuncional que, em sua plenitude, buscava integrar educação integral, apoio às famílias, cultura e ações de inclusão produtiva. A análise empírica demonstrou que, em diferentes períodos, essa integração pôde produzir impactos concretos na ampliação do acesso a direitos fundamentais, especialmente nos campos da educação básica, segurança alimentar, acolhimento social e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Moradores do bairro passaram a perceber o CAIC não apenas como um espaço escolar, mas como um polo de referência institucional, apto a responder às necessidades cotidianas de uma população marcada por trajetórias migratórias, instabilidade econômica e carência de infraestrutura urbana. Essa percepção foi fortalecida pela atuação direta da instituição como mediadora de serviços e promotora de cidadania, contribuindo para ampliar as margens de inclusão social e mitigar os efeitos mais agudos da exclusão socioespacial.

Entretanto, a efetividade dessa articulação entre políticas públicas e território mostrou-se fortemente condicionada à capacidade de continuidade e integração intersetorial. O encerramento ou a precarização de determinadas ações, especialmente nas áreas da assistência social e da profissionalização, evidenciou os limites da atuação estatal em contextos periféricos, onde a centralidade de um único equipamento como o CAIC revela fragilidades estruturais. A descontinuidade dessas políticas fragiliza o tecido social local e compromete os avanços conquistados nas últimas décadas, sobretudo no enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas mais profundas.

A construção de uma cidade mais justa e inclusiva, conforme preconizado pela noção de Direito à Cidade, exige mais do que a presença pontual de políticas públicas: requer articulação constante, participação social ativa e o reconhecimento das especificidades dos territórios periféricos. O CAIC demonstrou possuir potencial para atuar como vetor dessa transformação, mas sua contribuição efetiva depende da manutenção de uma lógica pública de atuação comprometida com a equidade, a permanência e a escuta das populações diretamente envolvidas.

Nesse contexto, a experiência do Bairro Novo Tempo II evidencia tanto os avanços proporcionados pela presença articulada de políticas públicas quanto os riscos inerentes à fragmentação institucional. A trajetória do CAIC demonstra que políticas enraizadas no território, quando sustentadas por princípios democráticos e intersetoriais, têm o poder de gerar efeitos duradouros na vida das pessoas, ampliando horizontes de cidadania e promovendo práticas de inclusão que transformam o espaço urbano de maneira significativa.

A análise das respostas apresentadas no Capítulo 4 aprofunda e confere densidade empírica às reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa. Os depoimentos de moradores, ex-alunos e trabalhadores do CAIC revelam, com riqueza de detalhes, os sentidos atribuídos ao equipamento público e suas múltiplas funções no cotidiano do Bairro Novo Tempo II. A escuta qualificada desses sujeitos não somente confirma as hipóteses levantadas nos objetivos específicos, como também revela nuances e contradições que permeiam o processo de territorialização das políticas públicas.

De modo geral, os dados demonstram que a presença do CAIC foi determinante para a transformação das condições de vida no bairro, atuando como elemento central na mediação entre o Estado e a população. Os relatos evidenciam que, para além da infraestrutura física, o CAIC se constituiu como espaço simbólico de acolhimento, convivência e pertencimento, especialmente em contextos marcados por rupturas familiares, pobreza e escassez de oportunidades formativas. Essa atuação concreta no território contribuiu significativamente para o fortalecimento da identidade coletiva e da autoestima da comunidade local.

Quanto ao objetivo (a), os sujeitos reconhecem que o CAIC modificou a paisagem urbana, promovendo melhorias na malha viária, no transporte, no comércio local e no acesso a serviços públicos. Mais do que um impacto material, os relatos destacam o sentimento de centralidade e valorização do bairro após a implantação da

escola, sugerindo que a instituição também operou como agente de reconfiguração simbólica do território.

Em relação ao objetivo (b), as respostas apontam uma percepção clara das descontinuidades nos subprogramas, especialmente aqueles voltados à cultura, ao esporte e à iniciação profissional. Os entrevistados expressaram frustração com a extinção dessas ações, indicando serem fundamentais para o desenvolvimento pessoal e comunitário, e que sua ausência tem repercutido diretamente no agravamento de situações de vulnerabilidade, como o envolvimento precoce com o trabalho informal ou a evasão escolar. Ainda assim, há o reconhecimento de que os subprogramas remanescentes continuam desempenhando papel importante na oferta de serviços essenciais e na manutenção de vínculos afetivos com a comunidade.

No que diz respeito ao objetivo (c), os dados indicam que a articulação entre educação, moradia e assistência social, embora nem sempre sistemática, teve papel relevante na ampliação do acesso a direitos básicos. Em muitos momentos, a escola supriu lacunas deixadas por outras instâncias estatais, prestando apoio em áreas como alimentação, saúde e acompanhamento familiar. No entanto, os relatos também evidenciam a sobrecarga da instituição e a necessidade urgente de maior integração intersetorial, com o objetivo de assegurar respostas mais amplas e eficazes às múltiplas demandas da população local.

Um elemento recorrente nas falas é a constatação de que, por muitos anos, o CAIC representou a única presença efetiva do Estado no território, reforçando seu papel como agente estruturante do bairro. Ao mesmo tempo, essa centralidade revela o quanto a comunidade permanece vulnerável à descontinuidade das políticas públicas e à dependência de um único equipamento para a garantia de direitos fundamentais. A análise das respostas, portanto, reafirma a tese de que a construção de uma cidade mais justa e inclusiva exige a continuidade, o fortalecimento e a articulação de políticas públicas territorializadas e sensíveis às realidades locais.

A experiência do Bairro Novo Tempo II revela, assim, os potenciais e os desafios que emergem da articulação entre política urbana, território e cidadania. O caso do CAIC, evidencia os riscos associados à fragmentação institucional e à vulnerabilidade das políticas públicas em contextos periféricos. Torna-se fundamental, portanto, reafirmar a importância de pensar a cidade a partir de seus territórios historicamente invisibilizados, valorizando experiências como a do CAIC enquanto possibilidade concreta de construção de uma cidade mais justa, inclusiva e plural.

Considero relevante destacar que ao longo desta pesquisa, não somente ocupei o lugar de investigadora, mas também de educadora profundamente envolvida com a realidade que analiso. O CAIC não foi somente objeto de estudo, mas território de afeto, convivência e compromisso. Foi nele que vivi experiência que atravessaram minha trajetória profissional e pessoal, que me fizeram olhar para a educação para além dos muros da escola, com a força de resistência, cuidado e transformação social. A escuta dos sujeitos, os encontros diários, os olhares silenciosos e as palavras potentes que surgiram ao longo do caminho reafirmaram minha crença no poder da educação pública como ato político e amoroso. Esta pesquisa é, portanto, também uma homenagem à comunidade do Bairro Novo Tempo II e ao CAIC, espaço que me ensinou, antes de tudo, que educar é construir vínculos, é reconhecer histórias e é estar disposta a caminhar junto, mesmo diante das ausências e silêncios do Estado.

Encerrar esta pesquisa é, ao mesmo tempo, reconhecer seus limites e reafirmar sua potência. Os caminhos percorridos, os encontros com o território e com as pessoas que o habitam deixaram marcas que ultrapassam o campo acadêmico são marcas humanas, afetivas e políticas. O CAIC, enquanto experiência concreta de presença do Estado em um território marcado pela exclusão, revelou ser possível, sim, construir outros modos de viver a cidade, desde que se reconheça o valor dos sujeitos e das comunidades que nela resistem. Que esta pesquisa siga inspirando olhares comprometidos com a justiça social, com a escuta sensível e com a construção de cidades onde todos e todas possam, verdadeiramente, habitar com dignidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I**, Porto, v. XIV, 1998, p. 77-97. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf> Acesso em: 26 abr. 2024.
- ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. **Rev. Bras. Enferm.** 44, Mar. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/KbccD6ktzhnMxB9BymNZh5b/?lang=pt>. Acesso em 14 de mai. de 2023. <https://doi.org/10.1590/S0034-71671991000100018>
- ARAÚJO, Daniel Féo Castro; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. (2020). **Trajetórias Migratórias na Voz dos Sujeitos, Trabalhadores do Setor Sucroalcooleiro em Ituiutaba, Minas Gerais.** GEOGRAFIA (Londrina), 30(1), 185-204. <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2021v30n1p185>. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/39790>. Acesso em: 09 maio 2024.

<https://doi.org/10.5433/2447-1747.2021v30n1p185>

AZEVEDO, Sergio de. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, p. 73-101, 1996.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD).

Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras. 2024. Disponível em:

<https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 25 maio 2024.

BOCCATO, Vera Regina Chamma. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 13 de jan. 2023.

BRASIL. **Decreto de 14 de maio de 1991**. Dispõe sobre o PROJETO MINHA GENTE, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1991/dnn139.htm

Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 8.642, 31 de março de 1993**. Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Pronaica e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/18642.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.642%2C%20DE%2031%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201993.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20institui%C3%A7%C3%A3o%20do,Art. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 1.056 de 11 de fevereiro de 1994**. Regulamenta a Lei n.º 8.642, de 31 de março de 1993, e estabelece a forma de atuação dos órgãos do Poder Executivo para execução do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1056.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. MEC em resumo. S/. Disponível em:

<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me002330.pdf>. Acesso em 14 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **PRONAICA – Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente: Concepção Geral – versão condensada**. Série Documentos Básicos, n. 2. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **PRONAICA – Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente: Subprogramas e ações**. Série Documentos Básicos, n. 3. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **PRONAICA – Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente: Quadro de recursos humanos da unidade de serviços**. Série Documentos Básicos, n. 4. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **PRONAICA – Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente: Manual de suporte técnico**. Série Documentos Básicos, n. 5. Brasília: MEC, 2014.

BRASÍLIA. 1994. Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – Pronaica. Concepção geral – versão Condensada. **Brasília: Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Projetos Educacionais Especiais**, 1994.

CÂNDIDO, Willian Luiz. Congo Filhos da Luz. 2012. Disponível em: <https://caicituiutaba.blogspot.com/2012/04/congo-filhos-da-luz.html>. Acesso em: 19 abr. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 75-96.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Sposito (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 41 – 51.

Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/nugea/files/2014/09/SOBRE-AGENTES-SOCIAIS-ESCALA-E-PRODU%e3%87%e3%83O-DO-ESPA%e3%87O.pdf> . Acesso em 21 abr. 2024.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanística. *GeoTextos*, vol. 6, n. 2, p. 139-162, dez. 2010. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/1ba1/f89a0e1eae5dffde1f342e51e227fdc622b0.pdf>.

Acesso em: 12 mar. 2024.

DOS SANTOS, Otávio Augusto dos. Reflexões sobre memória e espaço geográfico a partir de uma perspectiva histórico-materialista. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 42, n. 01, 2022. DOI: 10.5216/bgg.v42.65778. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/65778>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FERREIRA, Leilaine de Fatima; MOURA, Gerusa Gonçalves. 2013. **Nova produção do espaço urbano: a moradia popular na cidade de Ituiutaba–MG**. Disponível em:

http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/ferreira-leilaine-de-fatima.pdf.

Acesso em: 21 fev. 2024.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. História oral e educação matemática. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.) **Pesquisa qualitativa em educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/MATEMATICA/Artigo_Vicente5.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

HARVEY, David. **O Direito à cidade**. Lutas Sociais, n. 29, jul./dez., São Paulo, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: características gerais da população – Bairro Novo Tempo II, Ituiutaba/MG**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Ituiutaba, Minas Gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ITUIUTABA. Lei n.º 3.181 de 09 de janeiro de 1996. Institui no município o PRONAICA – Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, Cria Escola pertinente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1996/lei-no-3-181-de-9-de-janeiro-de-1996/view>. Acesso em: 04 fev. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_ca_p3.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

MARCONI, Maria Aparecida de; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 1994. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/3-Moraes,%20A.C.R.%20Geografia_Pequena_historia_critica.pdf. Acesso em: 03 mar 2024.

MOREIRA, Ana Lúcia Gil. Expansão Territorial da cidade e mobilidade urbana: um estudo sobre Ituiutaba. **Relatório de Qualificação** – Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia/Pontal. Ituiutaba, 2023.

MOURA, Gersa Gonçalves; SOARES, Beatriz Ribeiro. Considerações sobre as políticas habitacionais brasileiras. In: VIII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2001, Santiago de Chile. **anais**, 2001. v. 1. p. 1-10. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/04.pdf> Acesso em: 15 mar. 2024.

NASCIMENTO, Plínio Andrade Guimarães do; MIYAZAKI, Vitor Koiti; MELO, Nágela Aparecida de. Ituiutaba (MG): Dinâmica da produção do espaço urbano e a habitação popular. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, Barra do Garças-MT, V. 2, n. 2, p. 90-115, agosto/setembro 2012. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/4816>. Acesso em 19 mai. 2024.

PARENTE, Marta Maria de Alencar; SOBRINHO, José. Amaral. **CAIC**: solução ou problema? Texto para Discussão, Brasília, n. 363, jan. 1995. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1717/1/td_0363.pdf. Acesso em: 14 de mai. de 2023.

PPP. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva (CAIC)**, 2022. Documento impresso.

QEDU. **CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente**. 2023. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/31260011-escola-municipal-aureliano-joaquim-da-silva>. Acesso em: 17 abr. 2024.

REIS, Pedro. Observação de Aulas e Avaliação do Desempenho Docente. Lisboa: Ministério da Educação, 2011. (**Cadernos do CCAP-2**). Disponível em: <http://www.ccap.min-edu.pt/pub.htm>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007. <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-249-1311-2>

VACESLAU, Fabio Reis; SOUSA, José Josberto Montenegro. **A perspectiva do migrante nordestino morador do bairro Novo Tempo II, Ituiutaba–MG**. Disponível em:

http://www.facip.ufu.br/sites/facip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/F%C3%A1bio%20Reis%20Venceslau_0.pdf. Acesso em: 12 de mai. 2023.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

IBGE. Cidades. **Censo 2022**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em 15 maio 2024.

SOBRINHO, José Amaral de; PARENTE, Marta Maria Alencar. **CAIC: solução ou problema?** Texto para Discussão n.º 363, jan. 1995. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1717/1/td_0363.pdf. Acesso em: Acesso em 14 de mai. de 2023.